

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

Juliana Arini

DE KARARAÔ A BELO MONTE
Um estudo sobre as narrativas das reportagens de revista

São Paulo
2013

Juliana Arini

DE KARARAÔ A BELO MONTE

Um estudo sobre as narrativas das reportagens de revista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* da Faculdade Cásper Líbero, área de concentração “Comunicação na Contemporaneidade” e linha de pesquisa “Produtos Midiáticos: Jornalismo e Entretenimento”, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Dimas A. Künsch

São Paulo

Dezembro de 2013

Arini, Juliana

De Kararô a Belo Monte. Um estudo sobre as narrativas das reportagens de revista/ Juliana Arini. – São Paulo, 2013.

162 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Dimas A. Künsch

Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação

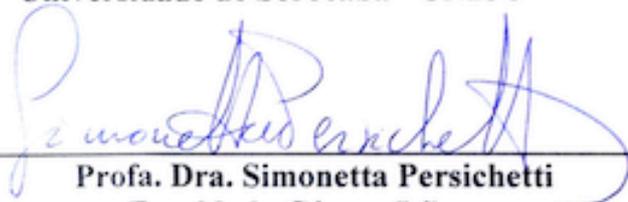
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: JULIANA ARINI

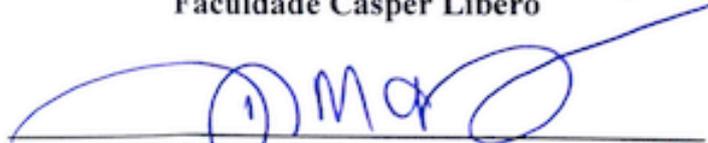
**“DE KARARAÔ A BELO MONTE: UM ESTUDO SOBRE AS
NARRATIVAS DAS REPORTAGENS DE REVISTA”.**



**Profa. Dra. Monica Martinez
Universidade de Sorocaba - UNISO**



**Profa. Dra. Simonetta Persichetti
Faculdade Cásper Líbero**



**Prof. Dr. Dimas Antonio Künsch
Faculdade Cásper Líbero**

Data da Defesa: - 13 de fevereiro de 2014.

Dedico esse trabalho a todos os contadores de história que usam a arte da narrativa para inspirar e transformar o mundo em um lugar mais criativo, compreensivo e aberto ao diálogo.

Agradeço, “in memoriam” ao meu avó Antônio Arini, por me despertar a paixão pela narrativa com as suas histórias e ao meu pai, Oscar Arini, por sua convicção na minha capacidade de finalizar esta dissertação, cuja defesa ele infelizmente não conseguiu presenciar.

E a Glenn Switkes por sua inspiradora obra sobre as barragens no Brasil.

À minha mãe por me ensinar desde cedo a importância do esforço, ao meu irmão, Adolfo, pelo apoio fundamental, à minha irmã, Milla, por me despertar o gosto por São Paulo e ao meu filho, Ariom, sempre uma grande fonte de inspiração.

Ao meu orientador Dimas A. Künsch pela paciência e leitura crítica ao longo de todo o processo que envolveu esta pesquisa.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Walter Benjamim
Em: O Narrador, 1936:205

RESUMO

Este trabalho de Dissertação do Mestrado em Comunicação, da Faculdade Cásper Líbero, tem como objeto de estudo as 25 reportagens publicadas nas revistas impressas nacionais informativas – *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época* – no período de janeiro de 1989 a maio de 2013, que abordaram a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. A análise dessas matérias servirá de pano de fundo para a discussão sobre a reportagem em profundidade como forma de narrativa e as questões de comunicação que envolvem o tema. A primeira parte deste trabalho faz um breve resumo do contexto histórico do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, a segunda traz o estudo dos elementos fundamentais para a prática da reportagem em profundidade, com foco na abordagem compreensiva e dialógica. Essa análise servirá de guia para o estudo das formas de recortes de realidade apresentados nessas narrativas jornalísticas sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte – um dos maiores projetos de infraestrutura nacionais, debatido há 24 anos na imprensa. O objetivo é compreender, por meio do exame detalhado das reportagens, como a imprensa escrita narrou o projeto e as transformações que este desencadeou na natureza da Amazônia e na vida das comunidades atingidas. Questionar se os veículos de comunicação deram conta de transmitir toda a complexidade exigida para a proposta do gênero narrativo reportagem é o terceiro objetivo desta dissertação, que também pretende servir como uma pequena fonte de inspiração para os estudantes de comunicação em relação ao universo da narrativa em profundidade, possibilitando desta forma construir pontes entre a realidade praticada nas redações e a visão profunda da academia. Essa análise de conteúdo terá como inspiração as proposições teóricas de autores como Edgar Morin, Edvaldo Pereira Lima, Luis Carlos Restrepo, Martin Buber, Michel Maffesoli, entre outros. A análise sobre as estruturas de texto aplicadas nas reportagens em profundidade, e como essa escolha pode ter afetado (ou não) as narrativas sobre a hidrelétrica, terá como suporte teórico autores como; Patrícia Ceolin Nascimento, Oswaldo Coimbra e Otton Garcia. As imagens das reportagens vão ser analisadas e decodificadas a partir da proposta de leitura das fotografias de Boris Kossoy. O histórico e contextualização do projeto da hidrelétrica tem como base as obras de Oswaldo Sevá Filho e Lúcio Flávio Pinto. Investigar o grau de influência da visão cientificista, moldada a partir dos ideias positivistas de mundo, sob o modo como foi narrada a construção da hidrelétrica de Belo Monte pela imprensa escrita está entre os objetivos e contribuições esperadas deste trabalho.

Palavras-chave: Comunicação, jornalismo, reportagem, compreensão, narrativa, hidrelétrica de Belo Monte.

ABSTRACT

This Dissertation of Master in Communication at Casper Líbero College has as object of study 25 articles published for four Brazilian weekly magazines - *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* and *Época* - from January 1989 to May 2013 on the construction of the Belo Monte hydroelectric dam, in Para. The analysis of this material will serve as a backdrop to the discussion about the narrative at the literary journalism. The first part of this paper is a brief summary of the historical context of Belo Monte dam's project, the second brings the study of the fundamental elements for the practice of journalism in depth, or literary, focusing on comprehensive and dialogical approach. This analysis will guide the study of narratives about the construction of the Belo Monte Dam - one of the biggest projects of national infrastructure, discussed 24 years ago in the press. The objective of this research is to understand, through detailed examination of the reports, how deeply media chronicled the project and the changes that it tends to trigger into the Amazon nature and the life of affected communities. Question whether the media used a complex approach to the theme, as befits the genre narrative, is the third objective of this dissertation. Which also aims to serve as a little inspiration to students of communication in relation to the universe of the narrative, thus allowing build bridges between reality practiced at the press and the academy. The theoretical framework used is based on propositions of authors such as Edgar Morin, Edvaldo Pereira Lima, Luis Carlos Restrepo, Martin Buber, Michel Maffesoli, among others. The analysis of the text structures has theoretical support on authors such as Patricia Ceolin Nascimento, Oswaldo Coimbra and Otton M. Garcia. The magazines' photographs will be analyzed by the proposed reading of the photographs of Boris Kossoy. The chapter with history about the hydroelectric project was based on the works of Arsênio Osvaldo Sevá Filho and Lúcio Flávio Pinto. Investigate the influence of science vision, molded from the positivist ideas, in the way it was narrated the construction of the Belo Monte hydroelectric is another expected contributions of this work.

Keywords: Communication, journalism, reporting, narrative, Belo Monte hydroelectric dam.

SUMÁRIO

Antecedentes	09
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – O projeto da hidrelétrica no rio Xingu	19
1.1 Belo Monte e o projeto de um (velho) Brasil	19
1.2 A palavra do empreendedor	30
CAPÍTULO 2 – Reportagem, um diálogo entre mundos	33
2.1 A história das revistas imprensas de notícia: as semanais	33
2.2. Os elementos da reportagem	41
2.2.1 A reportagem e a notícia	41
2.2.2 Reportagem: a arte de narrar a realidade	43
a) A imersão e o mundo que nos toca	45
b) A linguagem do afeto e a inclusão de olhares	48
c) A abordagem complexa nas narrativas	53
d) A humanização	56
e) O diálogo nas narrativas	58
2.3 As formas de discurso de uma reportagem	61
2.3.1 Descrição	61
2.3.2 Dissertação	62
2.3.3 Narrativa	64
2.3.4 A Jornada do Herói nas estrutura narrativas	67
CAPÍTULO 3 – As narrativas de Belo Monte	69
3.1 A cobertura da revista Carta Capital	72
3.2 A cobertura da revista Época	73
3.3 A cobertura da revista IstoÉ	74
3.4 A cobertura da revista Veja	75

3.5 Os elementos da reportagem na cobertura de Belo Monte	76
a) O elemento imersão nas narrativas	77
b) Afeto e ternura	83
c) Visão complexa	87
d) Diálogo	92
e) A humanização	94
3.6 As narrativas visuais de Belo Monte	99
3.6.1 As cenas indígenas nas reportagens de Belo Monte	102
CAPÍTULO 4 – Um novo olhar sobre a hidrelétrica de Belo Monte	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	
1. As 25 reportagens de Belo Monte por estrutura de texto	141
2. As imagens de Belo Monte	155

Antecedentes

“Venho de uma Cuiabá de garimpos e de ruelas entortadas”, como diria o poeta Manoel de Barros. Jornalista há doze anos, sou natural de Cuiabá, no Mato Grosso, de uma família materna na qual predominam os advogados e juristas. Nasci de um encontro costurado por um dos períodos mais cinzentos do Brasil: a Ditadura Militar (1964-1985). Em 1964, meu pai, Oscar Arini, um militante de esquerda recém-formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, estava em seu primeiro mês de trabalho na Superintendência de Política Agrária (Supra), no Rio de Janeiro, onde atuava sob o comando do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Eram todos jovens entusiasmados com a promessa de ser desenhada ali a futura reforma agrária brasileira. O sonho se desfez quando os militares tomaram o prédio na rua Santo Amaro, no Largo do Catete, no centro do Rio de Janeiro. O gabinete estava destruído e o sonho da reforma agrária, apagado. Os colegas de trabalho, presos ou na condição de fugitivos. Meu pai, comunista e filho de comunista, decidiu seguir no navio que ligava o Rio de Janeiro a Montevidéu, no Uruguai, para dali aventurar-se nos sertões do Brasil. Pelo caminho das águas, do rio da Prata ao rio Paraná, chegava-se a Mato Grosso.

Na capital mato-grossense, isolada do Brasil, o governo fazia vistas grossas ao passado político dos profissionais que aceitassem ir para a região ajudar a construir estradas e empreender o sonho da interiorização do Brasil – ideal desenvolvimentista que mais tarde se tornaria uma das preocupações desta dissertação de Mestrado.

No coração do Pantanal, meu pai acabou não ajudando a construir as tais estradas. Casou-se aos 40 anos e atuou por três décadas como arquiteto e professor fundador da Universidade Federal de Mato Grosso, onde eu cursei jornalismo. Assim, eu me considero resultado do encontro de Mato Grosso com São Paulo, onde vivi outra parte de minha vida com a família paterna: a cidade do asfalto, da pressa contínua, do medo do assalto, do trânsito e do frio.

Do Pantanal herdei o amor pela natureza e o respeito à profundidade de seus personagens únicos, pessoas simples que habitam até hoje o meu imaginário. De São Paulo ficaram o idealismo de meu avô e pai comunistas e o eterno espanto com a capacidade do homem de modificar o mundo.

Essa compreensão sobre a transformação social e as justificativas para as grandes obras de infraestrutura são temas que persigo desde a

minha primeira experiência profissional, em 2001. O contato inicial com o gigantismo e o discurso técnico de um canteiro de obras de uma hidrelétrica ocorreu logo após minha formatura em jornalismo, pela Universidade Federal de Mato Grosso, quando fui trabalhar junto ao Departamento de Comunicação Social da empresa Furnas Centrais Elétricas S/A.

Minha primeira e única experiência como jornalista prestadora de serviços para uma grande empresa de energia ocorreu em um período crucial para a hidrelétrica. Era o ano de alagamento de uma área de 50 mil hectares de cerrado, quando áreas ribeirinhas seriam completamente tomadas pelo terceiro maior reservatório de aproveitamento hidrelétrico do Brasil. Um engolir de terras que renderia uma pífia geração de energia, algo como duas centrais de geração eólica, ou dois cata-ventos.

O empreendimento represaria um dos principais formadores do Pantanal e trazia uma série de temores (fundados e infundados) aos moradores da região, ribeirinhos, ambientalistas e cientistas. Na época, falava-se até em uma possível inundação da capital, Cuiabá, por causa do lago, ou de problemas mais reais (e graves), como o desaparecimento dos peixes e o fim do sustento de uma colônia de pescadores da qual dependiam cinco mil famílias. A capital não foi alagada, mas os peixes realmente desapareceram daquele ponto do rio, e junto com eles um modo de vida ribeirinho de mais de cinco séculos.

Por trabalhar para o empreendedor, pude acompanhar de perto o drama das cerca de 800 famílias removidas das margens do rio Manso, e a tentativa desesperada dos cientistas de salvar os animais dos pontos já tomados pelas águas, apesar da insistência de alguns veados-mateiros em se lançarem ao lago, em uma forma suicida de retornarem ao seu território original. Entre tantas polêmicas, o que mais me chamava a atenção nas reportagens da época era a incapacidade de retratar a complexidade da situação.

O maniqueísmo marcante dos discursos, em que o desenvolvimento tornou-se a justificativa para todos os impactos, aliado à incompreensão do outro, despertou em mim a vontade de estudar esse processo narrativo do ponto de vista da comunicação.

Após o trabalho na APM Manso e movida pela curiosidade que o tema despertou, acompanhei, já como repórter, o desenrolar de vários outros projetos de infraestrutura e os seus impactos no meio e no homem. Obras diversas, como a pavimentação da BR-163, entre Mato Grosso e Pará; a instalação de grandes plantas frigoríficas no meio de florestas virgens do Pará; e a proposição e construção de outras hidrelétricas muito maiores que Manso, como Santo Antônio e Jirau (no rio Madeira, em Rondônia), Paranatinga (às margens do Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso), e a hidrelétrica de Belo Monte (no Pará). Esta última tornou-se o tema central desta pesquisa.

Confesso que nos trabalhos de reportagem mencionados nem sempre consegui transmitir a complexidade captada. Seja como jornalista da imprensa local de Mato Grosso, ou como repórter da revista *Época*, em São Paulo, onde atuei entre 2006 e 2010, carrego a certeza de que

poderia ter ido além. A dúvida é se o que me impediu foram apenas exigências editoriais, a pressa ou a ausência de novos modelos, formas narrativas jornalísticas capazes de lançar um olhar mais abrangente e inclusivo, com todas as nuances geradas pela secular necessidade humana de transformar a natureza.

Na tentativa de compreender melhor esse processo, em 2010 decidi abandonar o trabalho fixo nas redações e viver a instável rotina de *freelancer*, enquanto me dedicava à vida acadêmica. Estudar as narrativas sobre a hidrelétrica de Belo Monte foi a escolha mais natural ao longo desse novo caminho.

INTRODUÇÃO

A construção de um complexo hidrelétrico no rio Xingu, com capacidade de geração de energia semelhante ao da usina de Itaipu (14 GW/hora), a segunda maior do mundo, é um projeto debatido pelo Governo Federal desde 1989, e narrado em muitas páginas de jornais e revistas. Batizada como Kararaô, um grito de guerra dos povos Caiapó, a hidrelétrica proposta para o rio Xingu sempre foi um fantasma para os ambientalistas e um sonho das empreiteiras. A obra representa muito mais do que um projeto de geração de energia e é tratada pelo governo como a própria representação de um novo (ou muito velho) projeto de Brasil.

Antes dividido em cinco eixos de barragens no rio Xingu, o projeto desencadeou em 1989 uma controvérsia de grande repercussão internacional. A revolta dos indígenas com a proposta da hidrelétrica levantou uma série de discussões sobre os impactos dos projetos de infraestrutura anteriores, como as hidrelétricas de Tucuruí (Pará) e Balbina (Amazonas). O resultado desse processo foi a desistência inicial de construção de Belo Monte e a retirada dos investimentos internacionais do Banco Mundial.

Em 2003, a restauração das discussões sobre a necessidade da hidrelétrica foi herdada como um dos planos de progresso e desenvolvimento para a Amazônia do governo de Fernando Henrique Cardoso, intitulado Avança Brasil. Em 2006, a hidrelétrica de Belo Monte tornou-se o principal projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula, e, a partir de 2010, também da presidente Dilma Rousseff. Em julho de 2011 as primeiras estacas da futura hidrelétrica levaram para Altamira 10 mil trabalhadores e a certeza de que desta vez os planos sairiam das gavetas dos gabinetes de Brasília. A transformação definitiva da vida dos moradores locais e da paisagem de um dos principais rios da Amazônia, o Xingu, segue por um caminho sem volta.

A hidrelétrica de Belo Monte será a terceira maior do mundo, perdendo em tamanho apenas para Três Gargantas, na China, e Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Para a dimensão do que isso significa, segundo dados do governo, para construir a hidrelétrica será necessário remover uma montanha de terra equivalente à

que foi escavada na construção do Canal do Panamá (1914), que liga os oceanos Atlântico e Pacífico. O valor estimado é de 30 bilhões de reais, mas já foi anunciado que o projeto pode custar até 50 bilhões de reais, tornando-se a obra de infraestrutura mais cara da história do Brasil, talvez do mundo.

Tão grandiosa quanto os números de Belo Monte é a polêmica que cerca o debate em torno da necessidade real de construí-la. Em 1989, uma índia empunhou um facão contra a face do diretor de engenharia da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes. Durante a primeira audiência pública para debater o projeto, Tuíra Caiapó protagonizou uma das cenas mais simbólicas da história do projeto. Seu ato contra o representante do governo tornou-se um ícone da reação dos povos indígenas aos planos estatais de barrar os rios da Amazônia para a geração de energia.

Após 19 anos, em um encontro semelhante na cidade de Altamira, onde 24 etnias indígenas, representantes dos movimentos sociais e o Governo Federal novamente discutiam a construção do mesmo projeto de usina hidrelétrica, agora batizada como Belo Monte, uma índia protagonizou uma cena semelhante. Porém, no meio da confusão o engenheiro de outra estatal (desta vez Eletrobras) foi ferido. Um golpe de facão, de autoria desconhecida pelo inquérito policial concluído na época, atingiu Paulo Fernando Rezende, que acabou envolto por uma roda de indígenas enfurecidos que dançavam empunhando facões e gritavam em protesto contra as palavras do engenheiro, que acabava de declarar em seu discurso que o governo iria construir Belo Monte a qualquer custo.

As imagens de 1989 percorreram o mundo e foram alardeadas pela imprensa. A grande maioria das reportagens retratou os povos indígenas como selvagens que usam da força para impedir o desenvolvimento do país. Em 2008, o sangue correndo do braço de Rezende figurou como manchete em todos os grandes jornais brasileiros. As cenas de guerreiros Caiapó pintados para guerra renderam muitos blocos noticiosos nos canais de televisão, páginas em jornais e nas revistas semanais de informação.

Imagens que se tornariam símbolos de uma disputa cada vez mais comum: a necessidade do homem contemporâneo de abrir espaços para sua civilização e mercado em locais ainda não conquistados, tais como a Amazônia brasileira, as terras distantes das florestas coníferas do Alaska, nos Estados Unidos, e os topos congelados dos picos do Himalaia, na China. Mundos que de algum modo – por

teimosia ou necessidade – insistem em permanecer alheios à lógica do produzir e reproduzir da sociedade contemporânea.

Analisar o universo da construção das narrativas jornalísticas, publicadas entre 1989 e 2013, nas quatro revistas nacionais de informação, *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, é o objeto deste estudo. A proposta é reunir elementos que revelem como a mídia impressa se comporta para narrar temas que demandam muito da capacidade compreensiva por envolverem o debate sobre quais caminhos de desenvolvimento o mundo deve seguir.

Em muitos momentos ao longo desta pesquisa me perguntei sobre a relevância de apresentar mais uma análise de conteúdo sobre o tema reportagem impressa e qual seria o objetivo mais pertinente para guiar este trabalho. Eu não gostaria de apresentar mais um trabalho meramente crítico, que apontasse o quão estamos distantes de um ideal de reportagem.

Por isso, optei, como proposta para este trabalho, além de falar das lacunas e dos problemas, também tentar por construir um estudo de possibilidades que pudessem ser como uma pequena contribuição para despertar a paixão de estudantes e profissionais da comunicação para o valor da imersão, da afetividade, da complexidade e do diálogo nas narrativas jornalísticas. Este é um dos principais objetivos desta pesquisa, pois, se os jornalistas estão distantes de um olhar profundo e complexo para narrar o mundo por meio de suas reportagens, então cabe aos pesquisadores da comunicação a construção de pontes entre a realidade praticada nas redações e essa visão profunda proposta pela academia.

Outro ponto importante para a justificativa deste projeto é o número (ainda) reduzido de estudos sobre a relação da mídia com a usina hidrelétrica de Belo Monte. Entre os trabalhos mapeados nas pesquisas para este projeto, nenhum deles trata diretamente da relação entre imprensa escrita e o projeto da hidrelétrica de Belo Monte. Um dos estudos mais similares a essa proposta é o artigo de Thiago Almeida Barros, da Universidade Federal do Pará, apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), em 2009: “Belo Monte de FHC a Lula. Sentidos e discursos do desenvolvimento energético da Amazônia na mídia (1999 a 2006)”. O texto trata dos resultados da análise de conteúdo das reportagens publicadas sobre a hidrelétrica de Belo Monte nos jornais paraenses *O Liberal* e *Diário do Pará*, dois dos principais impressos do Estado. A conclusão do autor aponta que apesar de conquistarem espaço na mídia, os

representantes dos movimentos, contrários à construção de Belo Monte, foram retratados de forma semelhante ao discurso dos defensores do projeto; “desorganizado, com tendência à violência, academicamente passional e intolerante à metodologia utilizada para a discussão do EIA e do RIMA e pontos mais polêmicos do projeto de aproveitamento hidrelétrico” (Barros, 2011:16).

O terceiro trabalho sobre comunicação e barragens encontrado é a tese de doutorado do pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Carlos Augusto Locatelli, publicado em 2011, sobre a hidrelétrica Foz de Chapecó: “O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó”, no qual o autor aborda o poder da comunicação na implantação de projetos originados em políticas públicas, com elevado impacto socioambiental, colocados pelo Estado à sociedade na condição de interesse público. O objetivo de estudo de Locatelli foram os processos de comunicação vinculados à Usina hidrelétrica Foz do Chapecó, Rio Uruguai, na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dois estudos recentes também abordam o projeto da hidrelétrica e a comunicação das ações que contestam a construção de Belo Monte na internet. O primeiro, um artigo de 2011, de Josiele Souza da Silva, da Universidade Federal do Pará “Movimento Xingu Vivo para Sempre e o Discurso da Contestação contra Belo Monte”, trata da eficácia nos processos de comunicação dos movimentos contrários ao projeto que integram uma rede com várias ongs e movimentos sociais nacionais e do Pará. O artigo foi apresentado na II Conferência Sul Americana e IV Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, com tema “Amazônia um direito de comunicar”.

O segundo artigo é de autoria de Luís Mauro Sá Martino e Angela Salgueiro Marques, publicado em 2012, sobre a campanha “Gota d’Água”. O vídeo veiculado pelo canal *Youtube* é protagonizado por um grupo de atores da Rede Globo de televisão que aceitaram apoiar uma peça publicitária contra a construção da hidrelétrica também proposta pelo Movimento Xingu Vivo. A campanha tornou-se uma das mais representativas mobilizações sociais executadas na internet no Brasil, pois em sua primeira semana de veiculação atingiu 4 milhões de acessos, um número até então inédito. O artigo “Deliberação online e opinião pública no caso do movimento Gota d’Água contra a usina hidrelétrica de Belo Monte” foi publicado em 2013, na *Revista Contemporânea, comunicação e cultura*, da Universidade Federal da Bahia. O texto discute as possibilidades de se perceber os ambientes

virtuais como arenas discursivas para a construção da opinião pública em situações onde os interesses corporativos enfrentam razões publicamente construídas e práticas de engajamento coletivo.

Contribuir para o avanço desses estudos é uma das propostas desta pesquisa, que visa incentivar a continuidade dessas análises sobre a hidrelétrica de Belo Monte, e outras possíveis obras de infraestrutura no Brasil e no mundo. Uma abordagem que dá continuidade ao processo de pesquisa da proponente deste projeto, que dedicou o seu trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social, na Universidade Federal de Mato Grosso, em 2001, à análise dos desdobramentos na mídia de outro grande projeto de infraestrutura, a Hidrovia Paraná-Paraguai, no Mato Grosso.

A metodologia aplicada é a análise de conteúdo das narrativas publicadas nas reportagens das quatro revistas de informação nacionais: *Carta Capital*, *IstoÉ*, *Época* e *Veja*. O recorte temporal para essa análise é o início das discussões do projeto, a partir das primeiras audiências públicas, em 1989, até abril de 2013. A base deste trabalho são 25 reportagens e 22 imagens publicadas pelas revistas semanais nesse período.

Este estudo possui quatro capítulos e começa com a apresentação das características técnicas e do histórico da hidrelétrica de Belo Monte, que em 1979 foi proposta pelo governo federal e o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A, bem como as implicações da proposta para a região. Também serão apresentados outros estudos que abordam os impactos negativos e positivos do projeto de Belo Monte, como as pesquisas de Arsênio Oswaldo Sevá Filho, especialista em energia e combustíveis, e professor de engenharia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O livro do jornalista Lúcio Flávio Pinto: *A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas*, publicado em 2012, também é um material de apoio para este primeiro capítulo, com enfoque no histórico e contextualização do projeto de Belo Monte e outras obras de infraestrutura idealizadas para a Amazônia.

O segundo capítulo aborda os elementos primordiais das narrativas e as questões relacionadas ao pensamento complexo, à compreensão e ao diálogo. O caráter de profundidade das narrativas jornalísticas e a evolução do gênero reportagem em revista também integram este estudo. Outra fonte de colaboração para esse capítulo são os frutos das discussões e trabalhos do grupo de pesquisa que integro na Faculdade Cásper Líbero “Comunicação, jornalismo e epistemologia da

compreensão”, coordenado pelo professor Dr. Dimas Künsch, autor de publicações sobre os elementos da compreensão e as diversas formas de se “pensar o pensamento” nos processos da comunicação.

O terceiro capítulo apresenta a análise de conteúdo dos resultados da pesquisa de campo – a coleta de todas as reportagens veiculadas nas quatro revistas de informação nacional no período indicado. O estudo das fotografias publicadas nas reportagens de revistas também integra essa parte do trabalho, complementando o “corpus” da análise de conteúdo. As imagens das reportagens foram incluídas devido a importância da fotografia nas revistas semanais de informação. Para não fugir do foco proposto, foram analisadas apenas as 22 imagens referentes à questão indígena, uma vez que desde 1989 essas fotografias são associadas e reproduzidas por diversas publicações como símbolos da hidrelétrica de Belo Monte.

Vasculhar os arquivos das quatro principais revistas semanais de informação em busca de reportagens sobre o projeto de Belo Monte foi uma das partes mais complexas desta etapa de trabalho. Por tratar-se de uma pesquisa com uma linha temporal extensa – são mais de 24 anos de cobertura – houve a necessidade de longas consultas. Outro fato, chocante, é a inexistência de arquivos públicos que reúnam todas as revistas semanais de informação com uma temporalidade que vá além do ano base de 2008. Nem a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, possui todos os arquivos dessas revistas aberto ao público. E pior, a instituição apesar de ser pública e mantida com verbas governamentais cobra, até R\$ 5,00 (cinco reais), pela digitalização de cada material consultado!

Foram necessários quase dois meses de idas e vindas aos arquivos das revistas *IstoÉ* e *Carta Capital*, que abriram de forma muito generosa o seu material de consulta, para finalizar essa análise de conteúdo. A Editora Globo exigiu que os arquivos da revista *Época* fossem comprados e cobrou o pagamento de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) pelo material aqui analisado. Já a revista *Veja*, da editora Abril, disponibiliza todos os seus arquivos digitalizados e de forma gratuita. Em dezembro de 2013, a editora de *Carta Capital* divulgou que também iria digitalizar o seu conteúdo e disponibilizar gratuitamente na internet.

Para a análise de conteúdo do “corpus” do trabalho, as reportagens foram classificadas segundo o veículo, título e data, autor, fontes, número de páginas e uma pequena descrição de seu conteúdo. A forma de discurso de reportagem empregada (descrição, dissertação ou narrativa), e uso dos cinco elementos fundamentais de uma

reportagem (apresentados no Capítulo 2) – imersão, afetividade e ternura, abordagem complexa, humanização e diálogo – foram aplicados em uma análise direcionada de oito reportagens selecionadas entre as 25 publicações encontradas.

O primeiro foco dessa análise foi traçar um quadro geral (vide anexo I) de como ocorreram as narrativas sobre a hidrelétrica de Belo Monte. Ali, estão concentradas as informações descritivas, como os autores das reportagens e o número de páginas, categorias que auxiliam a descobrir se existiam jornalistas especializados na temática e qual foi o espaço dedicado ao tema.

Essas classificações gerais guiaram a formulação de perguntas levantadas durante a análise de conteúdo. Entre as questões investigadas estão as seguintes: a cobertura sobre o projeto da hidrelétrica de Belo Monte permaneceu ligada a uma temática específica, como o enfoque econômico por exemplo? Existiu pluralidade de vozes entre os entrevistados e as fontes predominantes de informações? As reportagens atingiram um ideal de profundidade satisfatório para serem consideradas um veículo de conhecimento sobre construção da hidrelétrica de Belo Monte?

Das 25 reportagens analisadas, oito matérias, como adiantado, foram foco de um estudo mais refinado. Esse conteúdo foi escolhido entre as reportagens mais representativas, que integraram uma análise dos elementos fundamentais da reportagem (vide capítulo 2).

Esta dissertação pretende contribuir para o debate sobre como a imprensa narra os resultados das transformações impostas pela economia na natureza e na vida das populações impactadas por esses projetos. Um dos objetivos deste estudo é questionar se a imprensa deu conta de transmitir toda a complexidade exigida para a proposta do gênero narrativo reportagem. Ou, se as matérias publicadas sucumbem a um ideal positivista de mundo, onde a razão científica e econômica se sobrepõe, por meio de uma visão instrumental, desenvolvimentista e reducionista da realidade.

Os possíveis caminhos para atingirmos um ideal amplo e abrangente de narrativa nas reportagens em profundidade é a parte final deste trabalho. Essa proposta é apresentada no capítulo 4, onde por meio da análise de uma reportagem sobre a hidrelétrica de Belo Monte, publicada em fevereiro de 2013 pela revista mensal *piauí*, são debatidos possíveis modelos que poderiam ser empregados para a construção de reportagens em profundidade com a aplicação de grande parte dos elementos, considerados neste estudo, necessários para uma narrativa abrangente e plural.

Capítulo 1

O PROJETO DA HIDRELÉTRICA NO RIO XINGU

1.1 Belo Monte e o projeto de um (velho) Brasil

“Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde.” Estes são os dizeres da placa afixada no tronco de uma castanheira na cidade de Altamira, em 1970, para marcar a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230). Idealizada para ter 8 mil, hoje, com 4.223 quilômetros, a estrada corta a floresta no sentido leste-oeste, ligando as cidades de Cabedelo, na Paraíba, a Lábrea, no Amazonas, atravessando os estados da Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

A Transamazônica inaugurou um novo momento para a Amazônia: a era dos megaprojetos de infraestrutura. Essas obras bilionárias trariam o prometido “progresso” para a região, esquecida desde o fim do Ciclo da Borracha (1879-1945). O anúncio da BR-230 foi concretizado – e festejado – no dia 9 de outubro de 1970, com um ritual simbólico: o corte de uma castanheira de 50 metros de altura na presença do presidente Emílio Garrastazu Médici, como relembra Dom Erwin Kraütler, Bispo do Xingu há mais de 40 anos na coletânea: “Tenotão-Mõ. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu”, organizada pelo pesquisador da Unicamp, Arsênio Oswaldo Sevá Filho, em 2005, para a ONG International Rivers Network.

Foi a época do “integrar para não entregar”. Não entendi e jamais entenderei como o presidente podia ficar “emocionado” ao ver uma majestosa castanheira cair morta. Não entendi as palmas delirantes da comitiva desvairada diante do estrondo produzido pelo tomo desta árvore, a rainha da selva. Aplausos para quem e em razão de quê? A placa fala da conquista deste gigantesco mundo verde. A implantação do marco pelo presidente não passa de um ato cruel, bárbaro, irracional, macabro. O que significa conquistar?

Movidos por esse ideal de desenvolver a Amazônia, planejados durante o Regime Militar (1964-1985) para o Brasil, e concretizados após a visita do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) a Altamira, muitos projetos de infraestrutura passaram a ser idealizados para a Amazônia. A construção das estradas Belém-Brasília (BR-153) e a Cuiabá-Santarém (BR-163), são alguns exemplos dessas obras que também tinham como objetivo levar para a Amazônia retirantes nordestinos, assolados pela seca, para assim desenvolver a região Norte e, também, resolver o problema da miséria do Nordeste (Pinto, 2012a: 70-75).

Um plano muito similar ao do início do século XX, quando os “Soldados da Borracha” foram levados para o Acre e o Amazonas por causa do “Acordo de Washington”, assinado durante o Estado Novo (1937-1945) do presidente Getúlio Vargas, que previa que o Brasil deveria produzir borracha a baixo custo para apoiar os Estados Unidos e os aliados na Segunda Guerra Mundial (Época, 306, 26/03/2004:75-76).

Foi a inspiração na política desenvolvimentista de Getúlio Vargas, das décadas de 1930 e 1940, que levou os militares a criarem, em 1966, um órgão federal para controlar, e financiar, a execução de projetos para impulsionar o desenvolvimento na região Norte: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O órgão foi idealizado para substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada por Vargas, em 1953, já com foco no desenvolvimento da região que ocorreu na época por meio dos grandes investimentos para a pecuária. Em 2001, a Sudam chegou a ser extinta devido a inúmeras acusações de corrupção e desvios de verbas públicas, sendo recriada novamente em 2003, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (Congresso em Foco: 16/12/2005¹).

A mineração surgiu como uma proposta para a Amazônia em 1967. Foi nessa data que a gigante mineradora americana “United States Steel” encontrou no Pará a maior jazida de minério de ferro do planeta: Carajás. A mina foi 100% nacionalizada em 1977, e passou a ser dirigida pela (ainda) estatal Companhia Vale do Rio Doce (CRVD). Porém, em poucos anos um convênio com o governo japonês direcionou novamente estoques da região para um destino exterior. Em 1998, quando a Vale foi

¹ Acessado em 16/12/2005. Disponível em:
<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/escandalo-da-sudam-todos-ricos-todos-soltos/>

privatizada, a comercialização do minério de ferro de Carajás já não era mais condicionada pelo consórcio japonês, e passou a ser vendida a novos parceiros asiáticos (Pinto, 2012a:143-145). Até 2013, a China era o maior compradora do minério de ferro de Carajás, segundo dados da própria Vale, a maior produtora mundial desse produto (Sala de Imprensa Vale: 16/11/2013²).

O crescimento da mineração desencadeou outra necessidade: a geração de energia na Amazônia. Após o anúncio da abertura da Transamazônica, um grupo de engenheiros viajou pelo interior do Pará na direção do rio Xingu – o gigante curso de águas verde-esmeralda com trechos cobertos de cachoeiras e intensas corredeiras. Suas águas são temidas pelos que (ainda) precisam aventurar-se por ali e enfrentam saltos como a cachoeira Jericoá, a Assassina e a Baleia, todas na Volta Grande do rio Xingu. Cachoeiras que aos olhos da ciência são vistas como oportunidade e não como obstáculos.

Foi justamente a força dessas águas que atraiu o grupo da empresa Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores, prestadora de serviços da construtora Camargo Corrêa, contratados pela recém-criada empresa estatal de energia Eletronorte para mapear o potencial energético dos rios da Amazônia. A visita resultou no “Estudo de inventário hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu”, publicado em 1979, que determinou onde seriam as futuras hidrelétricas na Amazônia. A mais importante dessas obras idealizadas no estudo é hoje conhecida como Belo Monte, o primeiro grande projeto de geração de energia inteiramente nacional, a futura maior hidrelétrica brasileira, com uma geração de energia de 11 Gkw/h, só perdendo em geração para a binacional Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai, com 15 GKw/h de potência (Séva Filho, 2005:10).

Embora poucos comparem o projeto da hidrelétrica de Belo Monte com Tucuruí, ambas as obras foram idealizadas pelo mesmo pensamento de “integrar a Amazônia, para não entregá-la”. As duas hidrelétricas também foram projetadas no mesmo período e sob o mesmo paradigma de que desenvolvimento é transformar as paisagens naturais, exposto tanto no discurso do general Emílio Garrastazu Médici (1970), quando no lema do Projeto Rondon, símbolos da política desenvolvimentista do Governo Militar e de Getúlio Vargas.

² Acessado em 10/10/2013. Disponível em:
http://saladeimprensa.vale.com/pt/informacoes_uteis/index.asp

A hidrelétrica de Tucuruí é a obra mais próxima do que está proposto para Belo Monte. É difícil acreditar que haverá muita diferença nos impactos e modo de execução entre esses dois projetos. Desde o início, ambas trazem similaridades como: a falta de diálogo com os povos atingidos, os gastos bilionários de dinheiro público em seus orçamentos, o uso de grande parte de sua energia para a indústria de alumínio e a distribuição de seu potencial energético para os centros consumidores do Sul e Sudeste.

Localizada no Pará, a 310 quilômetros de Belém, Tucuruí também foi idealizada pelos militares, em 1973. Sua inauguração ocorreu no governo do general João Batista Figueiredo, o último do Regime Militar (1964-1985). O projeto inaugurou a participação da construtora Camargo Corrêa, que permanece até 2013 no canteiro de obras, 37 anos depois, um recorde nacional, talvez mundial.

Tucuruí foi idealizada para abastecer as indústrias de alumínio de capital japonês associadas à Companhia Vale do Rio Doce (na época uma estatal). As empresas Alumínio Brasileiro SA (Albras), a Alumina Norte do Brasil SA (Alunorte) e o consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), formado pela BHP Billiton e pela Alcoa, também seriam beneficiários da energia de Tucuruí. O objetivo era impulsionar a extração da bauxita, matéria prima para produção de alumínio e alumina, extraídos do rio Trombetas, de Paragominas e do rio Juriti, todos no Pará (Pinto, 2012b: 777-782).

O projeto foi idealizado para ser a maior metalúrgica de alumínio do mundo, com um orçamento inicial de 2,5 bilhões de dólares, dos quais 700 milhões eram relativos aos custos da hidrelétrica. A capacidade de produção do projeto foi reduzido pela metade (o que o tornou a maior metalúrgica da América do Sul), porém os gastos saltaram. Em 1975, o complexo de produção de alumínio passou a custar US\$ 3,5 bilhões e a hidrelétrica, US\$ 1,4 bilhão. Os parceiros japoneses desistiram da empreitada e o governo brasileiro assumiu o projeto. Com um orçamento três vezes superior ao estimado, a obra passou a ser custeada apenas com capital estatal (Monteiro, 2007:198-199)

Para executar o projeto de Tucuruí foi criada a Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA (Eletronorte), a empresa idealizadora do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, na qual trabalhava o engenheiro Muniz Lopes, que protagonizou a cena com a índia Tuíra (capítulo 3), durante o Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, em 1989.

Lúcio Flávio Pinto relembra (2012b) outra similaridade entre Belo Monte e Tucuruí: a atração de migrantes. Um ponto positivo da obra foi que, após inúmeros conflitos com a empresa responsável e o governo, houve uma organização dos setores sociais que envolviam o projeto. Um dos mais significativos foi o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que surgiu para representar pescadores, trabalhadores rurais e extrativistas que tiveram seus direitos desrespeitados. O principal foco de discussão das ações do MAB era o preço pago pelas indenizações aos atingidos pela obra de Tucuruí. Outra reivindicação que surgiu das mobilizações iniciais desencadeadas pela construção de Tucuruí foi a criação de uma reserva extrativista para ser coordenada pelas entidades populares locais (Pinto, 2012b: 777-782).

A hidrelétrica de Tucuruí é uma das cinco maiores obras públicas do Brasil. Até hoje especula-se sobre o valor real do projeto. O Governo Federal admite que investiu US\$ 4,5 bilhões. Os movimentos sociais denunciam que a obra engoliu US\$ 10 bilhões. Um relatório da Comissão Mundial de Barragem aponta que o projeto absorveu no mínimo US\$ 7,5 bilhões (Rovere, 2000:13).

Os altos custos e a evolução no orçamento parecem ser uma constante também em Belo Monte. No início do projeto, ainda em 1989, o custo da obra era de menos de R\$ 2 bilhões. Em 2006, quando o projeto foi novamente apresentado para a sociedade, a Belo Monte já era a obra mais cara do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com uma estimativa de R\$ 4,5 bilhões. Hoje, os custos estimados podem chegar ao dobro do programado, atingindo o montante de R\$ 30 bilhões de reais (Norte Energia, 2013³). O projeto da hidrelétrica do Xingu sempre gerou mais controvérsias e tensões sociais do que Tucuruí. Os debates públicos começaram em 1988, quando lideranças indígenas e pesquisadores participaram de um simpósio florestal, na Flórida, no EUA. Foi quando Paulinho Paiakan e Kuben-I, acompanhados de Darrel Posey, antropólogo do Museu Emílio Goeldi, no Pará, denunciaram à comunidade mundial que o Banco Mundial estava financiando um projeto que iria alagar 7 milhões de hectares de floresta e desalojar 13 comunidades indígenas (Barros e Ravena, 2011:2).

³ Acessado em 10/11/2013. Disponível em:
<http://norteenergiasa.com.br/site/categoria/documentos/zz-licencas-ambientais/>

A revolta dos indígenas com a ideia da construção de barragens no rio Xingu levantou uma série de discussões sobre a forma como o Brasil promove o desenvolvimento da Amazônia. O resultado desses processos foi, além do adiamento do projeto da hidrelétrica, a estruturação do movimento social e ambiental do Brasil como conhecemos hoje, com a fundação de organizações não governamentais, como o Instituto Socioambiental (ISA), o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) e, como adiantado, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O auge desse confronto ocorreu durante o I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, no Pará, quando Tuíra Caiapó passou um facão em sinal de ameaça no rosto de José Antônio Muniz Lopes, engenheiro e diretor da Eletronorte. A cena foi fotografada e publicada em pela imprensa nacional e mundial como um símbolo da resistência indígena contra a construção de hidrelétricas na Amazônia.

Em 1999, a Eletronorte decidiu criar uma alternativa para retomar o projeto das barragens no rio Xingu. Para reduzir os impactos denunciados pelos indígenas, em 1989, foi concebido o que conhecemos como “a hidrelétrica de Belo Monte”, redesenhada apenas com um grande reservatório e um canal de alteração na região da Volta Grande do rio Xingu. O novo projeto foi previsto para ser executado em uma área que abrange as cidades de Altamira, Anapú, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, todas no Pará.

Até 1999, a empresa foi, em geral discretamente, intensificando a implantação do projeto: fez modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto, rebatizou-o pela 2ª vez, agora seria o CHBM – Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, somente com as obras da 1ª usina na Volta Grande. Passou a chamar de Usina ou Aproveitamento Altamira a anterior usina Babaquara, mas desmentia que iria fazê-la, insistindo que Belo Monte tinha viabilidade mesmo que fosse um barramento “isolado” no rio Xingu (Sevá Filho, 2005: 15-16).

Nos anos seguintes, o Governo Federal passou a investir em estudos de viabilidade para esse novo projeto. O presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), também propôs dois planos que desengavetariam a proposta: O Brasil em Ação (1996-1999) e o Avança Brasil (2000-2003). Mas poucas das obras propostas por FCH foram de fato concretizadas, pois o foco das ações públicas ainda eram as

questões econômicas, como o controle da hiperinflação, herdada dos governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Melo (1991-1992) e Itamar Franco (1992-1994).

No início de 2000, o Brasil já havia conquistado um ambiente de retomada do crescimento econômico e o projeto da hidrelétrica de Belo Monte ganha um novo incentivo: uma grande crise energética, batizada como “o Apagão”. O país enfrentava, entre 2000 e 2001, grandes blecautes de energia e crise na distribuição como reflexos de secas intensas que deixaram os reservatórios das hidrelétricas muito abaixo da capacidade produtiva. Sem energia e com a encomia em ordem, o Governo Federal voltou a planejar grandes obras para o setor elétrico.

Apesar do cenário favorável, a construção de Belo Monte iria sofrer uma segunda derrota em 2002, quando o primeiro pedido para seus Estudos de Impactos Ambientais foi derrubado por uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF), do ministro Marco Aurélio Mello, que manteve suspenso o projeto devido à ausência de estudos que revelassem qual seria o impacto da obra nas terras indígenas.

Em março de 2002, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME), criou um grupo de trabalho para viabilizar o projeto da hidrelétrica (rebatizada como Belo Monte). A ideia era encontrar soluções para todos os entraves jurídicos que pudessem surgir contra o projeto.

No mesmo ano, a eleição presidencial mudou a plataforma política nacional, e o país passou a ser governado pela (até então) oposição, liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Porém, mesmo antes das eleições, o Plano de Governo do novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, já revelava que pouca coisa mudaria nos propósitos para o rio Xingu. Um documento intitulado “O lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil” demonstrava que o futuro governo nacional também teria como meta a concretização da hidrelétrica de Belo Monte.

Buscar parcerias tecnológicas internacionais que reúnam os conhecimentos mais avançados em geração de energia hidrelétrica, sem necessariamente envolver a construção de megabarragens, para orientar os projetos já em curso como Belo Monte, Santa Isabel e São Luís, no Pará, e aqueles em execução no rio Tocantins (Abramo, 2002:18⁴).

⁴ Acessado em 10/10/2002. Disponível em:

No ano seguinte o projeto foi desengavetado pelo já presidente e tornou-se a obra mais cara do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula (2003-2010), e posteriormente da presidenta Dilma Rousseff. Os custos da hidrelétrica no rio Xingu foram estimados em 10 bilhões de dólares, mais de 90% do valor financiado pelo Banco de Desenvolvimento Nacional (BNDES).

Além de desengavetar a obra de Belo Monte, na Amazônia, o governo petista consolidou os planos desenhados há 40 anos durante o Regime Militar, nos quais os recursos naturais da Amazônia deveriam ser usados para embalar grandes obras de infraestrutura e aumentar o PIB Nacional. Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), elaborado pela Empresa Nacional de Pesquisa Energética (EPE), entre 2006 a 2015, a expansão energética nacional deve ser feita com base na construção de mega hidrelétricas como Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará (EPE, 2012:420⁵).

A nova proposta da hidrelétrica de Belo Monte envolveu uma série de atores diferenciados, como pesquisadores, membros do Judiciário, movimentos sociais, povos indígenas, órgãos públicos, políticos, empreiteiras e outras grandes corporações privadas. A complexidade do projeto, como já adiantado na introdução, prevê uma remoção de terra, na região da Volta Grande do rio Xingu, semelhante ao que foi escavado para a construção do Canal do Panamá (1888-1914).

Com altos custos o novo desafio era superar as tensões com os povos indígenas. Em maio de 2008, uma segunda assembleia foi realizada para se debater a proposta de Belo Monte com as etnias afetadas. E, novamente em Altamira, uma mulher indígena empunhou um facão para um engenheiro da Eletrobras (empresa que substituiu a Eletronorte). O desfecho da tentativa de se reencenar o ato simbólico de Tuíra, de 1989, acabou em uma quase tragédia. Revoltados com a afirmação de Paulo César Rezende, o engenheiro da estatal, que disse que o governo iria construir Belo Monte “custasse o que fosse necessário”, um grupo de Caiapós passou a dançar e entoar gritos de guerra em volta do engenheiro, que paralisou sua apresentação. No meio da confusão, um golpe de facão acabou atingindo-o no braço. As cenas dos indígenas pintados de guerra e do representante da Eletrobras coberto de sangue tomaram as manchetes dos veículos de comunicação.

<http://www.fpabramo.org.br/uploads/olugardaamazonianodesenvolvimento.pdf>

⁵ Acessado em 10/12/2012. Disponível em: http://www.epe.gov.br/PDEE/20080111_2.pdf

Mesmo com a indisposição dos povos indígenas, uma denúncia na Organização dos Estados Americanos (OEA), por não realizar as oitivas (consultas) às comunidades indígenas afetadas e 14 ações do Ministério Público Federal contra o projeto, em 2010, o Governo Federal concedeu as licenças de instalação para Belo Monte.

Em julho de 2011 as primeiras estacas da futura hidrelétrica anunciavam o começo da obra em uma das curvas do rio Xingu, em Altamira. Foram atraídos para o projeto 20 mil trabalhadores, mais de 100 mil migrantes e a certeza de que desta vez os planos para Belo Monte sairiam das gavetas dos gabinetes de Brasília.

Uma característica importante do projeto de Belo Monte é ser a primeira de uma série de novas hidrelétricas planejada para a Amazônia. Todas essas obras vão impactar diretamente regiões de grande importância ambiental, onde vivem populações tradicionais que, em muitos casos, sequer foram ouvidas sobre esses projetos.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estão previstos 28 novas hidrelétricas para a Amazônia. Essas obras devem custar R\$ 65 bilhões e gerar 38.292 MW, quase a metade dos 78.909 MW já produzidos pelas 201 usinas em operação, em 2013, no país. Ou seja, o governo vai usar os rios da região Norte para duplicar a geração de energia nacional.

Sete dessas hidrelétricas são em bacias hidrográficas isoladas e ainda intactas, em regiões de rios como o Aripuanã e Roosevelt. Só as obras no Mosaico do Apuí, por exemplo, vão impactar 12 unidades de conservação e várias terras indígenas. A hidrelétrica de São Luiz do Tapajós deve gerar 6.133 MW, será a quarta maior do país, atrás de Belo Monte, Tucuruí e Itaipu. Mais da metade dessa energia será distribuída aos grandes centros consumidores (Sudeste) pelo Sistema Interligado Nacional (SIN).

Uma das questões mais alarmantes de todas essas obras é a ausência de consulta às populações atingidas, ou ao próprio povo brasileiro, que paga por esses projetos com seus impostos. As decisões sobre a matriz energética nacional ainda é tomada em portas fechadas dos gabinetes de Brasília.

Uma lógica percebida pelo pesquisador Carlos Augusto Locatelli como antidemocrática, em seu estudo: “O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina hidrelétrica Foz do Chapecó”. Segundo o autor, os grandes projetos de energia da Amazônia nunca consideraram qualquer intenção de

consulta pública e o uso do dinheiro público era o fim maior dessas obras.

Em entrevista concedida à jornalista Eliane Brum, para o site da revista *Época*, Célio Bermann, pesquisador e professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, também confirma a lógica identificada por Locatelli. Ex-consultor do Governo Federal para as questões de energia, Bermann classificou a área de energia do país como uma “caixa preta”. A afirmação do pesquisador da USP foi reproduzida na íntegra para percebermos como é a visão dos que acompanharam a evolução do projeto de Belo Monte e as tomadas de decisões governamentais para o setor elétrico.

A governabilidade foi encontrada através de uma aliança que mantém o círculo de interesses que sempre estiveram no nosso país. É a mesma turma que continua na área energética. E isso é impressionante. A população não participa do processo de decisões. Não existem canais para isso. Ainda no governo FHC, durante a privatização, o governo criou um Conselho Nacional de Política Energética. Nos dois mandatos de FHC participavam os dez ministros, mas havia um assento para um representante da academia e um da chamada sociedade civil. Eles sentavam, discutiam as diretrizes energéticas de uma forma aparentemente saudável, mas, no frígido dos ovos, na prática não mudava nada. De qualquer forma, havia pelo menos esse sentido de escutar. Isso, com Lula, acabou.

(...)

– O José Antonio Muniz Lopes, um homem da cota do Sarney, é um personagem longo nessa história de Belo Monte... (...)

Bermann – Pois então. Naquela época, em 2003, era ele o diretor da Eletronorte que a Dilma tinha ficado feliz por ter conseguido afastar. Por isso que eu falo que não é o governo Lula, é o governo Lula/Sarney. E agora Dilma/Sarney. Constituiu-se um amálgama entre os interesses históricos do superfaturamento de obras, sempre falado, nunca evidenciado. Não se trata de construir uma usina para produzir energia elétrica. Uma vez construída, alguém vai precisar produzir energia elétrica, mas não é para isso que Belo Monte está sendo construída. O que está em jogo é a utilização do dinheiro público e especialmente o espaço de cinco, seis anos em que o empreendimento será construído. É neste momento que se fatura. É na construção o momento onde corre o dinheiro. É quando prefeitos, vereadores, governadores são comprados e essa situação é mantida. Estou sendo muito claro ao expor a minha percepção do que é uma usina hidrelétrica como Belo Monte (*Site Revista Época*, Brum:10/2011⁶)

⁶ Acessado em 31/10/2011. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html>

Essa ausência de diálogo e tomadas de decisões antidemocráticas são as bases de grande parte das disputas judiciais que já paralisaram a construção de Belo Monte. Ao todo existe mais de 14 ações contra a obra. Felício Pontes, Procurador da República e um dos autores de grande parte desses processos, classifica a forma como o governo vem executando o projeto como “Um belo monte de violências”. O termo tornou-se o nome de um blog que o procurador mantém desde 2011, e onde expõe questionamentos não respondidos pelo poder executivo sobre o projeto. O blog já foi alvo de processos do consórcio Norte Energia, porém até outubro de 2013 os artigos continuavam no ar.

1.2 A palavra do empreendedor

Figura 01: O projeto da futura hidrelétrica do rio Xingu, no Pará



Fonte: Ilustração produzida pelo Consórcio Norte Energia

A construção da hidrelétrica é executada pela Norte Energia, uma coalizão formada por empresas privadas e estatais. Responsável pela execução da obra desde o leilão do projeto, em abril de 2010, a Norte Energia considera a hidrelétrica de Belo Monte um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Quadro 01: empresas privadas que participam da construção de Belo Monte

<p>Grupo Eletrobras Eletrobras: 15,00% Chesf: 15,00% Eletronorte: 19,98%</p> <p>Entidades de Previdência Complementar Petros: 10,00% Funcef: 10,00%</p> <p>Sociedade de Propósito Específico Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia S.A.): 10,00% Amazônia (Cemig e Light): 9,77%</p> <p>Autoprodutoras Vale: 9,00% Sinobras: 1,00%</p> <p>Outras Sociedades J.Malucelli Energia: 0,25%</p>

Em seu site oficial⁷, a Norte Energia não faz nenhuma menção sobre as denúncias contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. A mensagem do consórcio é que a hidrelétrica segue as diretrizes da política energética nacional.

O empreendimento integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que é uma prioridade do Governo Federal. Sua entrada em ação propiciará mais oferta de energia e mais segurança para o Sistema Interligado Nacional (SIN), com melhor aproveitamento das diferenças hidrológicas de cheia e seca entre as diversas regiões do País (Norte Energia, acessado em 16/11/2013).

A hidrelétrica deve entrar em operação em 31 de dezembro de 2014 e a comercialização da energia gerada por Belo Monte começa em 2015. Belo Monte terá capacidade instalada de 11.233,1 MW de potência e geração anual prevista de 38.790.156 MWh ou 4.571 MW médios, e um reservatório com área de 503 km quadrados. A conclusão do empreendimento está prevista para 10 anos, com início de operação da última máquina em 2019.

A questão do diálogo com as populações tradicionais é considerada um assunto resolvido pelo consórcio. Segundo informações do site, a realização de audiências públicas, com a participação de 5 mil pessoas, já foram o suficiente como mecanismo de comunicação com a população afetada pela hidrelétrica. A obra é considerada uma alavanca para o desenvolvimento da região.

A Licença Prévia de Belo Monte foi concedida pelo Ibama em 01/02/2010, tendo como um dos requisitos a realização de audiências públicas as quais foram realizadas e contaram com a participação de cerca de 5.000 pessoas. Conforme a própria denominação, esta Licença exige o cumprimento de um conjunto de condicionantes dentro de prazos estipulados. Adicionalmente, para efeito de obtenção da Licença de Instalação, os planos socioambientais devem ser detalhados e constar do Relatório do Projeto Básico Ambiental (PBA). Os benefícios do projeto Belo Monte transcendem à implantação de uma fonte de geração renovável e econômica para suprir necessidades do Estado do Pará, da região Norte e do Brasil. A exemplo de outros aproveitamentos hidrelétricos, existem benefícios associados à preservação

⁷ Acessado em novembro de 2013. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/>

ambiental de áreas na bacia hidrográfica, além do aumento dos indicadores de desenvolvimento humano nos municípios abrangidos. A inserção regional do projeto UHE Belo Monte vai alavancar o desenvolvimento na região (Norte Energia, 2013).

Os governos estadual e municipais do Pará vão receber R\$ 160 milhões em *royalties* pela hidrelétrica. A Norte Energia S.A vai contribuir anualmente com a receita de R\$ 70 milhões para o estado do Pará e R\$ 88 milhões para os municípios onde estão os canteiros de obras: Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu.

A Norte Energia não reconhece nenhum impacto ambiental que possa ser gerado pela hidrelétrica de Belo Monte às terras indígenas da região. Os empreendedores do projeto também afirmam que consultaram as populações indígenas por meio de reuniões em aldeias daquele território.

Segundo informações da Norte Energia, para discutir a construção da usina, entre 2007 e 2010, foram realizadas 12 consultas públicas; dez oficinas com a comunidade que vive na área do empreendimento; fóruns técnicos em Belém e no Xingu; visitas a mais de 4 mil famílias; quatro audiências públicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com mais de 6 mil pessoas; e 30 reuniões da Fundação Nacional do Indígenas (Funai) em aldeias indígenas.

Capítulo 2

REPORTAGEM UM DIÁLOGO ENTRE MUNDOS

A reportagem é um dos gêneros mais cativantes da profissão de jornalista. A grande maioria dos que escolhem esse ofício – seja qual for o meio – chegou a esse caminho tendo como referência, e sendo assim “fisgado” por, alguma reportagem que o tocou. No entanto, se a notícia pode ser medida pela abrangência do “furo” e a repercussão de suas revelações, a reportagem ainda trafega por caminhos incertos, pois depende de critérios ainda não muito claros na definição do que seja uma reportagem em profundidade de qualidade.

Transmitir um acontecimento para o papel é uma missão que requer esforço, coragem e humildade. O repórter em campo precisa ver, sentir e ser tocado pela realidade que ele pretende narrar. Uma missão que poucos podem afirmar que conseguem cumprir de forma satisfatória, e, se executada de forma incompleta, pode expor o autor e não a narrativa que este pretendia executar.

Daí surgem as principais questões tratadas neste capítulo: quais os elementos necessários para uma narrativa superar o formato notícia e tornar-se uma reportagem em profundidade? E como as narrativas jornalísticas em profundidade podem transmitir ao leitor a promessa de compreensão embutida na proposta de uma reportagem?

2.1 A história das revistas impressas de notícia: as semanais

Existem muitos trabalhos sobre a história da reportagem no Brasil, mas, para não se perder o foco desta pesquisa (análise das narrativas jornalísticas sobre Belo Monte), a proposta deste tópico é apenas apresentar uma pequena contextualização sobre essa trajetória no Brasil. Também não será abordada toda a história do gênero reportagem, onde seria necessário incluir veículos como o rádio, a TV, o cinema documentário e os livros-reportagens.

A reportagem de revista impressa surgiu no Brasil simultaneamente a outras publicações internacionais, na década de 1920. Foi nesse mesmo período que a imprensa norte-americana, motivada pelo dilema de já produzir grande volume de informações, foi surpreendida pela eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sem que as razões para o conflito tivessem sido devidamente apresentadas pelos noticiários (Lima, 2004:18). Foi justamente para preencher essa lacuna que surge a proposta das revistas com foco em publicar reportagens para narrar os fatos com a profundidade já abandonada em muitos jornais impressos, ocupados em relatar o noticiário diário. A narrativa em profundidade seria uma porta para reaproximar os leitores da compreensão dos fatos.

É a partir dessa deficiência que o público passa a esperar um tratamento informativo de maior qualidade. E exatamente vindo favorecer o atendimento a esta necessidade é que surge a revista *Time*, voltada para o relato dos bastidores, para a busca de conexões entre os acontecimentos, de modo a oferecer uma compreensão aprofundada da realidade contemporânea. O modelo é tão bem-sucedido que hoje são encontradas, em várias partes do mundo, publicações que têm como inspiração o caminho aberto pela *Time*: *Der Spiegel* na Alemanha, *Cambio 16* na Espanha, *L'Express* na França, *L'Europeo* na Itália, *Veja* no Brasil. Com o tempo, consolida-se a prática da grande reportagem e se fortalece uma de suas formas de expressão por excelência: o *jornalismo interpretativo* (LIMA, 2004:19).

Alguns autores classificam o gênero da reportagem em profundidade na imprensa escrita como “jornalismo-literário”, mas neste trabalho vamos tratar essa forma de narrativa como jornalismo em profundidade. Para Edvaldo Pereira Lima os termos seriam sinônimo também do “new-journalism”, a fase histórica mais importante desse jornalismo em profundidade, que teve seu auge nos Estados Unidos entre os anos de 1960 e 1970, com autores como Truman Capote, Tom Wolfe e Norman Mailer (Lima, 2004:352).

Apesar desse marco histórico, é importante lembrar que a história do jornalismo em profundidade, e da própria revista impressa, é bem mais antiga. Marília Scalzo, autora do livro: *Jornalismo de Revista* (2011), relembra que a primeira revista publicada no mundo divulgava artigos sobre teologia com o título de *Erbauliche Monats-Unterredungen* (Edificantes Discussões Mensais). Com cara de livro a publicação só pode ser enquadrada como revista por sua periodicidade e por publicar

artigos. Já o formato revista com conhecemos surgiu em 1731, em Londres, inspirado nos grandes magazines (lojas de departamento), o título da publicação incorporou o termo pela primeira vez: *The Gentleman's Magazine* (A revista dos cavaleiros). Essa proposta de publicação, que reunia vários assuntos de forma leve e agradável, passou a designar revista sob o nome de *magazine*, tanto para as publicações em inglês quanto em francês. Em 1741, esse tipo de publicação passou a abranger os Estados Unidos, um dos maiores mercados de revista do mundo com 6 bilhões de exemplares publicados por ano (Scalzo, 2011:19-20).

As revistas, até o início do século XX, tinham como foco o entretenimento ou a divulgação científica. Várias das publicações com essa proposta foram lançadas nesse período e circulam até hoje, como a *Scientific American* (1840) e a *National Geographic Magazine* (1890).

No Brasil a tendência novamente se repetiu de forma simultânea. A primeira revista brasileira foi *As Variedades ou Ensaio da Literatura*, publicada em 1812, em Salvador, na Bahia (Scalzo, 2011:27). Os arquivos da Biblioteca Nacional⁸, no Rio de Janeiro, também revelam que as primeiras revistas brasileiras eram voltadas para as discussões literárias, como o *Armazém Litterário* do jornal *Correio Braziliense* (1808-1822), ou para as discussões científicas publicadas na revista *O Patriota* (1813-1814), na revista do *Clube de Engenharia* (1887-1934) e no *Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro* (1849-2940). Outras publicações desse período eram destinadas ao entretenimento, principalmente do público feminino, com reportagens sobre moda, música e receitas de culinária, como a *Fon-Fon!* (1907-1945).

É na década de 1920 que surgem no Brasil, e no mundo, as primeiras publicações de revistas semanais de notícias, o foco deste estudo. Em 1928 a revista *O Cruzeiro* (1928-1975) inaugurou o gênero revista informativa no Brasil. Lançada por Carlos Malheiros Dias, e depois integrada ao grupo do empresário Assis Chateaubriand, a revista foi uma das pioneiras do gênero no mundo, perdendo o posto apenas para a *Time* (1923 – até 2013 ainda era publicada), lançada nos Estados Unidos por Briton Hadden e Henry Luce, (até 2013), a campeã mundial de tiragem e longevidade no mercado das revistas informativas semanais, as chamadas

⁸ Acessado em 05/02/2013. Disponível em: http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=18

newsweeklies, ou semanais de informação como aqui intitulamos esse formato de divulgação de notícia.

Uma das grandes novidades da *Cruzeiro* era o fato da publicação ser massivamente ilustrada por fotografias⁹. Os Estados Unidos, por exemplo, só teriam uma publicação ilustrada dessa forma em 1936, quando Henry Luce lançou a *Life* (1936-2000) - a concorrente francesa *Paris Match* foi lançada em 1949.

O gênero da reportagem semanal noticiosa de revista ganhou força no Brasil entre as décadas de 1920 e 1970, quando surgiram várias publicações similares, o que provocou inclusive o fim da própria *O Cruzeiro*. A revista, que ostentou uma circulação de mais de 50 anos, foi um marco na história nacional da reportagem, consolidando a fórmula de repórteres em campo em busca de “desvendar um país desconhecido”, um ideal de cobertura reforçado pela dupla de fotógrafo e repórter Jean Manzon e David Nasser.

Outra revista inovadora foi a *Diretrizes*, do jornalista Samuel Wainer, lançada em 1938 com foco no jornalismo investigativo. A publicação acabou fechada em 1944, pela censura vigente durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas.

A publicação de revistas informativas cresce novamente entre as décadas de 1950 e 1970, quando Adolpho Bloch criou a revista *Manchete* (1952-2002) e a Editora Abril passa a publicar a revista *Realidade* (1966-1975), considerada um marco no jornalismo por suas reportagens com uma abordagem investigativa de temas considerados tabus na época (Nascimento, 2009, p:17-19).

Em 1968, idealizada pelo jornalista Mino Carta, surge a revista *Veja*, considerada a maior revista nacional, com mais de 1 milhão de exemplares semanais. A revista divide as bancas com outras três publicações semanais de informação: a *Época*, da Editora Globo (2008), pertencente à Rede Globo, do grupo da Família Marinho, e outras duas publicações, ambas também idealizadas pelo jornalista Mino Carta: a revista *IstoÉ* (1976), da Editora Três, e a *Carta Capital*, fundada e administrada pelo jornalista por meio da Editora Confiança.

Até o ano de 2013, podemos afirmar que o Brasil (ainda) é um dos grandes mercados do gênero reportagem escrita. A Editora Abril, em seu website de

⁹ A primeira revista ilustrada foi a *The Illustrated London News*, que nasceu em maio de 1842. O processo de união da fotografia com o texto foi criada pelo sueco Carl Carleman, em 1871, para o jornal *Nordisk Boktryckeri-Tidnin* que publicou uma fotografia impressa conjuntamente com o texto, graças a uma impressão em *halftone* com uma trama de linhas. O processo seria usado também pela revista francesa *Le Monde Illustré*, em 1877. (SOUZA, 1998:p19-24).

publicidade e venda de anúncios (acessado apenas com textos em inglês), informa que a revista *Veja* é a terceira maior publicação do mundo no segmento de revistas semanais de informação. Não há um instituto internacional de verificação de tiragem que possa contestar essa informação, porém, independentemente do *ranking* exato, não é incorreto afirmar que a revista, com sua tiragem de 1 milhão de exemplares semanais, está entre as maiores publicações do gênero do mundo.

*Abril publishes 52 titles and is a leader in 22 out of the 26 segments in which it operates. Its publications had throughout the year a circulation of 192 million copies, in a universe of 28 million readers and almost 5 million subscriptions. Seven out of the ten most read magazines in the country are published by Abril, and VEJA is the third largest weekly information magazine in the world and the largest outside the United States.*¹⁰

É dentro deste contexto de publicações que nasceu esta pesquisa. Uma análise de como foram construídas as narrativas sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte nas revistas impressas semanais de notícia de 1989 até 2013.

A crise nas publicações impressas e o futuro da reportagem

Antes de entrar na discussão sobre os elementos da reportagem em profundidade e sua aplicação nos veículos impressos, acredito também ser necessário contextualizar o delicado momento da imprensa nacional e mundial em 2013. Afinal, a mudança nas plataformas de divulgação afetam também a execução das reportagens, que independente de seus veículos de divulgação, precisam de investimentos em viagem, da dedicação específica de profissionais e de muita pesquisa prévia.

¹⁰ Abril publica 52 títulos e é líder em 22 dos 26 segmentos em que atua. Suas publicações tiveram ao longo do ano uma circulação de 192 milhões de exemplares, em um universo de 28 milhões de leitores e quase 5 milhões de assinaturas. Sete das dez revistas mais lidas do país são da Abril, sendo VEJA a terceira maior revista semanal de informação do mundo e a maior fora dos Estados Unidos.

Acessado em 17/11/2013. Disponível em:

<http://www.grupoabril.com.br/IN/institucional/editora-abril-in.shtml>

Não é surpresa para os estudantes de comunicação falar que o gênero reportagem no Brasil enfrenta, em 2013, uma das maiores crises de sua história, ao menos na imprensa escrita. O fim de publicações como o *Jornal da Tarde*, em 2012, fundado pelo Grupo Estado, em 1966, exatamente para tratar de reportagens em profundidade, somado à redução do número de cadernos de jornais como a *Folha de S.Paulo* e o *Estadão*, com a diminuição visível de páginas das revistas, como *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época*, dão um tom amargo para o futuro de quem pretende aventurar-se pelo gênero nas revistas semanais de informação.

A crise do jornalismo no mundo, talvez mais grave no Brasil, um fato que ainda carece de estudos mais profundos por seu caráter extremamente novo, também não é o objeto desta pesquisa. Apesar dessa constatação insisto aqui na importância de ao menos citar a condição do jornalismo brasileiro no momento em que este estudo foi publicado. Primeiro para não parecer que ao falar de reportagem em profundidade em revistas a pesquisadora sofreu de uma miopia no processo de pesquisa e não detectou o quanto as crises financeiras da plataforma revista semanal de notícia podem estar afetando a qualidade dessas narrativas. E, segundo, porque essa crise, ou momento de transformação das plataformas impressas, pode inclusive afetar o futuro do jornalismo interpretativo, ou não. Uma pergunta que pode inclusive motivar e inspirar novas pesquisas acadêmicas.

Existe mesmo uma crise nas publicações impressas no Brasil? Sim, e segundo a reportagem “Existe uma crise nos impressos, nada a declarar respondem os jornais”, publicada pelo site de notícias *A Pública*¹¹, a crise das redações do Brasil, até 2013, não seria apenas financeira e, sim, de formato. Ou seja, as empresas responsáveis por publicar reportagens impressas, seja em jornais ou revistas, estariam intencionalmente investindo menos recursos financeiros principalmente na contratação e manutenção de jornalistas.

As motivações também não parecem ser meramente financeiras. Informações publicadas na reportagem de *A Pública*, uma agência de notícias sem fins lucrativos que nasceu com o intuito de incentivar a reportagem e a independência na coberta e conta com jornalistas premiados em seu conselho consultivo como Eliane Brum e Ricardo Kotscho, apontam que nos últimos dois anos as editoras conseguiram um dos maiores rendimentos da década. A Editora Abril, por exemplo, chegou a faturar

¹¹ Acessado em 06/06/2013. Disponível em: <http://www.apublica.org/2013/06/existe-uma-crise-nos-impressos-nada-declarar-respondem-os-jornais>

em 2012 algo como 4 bilhões de reais de lucro líquido. Porém no mesmo ano, mais de mil jornalistas foram demitidos apenas em São Paulo, destes, quase 150 eram funcionários da Editora Abril. Nos jornais, os cadernos destinados às reportagens em profundidade foram os que mais sofreram cortes em seus quadros de funcionários e redução de páginas impressas.

Para os pesquisadores C. W. Anderson, Emily BelleClay Shirky e Clay Shirky, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, autores do relatório: “O Jornalismo Pós-industrial: adaptando-se ao presente”, a indústria da informação sofre uma mudança de paradigma em todo o mundo. Os autores afirmam que não se trata do fim do jornalismo e da reportagem, mas que estamos enfrentando uma grande, e ainda incerta, reformulações na forma de se produzir e distribuir informações. Se existe uma inquestionável perda de espaço dos veículos tradicionais, como percebemos por meio da extinção da versão impressa da Revista Americana *Newsweek*, que em janeiro de 2013 passou a ser publicada apenas em versão digital, ainda é cedo para apontar quais serão os modelos futuros de divulgação de informações¹².

É perante este cinzento cenário que trafega o sonho de construção contínua de boas narrativas nas reportagens informativas. Uma atividade que custa investimentos financeiros; pois requer que o jornalista abandone as redomas de vidro das redações e investigue o mundo com olhos e sentimentos, e também investimento pessoal; afinal um repórter em campo é menos um jornalista alimentando a *Roda de Hamster*, como são chamados os noticiários de histórias sensacionais publicados nos sites para prenderem espectadores e seus milhões de acessos.

Se o futuro aponta para um cenário ainda indefinido, como indicam os autores do relatório, cabe aqui pontuar que em algum momento a narrativa vai ter que existir.

Contar boas histórias faz parte da cultura humana desde os remotos tempos da oralidade e é uma ação que deve permanecer apesar do futuro incerto do formato de divulgação. Como relembra Cremilda Medina, para quem a arte de narrar acrescentou sentidos mais sutis à arte de tecer o presente e para quem a narrativa é uma das respostas humanas diante do caos:

¹² Acessado em 17/11/2010. Disponível em: http://towcenter.org/wp-content/uploads/2012/11/TOWCenter-Post_Industrial_Journalism.pdf

Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural narrativa – o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida. Mais do que talento de alguns, poder narrar é uma necessidade vital. (...)

O exercício das narrativas, na trajetória humana, carrega consigo as dificuldades racionais (o aprendizado dos esquemas narrativos), intuitivas (o enriquecimento contínuo da sensibilidade, uma espécie de radar profundo para sentir o mundo) e operacionais (a ação do escrever-se e a dialogia numa escrita coletiva. (Medina, 2003:51).

As demissões de jornalistas e redução nas publicações impressas também não reduzem um ponto importante. Nunca se leu e produziu tanta reportagem escrita. Como lembrou Eugênio Bucci em “Não deu no New York Times”:

O segundo fator que contradiz esse primeiro, aparentemente, é que nunca as matérias jornalísticas foram tão lidas, não apenas pelos leitores ligados aos veículos, mas pelos leitores que estão nas redes sociais. As reportagens, os artigos, as críticas, os editoriais circulam por todo lugar. Alguém manda para um amigo, as pessoas republicam, alguém comenta, aí a outra pessoa vai ler no jornal, que muitas vezes têm conteúdo aberto ou semiaberto. Então, nunca tivemos tanto público, e tanta dificuldade em arrecadar uma receita que sustente a atividade jornalística (Revista Página 22, 07/2013¹³).

A grande surpresa que os estudos sobre esse momento de crise apontam é sobre a qualidade e forma dessas narrativas. Para W. Anderson, Emily BelleClay e Clay Shirky (2013), esse elementos serão, cada vez mais, de responsabilidade dos jornalistas e não mais das instituições que antes dominavam a produção e distribuição da informação.

In a revolution, strategies that worked for decades may simply stop working (as many already have). Strategies that seemed impossible or insane a few years ago may now be perfectly suited to the current environment. This period is not over, and the end is not even in sight; the near future will hold more such reversals, so that even up-to-the-minute

¹³ Acessado em 07/07/2013. Disponível em:
<http://www.pagina22.com.br/index.php/2013/07/nao-deu-no-new-york-times/#sthash.VZC67Jwj.dpuf>

strategies of a few years ago (RSS feeds and staff Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present blogs) may fade into prosaic capabilities, while new ones (the ability to hunt for mysteries instead of secrets, the ability to bring surprising new voices to public attention) may become newly important.

More than any one strategy or capability, the core virtue in this environment is a commitment to adapting as the old certainties break and adopting the new capabilities we can still only partially understand, and to remember that the only reason any of this matters to more than the current employees of what we used to call the news industry is that journalism—real reporting, about whatever someone somewhere doesn't want published—is an essential public (BelleClay e Shirky, 2013: 118).¹⁴

Frente a esse cenário desafiador, cabe a esta pesquisa ser uma pequena contribuição sobre os elementos da reportagem. Seja para ser uma fonte de informação para futuros “arqueólogos” da reportagem em revista no Brasil, seja para contribuir com as definições sobre as formas de construção de narrativas em reportagens impressas. Independente do veículo, formato e caminhos futuros desse modelo de comunicação.

2.2 Os elementos da reportagem

2.2.1 A reportagem e a notícia

Muito além das fórmulas de pirâmide invertida e das definições sobre informação versus profundidade, é importante lembrar a diferença entre notícia e

¹⁴ Tradução da autora: Em uma revolução, as estratégias que funcionaram durante décadas podem simplesmente parar de funcionar (como já ocorreu muito). Estratégias que pareciam impossíveis, ou insanas, há alguns anos, podem perfeitamente serem adequadas para o ambiente atual. Este período não acabou e o final está longe de estar à vista; o futuro próximo trazer novas reviravoltas, de modo que mesmo as estratégias de poucos minutos atrás (feed RSS, blogs de jornalistas), podem se converter em triviais, enquanto outras (a capacidade de caçar mistérios em vez de segredos, de levar à atenção do público vozes novas, que surpreendam), podem adquirir nova importância. Mais do que qualquer estratégia ou recurso, a principal virtude nesse novo mundo será o compromisso em se adaptar à medida que velhas certezas desmoronam e adotar novidades que ainda nem entendemos completamente. E lembrar que a única razão para que tudo isso importe, e não só para quem segue trabalhando no que antigamente chamávamos de indústria jornalística, é que o jornalismo – a exposição de fatos que alguém, em algum lugar, não quer ver publicados – é um bem público essencial.

reportagem. Entre os vários estudos consultados sobre esses dois gêneros tão distintos da comunicação alguns pontos em comum foram encontrados nas obras dos pesquisadores que mais abordaram essa diferenciação.

Nilson Lage pontua que a diferença entre notícia e reportagem seria a estrutura narrativa. A notícia não teria uma forma narrativa, ela trataria os fatos de forma expositiva, ressaltando os eventos a partir de uma ordem de importância dos acontecimentos. Uma estrutura marcada principalmente pela técnica da pirâmide invertida, na qual os acontecimentos são descritos a partir do *lead* seguindo uma ordem de importância. Esse *lead*, segundo proposta de Laswell relatada por Lage, seria centrado em informar quem fez o que, como, onde, quando, por que e para que (Lage, 1993:16-27).

Já a reportagem teria como ponto principal a narrativa interpretativa dos fatos. A reportagem exigiria mais intensidade e profundidade em seu processo de construção (Lage, 2005:139).

Para Lima (1993:23), notícia e reportagem, pertenceriam a duas características diferentes do jornalismo: o informativo e o interpretativo.

Medina, por sua vez, classifica a reportagem como uma narrativa noticiosa, onde o tratamento dos fatos ocorre de forma diferenciada também pela sua forma. “Através da contemplação dos fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato – a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato” (Medina, 1978:134).

Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari também destacam a linguagem como a diferença principal entre notícia e reportagem. Ambos pontuam que, sem uma linguagem narrativa (ainda que de forma variada), não há como se afirmar que exista uma reportagem (Sodré e Ferrari, 1986:15).

Vale lembrar que, independente da estrutura narrativa, ou seja, notícia ou reportagem, também existem elementos básicos necessários para toda a prática do jornalismo. Uma conceituação apresentada pelos autores Bill Kovach e Tom Rosenstiel, no livro *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. Um trabalho que surgiu a partir da investigação do Comitê dos Jornalistas Preocupados, que reuniu uma pesquisa com 3 mil pessoas e o testemunho de 300 jornalistas, realizada por pesquisadores americanos determinados a investigar os rumos da imprensa. O livro apresenta nove elementos básicos do jornalismo e

imprescindíveis para a qualidade da informação transmitida, independente de seu formato (notícia ou reportagem). Sem esses elementos seria difícil distinguir uma narrativa informativa de uma obra de ficção ou romance literário.

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência (Kovach e Rosenstiel, 2005:22).

2.2.2 Reportagem: a arte de narrar a realidade

Tão surpreendente quanto a força do gênero reportagem é a falta de conclusões e definições que deem conta de seus sentidos. Para o profissional do jornalismo é muito assombroso chegar à redação de uma revista – impressa, digital ou televisiva – sem poder compreender ao certo o que se propõe como um jornalismo interpretativo e diferenciado da notícia.

O problema agravou-se com o aumento de publicações na forma de “pensata”, um gênero cunhado pela revista *Veja* a partir da década de 1990, quando a publicação venceu inúmeros prêmios de jornalismo pela cobertura dos acontecimentos que desencadearam o impeachment do ex-presidente brasileiro Fernando Collor de Mello (1991-1992). A partir daí a ideia de “notícia completamente explicada”, uma forma de dissertação como veremos adiante, viraria uma fórmula aplicada em muitas publicações da Editora Abril, inclusive no Curso Abril de Jornalismo. Em um ambiente de constante mudança de cargos, muitos ex-editores da Abril replicariam esse “jeito de fazer revistas” em outras editoras¹⁵.

¹⁵ Nos anos em que atuei como repórter da revista *Época*, da Editora Globo, entre 2006 e 2010, era

Independente do modelo praticado nas redações, uma das perguntas que esta pesquisa pretende ajudar a responder é: como seria a reportagem em profundidade? Definir os elementos da reportagem é uma tarefa árdua também para os pesquisadores da comunicação. Em 1973, Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro buscaram no campo das Ciências Sociais respostas para a construção de definições sobre os elementos da reportagem, como também afirma Künsch, em *Maus pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística*:

Na busca desse conceito, a partir da teoria da interpretação, Medina e Leandro visitam Freud, Nietzsche e Marx, para concluir que fazer jornalismo interpretativo é “não se contentar com um relato mais ou menos perceptivo do que está acontecendo, mas buscar um aprofundamento” (Künsch, 2000: 111).

Lima, em *Páginas ampliadas*, também cita essa base para o jornalismo interpretativo estabelecida por Medina e Leandro (Lima, 2009:237). Para o autor, a reportagem interpretativa deveria transmitir ao leitor o sentido contínuo da ação, reconstituindo o antes e o depois.

Nesse sentido, Lima (2009) estabelece que o jornalismo interpretativo teria como principal função elucidar o que está mal explicado, mediante a inclusão de elementos que dão consistência uns aos outros na construção de um olhar compreensivo da realidade narrada. Entre os principais pontos destacados por Lima estão: a exatidão, o ato de contar uma história, humanização, compreensão, a universalização temática, estilo próprio e voz autoral, imersão, simbolismo, criatividade e responsabilidade ética.

Monica Martinez aborda essa proposta em “O novo capítulo 5: jornalismo com alma”, publicado na revista *Liberio*, e faz uma análise da revisão proposta por Lima para a nova edição de *Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, de 1993. A autora (2008:358-389) propõe um breve resumo sobre o que Lima considera os 10 elementos fundamentais do jornalismo

comum sermos conduzidos a produzir notícias “pensatas”. A diretoria da revista produzia inclusive workshops, com o editor Paulo Nogueira, para que aprendêssemos a produzir as tais “pensatas”. O modelo era uma cópia do que Nogueira afirmava ter aplicado na Editora Abril (onde trabalhou por mais de duas décadas), inclusive recebíamos uma apostila (que guardo até hoje), produzida por Nogueira, que continha uma logomarca da Editora Abril. Um dos tópicos mais célebres desse material continha o título: “Seja plagiador”, onde os repórteres eram motivados a “se inspirarem” (seja lá o que isso significar) em matérias de publicações estrangeiras.

literário, ou em profundidade, que em síntese seriam:

1. Exatidão e precisão: quebrando o paradigma de que jornalismo literário tem texto floreado, adjetivado;
2. Contar uma história: o autor recorda a propensão humana a narrar histórias;
3. Humanização: o fator humano é marca do JL na visão de Lima;
4. Compreensão: princípio essencial do jornalismo literário é a visão compreensiva da realidade;
5. Universalização temática: como o jornalismo literário busca principalmente tocar os leitores pelos aspectos humanos envolvidos;
6. Estilo próprio e voz autoral: habilidade narrativa é condição imprescindível para a prática do jornalismo literário;
7. Imersão: Lima lembra que há apenas uma forma de o jornalista literário compreender a realidade: mergulhando na própria;
8. Simbolismo: o repórter evidentemente atua na captação de realidades simbólicas e não na realidade primária;
9. Criatividade: “Todo autor é um criador. (...) Primeiro, ele é um repórter (...) Em seguida, é um escritor;
10. Responsabilidade ética.

Entre os dez princípios propostos por Lima, relatados por Martinez, a exatidão, a universalização temática, o estilo próprio e voz autoral, bem como a criatividade e a responsabilidade ética vão ser deixados de fora desta análise. A voz autoral e a criatividade também são elementos esperados, porém não é foco deste trabalho debater o estilo e a criatividade dos autores.

Sobre a universalização de temáticas e contar histórias, acredito que esse tipo de elemento se dissolve no que seria a própria arte da narrativa, onde o foco é justamente o ato de contar histórias. Uma ação que existe desde que a humanidade organizou-se socialmente. O relato oral, as narrativas pictográficas nas cavernas, as rodas de conversas ao redor de fogueiras em tempos imemoriais, as cartas dando conta de descobertas de novos territórios, os contos de fadas, as grandes epopeias mitológicas, os testemunhos de guerras e migrações, os grandes romances, até os vídeos do website *Youtube* dos pais mostrando os primeiros passos dos filhos, tudo isso tem uma mesma fonte: a propensão humana (universal) para contar histórias (Lima, 2009: 358). Logo, se neste trabalho vamos tratar de narrativas, já estamos diretamente baseados em uma condição universal.

Assim, entre os elementos que vão ser abordados como fundamentais para uma narrativa jornalística em profundidade, propostos por Lima, foram destacados para esta análise: a imersão, a humanização e a compreensão. Aspectos que serão

acrescidos do diálogo e da questão da afetividade, temas a serem debatidos nos próximos tópicos.

a) A imersão e o mundo que nos toca

Os pioneiros da arte de recontar o cotidiano no jornalismo em profundidade no Brasil foram personagens antagônicos. Apesar das diferenças, de biografias, estilos e foco, ambos foram tocados pela necessidade de investigar o mundo com os próprios sentidos. Esses dois possíveis precursores das reportagens em profundidade foram, de certa forma, também transformados pelos mundos revelados em suas narrativas.

Assim, a reportagem em profundidade tem como primeiros expoentes representativos no Brasil um engenheiro, homem da ciência e da razão: Euclides da Cunha. E do outro lado, um cultuado boêmio e intelectual carioca: João do Rio, como ficou conhecido o repórter e escritor Paulo Lima Barreto.

Uma das principais contribuições de ambos foi trazer aos cadernos de jornais as narrativas de um Brasil até então desconhecido das capitais que se modernizavam no início do século XX. Uma terra habitada por sertanejos que lutavam para viver em condições precárias e desumanizadas e ex-escravos que construíram uma realidade paralela à antiga Corte Brasileira, submersos nas primeiras favelas do Rio de Janeiro.

O livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, foi considerado um dos primeiros livros-reportagem do Brasil. A obra é também um dos marcos da literatura brasileira, mas na época de sua publicação foi recebida com reservas pelos escritores, pois tinha como base uma série de reportagens em profundidade publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* (na época com o nome de *A Província de São Paulo*), nos anos de 1897 e 1898, e na “Caderneta de Campo” do engenheiro. Cunha foi enviado pelo empresário Júlio Mesquita para cobrir a derrocada de Canudos, quando os rebeldes liderados por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, seriam rendidos pelas tropas republicanas, como relembra Antônio Carlos Hohlfeldt, em seu artigo: “O repórter Euclides da Cunha”, publicado na revista *Estudos do Jornalismo e Mídia* (2009:132-136).

Uma interessante coincidência com o objeto de estudo desta dissertação é que Canudos, a vila de resistência liderada por Antônio Conselheiro e antiga fazenda Rio Vaza-Barris, foi batizada por este, em 1893, com o nome de arraial de Bello Monte.

As ruínas da primeira Belo Monte da história foram engolidas pelas águas do açude de Cocorobó, em 1969, inaugurado em 1940 por Getúlio Vargas.

Ao sair do Rio de Janeiro para a Vila de Canudos, Euclides da Cunha acabou transformado pelo contato com a realidade da guerra. Ao ver a pobreza dos seguidores de Antônio Conselheiro e a brutalidade com que a ação do exército aniquilou sem piedade mais de 15 mil pessoas, o engenheiro passou de frio intelectual e ferrenho defensor da República – escolhido para a cobertura justamente por seus artigos inflamados contra os rebeldes liderados por Antônio Conselheiro – para um estado de questionamento das ações do governo contra os insurgentes.

Distante do Rio de Janeiro e tomado pela rotina das tropas do Império, Cunha viu, sentiu e foi tocado pela realidade dos seguidores de Conselheiro. A experiência mudou o foco de sua narrativa. Antes fervoroso defensor da repressão contra Canudos, o engenheiro terminou por classificar a ação do governo como um dos maiores massacres da história do Brasil.

A mudança de ponto de vista pode ser conferida já no prefácio de *Os sertões*, quando Cunha afirma: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime” (Cunha, 1901:10).

Em um universo distante da vida do intelectual positivista, viveu João do Rio, ou Paulo Barreto, uns dos pseudônimos de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, que atuou na imprensa entre os anos de 1900 a 1921. Jornalista, escritor, teatrólogo e boêmio, João do Rio foi a própria corporificação do alter-ego de Cunha, apesar de ter um elo em comum com o engenheiro por ser filho do (também) positivista Paulo Coelho Barreto.

Uma das principais características de João do Rio foi a defesa da arte do *flâneur* no jornalismo. O termo, criado pelo escritor francês Charles Baudelaire, foi amplamente defendido por Walter Benjamin, para quem o ato de andar pela cidade a fim de experimentá-la seria também uma forma de resistência ao chamado estático e frio modo de vida moderno, imposto pelo início do mercado de trabalho, no qual qualquer forma de ócio e reflexão silenciosa seria um despropósito inadequado. O próprio Benjamin tornou-se um adepto dessa iniciativa, empreendendo longas caminhadas pelas ruas de Paris (Benjamin, 1989:27-40).

João do Rio, que se denominava um *flanêur* do cotidiano carioca, foi além do costume da época que era narrar a vida da alta sociedade da virada do século. Ele voltou-se também para os moradores da periferia da cidade, antes esquecidos pelas

narrativas jornalísticas, e mergulhou na vida de personagens do submundo da cidade como marginais e proletários. Em todas as suas reportagens João do Rio exercitou o ato de investigar o mundo com os próprios passos e a integração de elementos de narrativas literárias às descrições jornalísticas. Foi também quem melhor integrou o gênero crônica às reportagens, trazendo à tona um retrato único do cotidiano carioca do início do século XX (Bulhões, 2007:78-84).

Ao sair do ambiente comum das redações e ir investigar com os próprios olhos o cotidiano da periferia carioca, João do Rio trouxe temas inéditos e construiu narrativas épicas. Foi um dos primeiros jornalistas a falar da crescente influência da religião afro nos subúrbios do Rio de Janeiro (*As religiões no Rio*, 1904) e a tratar de muitos temas tabus para a sociedade da época como a vida nos morros (*A alma encantadora das ruas*, 1908) e a prostituição infantil (*Dentro da noite*, 1910).

Dentro move-se, numa alegria carnavalesca, o bando de capoeiras perigosos da rua da Conceição, de S. Jorge e da Saúde. A sala tem cadeiras em roda, ornamentadas de cetim vermelho, cortinas de renda com laçarotes estridentes. As matronas espapaçam-se nas cadeiras, suando, e, em movimentos nervosos, agitam-se à sua vista mulatinhas de saíote vermelho, brutamontes de sapatos de entrada baixa e calção de fantasia de velho e de rei dos diabos. Há um cheiro impertinente de suor e de éter floral (Rio, 1904:126–127).

Aqui captamos um dos elementos do jornalismo em profundidade que se apresenta desde os seus primórdios no Brasil e no mundo. Euclides da Cunha nos comprova que boas narrativas jornalísticas nascem da experiência de investigar em campo. João do Rio, o *flanêur* carioca, vai além dessa investigação e comprova o quão importante é integrar no ato de narrar não somente os personagens oficiais, mas todos os protagonistas possíveis.

b) A linguagem do afeto e a inclusão de olhares

Se precisamos investigar o mundo com nossos próprios olhos, indo além dos ambientes de redação e das apurações feitas por telefone ou internet, a afetividade torna-se um elemento e guia necessário, ou recomendável nessa jornada. Mas, a primeira questão que surge ao falar de afetividade é o descolamento dessa proposta contra outros guias comuns da prática do jornalismo: a razão e o método:

Como enfatiza Luis Carlos Restrepo, em *O direito à ternura* (2001), para quem a escola estaria entre os primeiros fatores de redução da importância da afetividade nas relações e na percepção do mundo.

Há vários séculos a ternura e a afetividade foram desterradas do palácio do conhecimento. Os professores, como se dizia do grande Charcot, atuam como autênticos marechais de campo, seja no momento de enunciar sua verdade, ou quando se apresentam a qualificar a aprendizagem (Restrepo, 2001:14).

Essa bem treinada dissociação entre a cognição e a sensibilidade seria um dos instrumentos que permitiram ao observador a seguir pelo mundo apenas analisando, ou coisificando os outros seres, sem nunca ser tocado por estes. Para Restrepo essa seria uma atuação não só da academia, como da própria lógica de consumo que rege o mercado e a sociedade contemporânea. Um mecanismo que nos permite justificar guerras e conquistas de um povo sobre o outro, e outras ações onde a consideração alheia é reduzida a uma situação não igualitária de direitos. “Nada deve sentir o conquistador – seja ele escravista de séculos anteriores ou o atual executivo multinacional – que possa distraí-lo de seu objetivo único e grandioso: submeter os outros à sua hegemonia política e às suas redes de mercado” (Restrepo, 2001:29).

Para frear esse fluxo de insensibilidade, Restrepo defende o retorno da ternura entre os elementos importantes para a nossa compreensão do mundo. Algo a ser praticado também pelos narradores, que detêm como missão a comunicação das histórias na sociedade.

Um processo que, muitas vezes, segue em um fluxo contrário a essa proposta de um novo pensar: os narradores acabam guiados pela razão fria, desconhecendo ou intencionalmente reduzindo a importância da afetividade. Esse aniquilamento da singularidade torna-se muito mais visível, quando notamos a incapacidade de grande parte de nossa sociedade em aceitar a existência de modelos divergentes de conhecimento (que vão além dos métodos científicos), a preponderância quase obsessiva por método (e pela nota) e a dificuldade de parte das pessoas em captarem as tonalidades afetivas que dinamizam os processos de mútuo entendimento.

Não há novidade alguma em lembrarmos que é cada vez mais comum ver jornalistas partindo para a apuração de uma futura narrativa com o roteiro já pré-determinado de sua reportagem. E o papel da apuração (quando não feita por

telefone), torna-se um mero exercício de condução de falas para captação de “aspas” e “declarações” que preencham espaços nesse roteiro da vida produzido de forma apenas analítica. O método conhecido nas redações como a já citada reportagem “pensata”, que tratamos nas páginas anteriores. Um modelo que pode explicar muito sobre o empobrecimento do jornalismo como fonte de narrativas, ou até o descolamento gritante entre o que é publicado em revistas e jornais e os fatos reais.

O exercício desse “pensamento duro”, como classifica Restrepo, onde a visão, guiada pela razão e a lógica científica, sobrepõe-se aos outros sentidos, como o tato e o olfato, geraria uma atitude cada vez mais distanciada dos narradores. Construída por nosso sistema de ensino, essa forma de compreensão permitiu pontos positivos, como criar um conhecimento válido para todos os países, momentos e culturas, porém também tem cobrado grandes sacrifícios da humanidade, como a perda da riqueza semântica contida na diversidade cultural.

Além do estímulo a uma cultura empobrecida e reduzida de nuances, o exercício desse pensamento duro gera um nivelamento grotesco de percepção, e é considerado por alguns autores como a raiz de problemas com a crise ambiental, o fracasso dos planos de desenvolvimento e as crises políticas dos últimos anos. Situações criadas a partir da vantagem em dominar com abrangência por meio de um pensar redutor, distanciado e guiado meramente pela razão (Restrepo, 2001: 35):

A afetividade plana que tem como acicate a urgência por impor um domínio homogêneo e universal, concebendo-se o mundo como um tabuleiro disponível para ser utilizado pelo mercado ocidental. Daí a insistência dos agenciadores do discurso científico e técnico na necessidade de conhecimentos que possam ser válidos, independentemente do contexto donde surgiram. A partir de suas próprias utopias, o mundo aparece ao cientista e aos racionalistas como uma grande tábua geométrica sobre a qual podem cair sua mão e seu olhar sem aparecer nenhuma resistência (2001:39).

Ir além dos métodos impostos pelo pensamento duro e das “pensatas” jornalísticas seria um caminho para um repórter construir uma boa narrativa. Incluir a singularidade do “sentir”, antes de narrar, ajuda a escapar das armadilhas fáceis da razão, com sua meta utópica em enunciar regras gerais e válidas para toda as épocas e situações. Uma reaproximação já comum na literatura e na poesia, e também, amplamente utilizada pela propaganda e pelo marketing – não que este último seja o

melhor exemplo de superação do abismo imposto pela nossa sociedade entre o conhecimento e a afetividade.

A afetividade seria um antídoto contra o reinante dogmatismo cego. Um bom narrador não deveria apressar-se por dar repostas compulsivamente guiado sempre pela ideia do método, sob o risco de recair em um discurso de monocausalidade e respostas simples. Como alerta Künsch em “Os deuses voltam à cena: ciberespaço, razão e delírio”, “o dogmatismo costuma rondar os palácios habitados pela deusa Razão. Enfim, é mais fácil. Negociar sentidos para quê? Nunca, durante tanto tempo, a ideia baconiana de que saber é poder se impôs de forma tão avassaladora” (2009:36).

A jornalista e escritora Eliane Brum reafirma essa necessidade de inclusão do sentir nas narrativas jornalísticas. Para Brum, o narrador que aprende a captar a própria vida com generosidade torna-se capaz de alcançar a vida do outro:

É preciso calar para ser capaz de escutar o silêncio. Olhar significa sentir o cheiro, tocar as diferentes texturas, perceber os gestos, as hesitações, os detalhes, apreender as outras expressões do que somos. Metade (talvez menos) de uma reportagem é o dito, a outra metade o percebido. Olhar dá medo porque é risco. Se estivermos realmente decididos a enxergar não sabemos o que vamos ver. Quando saio da redação, tenho uma ideia de para onde devo olhar e o que pretendo buscar, mas é uma ideia abstrata, suficiente apenas para partir. Tenho pena dos repórteres das teses prontas, que saem não com blocos, mas com planilhas da ilusão de que a vida pode ser domesticada, classificada e encaixotada em parágrafos seguros. Tudo o que somos é resultado do espanto. Como prescindir da possibilidade de se espantar? (2006:191-193).

O descortinar dos fatos cotidianos e a valorização do que é simples também são elementos proposto por Brum para enriquecer e ampliar a singularidade de uma narrativa. Para a jornalista, todas as histórias seriam especiais e únicas, o que vai além das regras de focar a atenção apenas em fatos extraordinários e pessoas importantes, para alcançar uma proposta de inclusão dos personagens comuns do cotidiano. Ao reconhecer a singularidade de cada ser humano, as narrativas se tornariam nitidamente mais completas.

O sociólogo francês Michel Maffesoli é outro crítico da lógica redutora, da perda da afetividade e da maxivalorização da razão. Ele denuncia o componente totalitário presente nas construções propostas nesse tipo de pensamento único. Para

modificar essa situação, o autor propõe o uso de uma “douta ignorância”, na qual o conhecimento ordinário do pequeno, o miúdo e o comum teriam um estreito vínculo com a mais elevada investigação reflexiva sobre a vida. Esse caminho poderia levar inclusive ao questionamento do próprio poder absoluto da ciência que se auto-classifica como detentora absoluta de todas as formas de saber.

Vamos deixá-los para lá, entregues à sua crença nos poderes da ciência e às voltas com os diversos dialetos nos quais ela costuma exprimir-se. Tal arrogância não mais se recomenda. A mesma suspeita que um dia incidiu sobre políticos, assim como sobre distintos formadores de opinião, nos dias que correm assola os intelectuais (Maffesoli, 2007:16).

A expressão “douta ignorância” foi criada por Nicolau de Cusa, filósofo renascentista, que afirmou, em 1640, em sua obra sobre a essência de Deus, que quanto mais sábia uma pessoa for, mais ela reconhecerá a própria ignorância. Poderíamos incluir aqui, indo além das discussões metafísicas, o pensamento de Sócrates, que afirmava em suas caminhadas pela Ágora ateniense: “Sei que nada sei”.

É o que traduz o espírito da douta ignorância; espírito do politeísmo que se recusa a tudo determinar com rigidez na efervescência da vida social; espírito do trágico que não se arroga o direito de reduzir as próprias estruturas do dado mundano (...)

É justamente por recusar-se a projetar sobre a existência um esquema preestabelecido e perfeito que a douta ignorância pode constituir-se em verdadeiro procedimento iniciático, que permita compreender os mistérios e o irreprimitível querer-viver social (Maffesoli, 2007:89–90).

Maffesoli aponta que a (re)valorização do senso-comum pode auxiliar na proximidade compreensiva do outro. O conhecimento ancestral contido no que ele elege como “senso-comunologia” seria um caminho para se chegar ao âmago das coisas e evitar o dogmatismo totalitário.

A proposta seria de não renunciarmos ao espírito crítico, porém, contrapormos valores de referência a partir de uma lógica inclusiva, policultural, com espaço tanto para a ciência quanto para a mestiçagem, o tribalismo, o pluralismo e a visão polissêmica (Maffesoli, 2007:17).

Banir o reducionismo fácil das narrativas, não se limitar às explicações fáceis e fugir da regra geral de se produzir “pensatas” explicativas dos fatos sociais são

propostas comuns entre muitos autores de referência deste estudo. Tanto Luis Carlos Restrepo, quanto Eliane Brum, Michel Maffesoli, Cremilda Medina e Dimas Künsch alertam, seja na sociologia, nas relações pessoais, quanto no jornalismo, sobre os efeitos nocivos do vício positivista da razão explicativa.

Para Maffesoli, o único caminho para a ciência seria resignar-se à sorte de que toda indagação proposta seria rapidamente superada por outra reflexão, praticando assim uma forma de pensar não fixa e aberta a muitas complementações. Teorias demasiadamente rígidas seriam ocas, fúteis e ilusórias.

As histórias humanas seriam uma comprovação de quão ilusório é o pensamento redutor. Inexistem narrativas que nos comprovem que houve sociedades que tornaram possível a unificação e redução de diferenças. Pelo contrário, a nem tão distante Segunda Guerra Mundial (1939-1945) continua como uma comprovação inequívoca dos grandes riscos da busca cega por uma visão única do ser humano e de sua cultura.

Esse pensamento em espiral e sem círculos fechados, proposto pelos autores, seria uma espécie de “Fio de Ariadne” na construção das mais complexas narrativas. “De maneira idêntica à vida corrente, tecida por mil fios entrançados, também o pensamento deve fazer-se lúbrico, dinâmico, matizado, se for o caso: tudo o que não deixe de fustigar as certezas dos dogmas mortos” (Maffesoli, 2007:45).

Um processo de abertura que pode ser pouco satisfatório para os que ainda necessitam obter certezas absolutas, sob a ilusão de assim controlar todos os fatos, mas que amplia e enriquece a compreensão necessária para uma narrativa.

c) A abordagem complexa nas narrativas

A profundidade, ou abordagem complexa do mundo, deve ser inserida como o terceiro elemento fundamental da reportagem. Assim, uma narrativa poderia ser, quando integra esse elemento de forma bem sucedida, a própria representação da visão complexa do mundo. Nesse caso, o jornalista em campo, investigando o mundo com sentidos e sentimentos, poderia empreender o que Edgar Morin propõe aos cientistas sociais. Para Morin, tal esforço mental deveria culminar na criação de um “metaponto de vista”, a partir do qual o observador (o sociólogo ou jornalista) deveria traçar um paralelo entre a sociedade estudada com outras culturas do passado, imaginando também as possíveis sociedades futuras, de forma a conseguir descentrar-se da realidade observada.

Um esforço mental que constituiria um caminho válido para evitar o modo de pensamento simples, que apenas julga a realidade a partir dos filtros do relativismo ou de um etnocentrismo. A proposta principal do mergulho não guiado na complexidade do mundo seria a fuga da visão dogmática para interpretar a realidade. Aqui o desafio do narrador de uma reportagem seria aceitar a complexidade da realidade que se tece à sua frente, abandonando o caminho fácil das explicações e simplificações dos fatos. “Por isso é que, se existe um pensamento complexo, este não será um pensamento capaz de abrir todas as portas (como essas chaves que abrem caixas fortes ou automóveis), mas um pensamento onde estará sempre presente a dificuldade” (Morin apud Schinitman, 1996: 274).

Em *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2000:38), Morin afirma que o pensamento complexo também depende do contexto das informações. O excesso de fragmentação das informações, quando estas são retiradas de seu contexto universal e que nos une a todos, pode induzir ao erro e à ilusão.

A contextualização das informações seria uma condição essencial para a compreensão. Um caminho possível para evitar essa ruptura na compreensão é a exposição da visão universal que interliga os temas tratados em uma narrativa, recompondo o que pode ter sido perdido pelo excesso de informações fragmentadas ou direcionadas a públicos específicos para uma lógica universal (Morin, 2000:260-280). Um exemplo dessa proposta pode ser a forma de narrar histórias relacionadas aos problemas ambientais ou econômicos, que quando descolada de seus sentidos universais e humanos torna-se, na maioria das vezes, uma narrativa pouco atrativa e de difícil compreensão, onde números e fórmulas explicativas se perdem em uma linguagem especializada e pouco acessível.

Em uma sociedade acelerada pela tecnologia e na qual o reconhecimento de eixos políticos tradicionais de organização política, como a esquerda e a direita tão familiares no início do século XX, estão difusos em uma paleta de cores sutis e muitas vezes de difícil reconhecimento, aceitar a complexidade, e aprender a narrar apesar desta, é um obstáculo desafiador.

Afinal, passamos grande parte da vida sob a doutrina de um pensamento explicativo, reducionista e disjuntivo, imersos sob um sistema de ensino dividido em matérias e áreas de conhecimento, e onde até na própria academia devemos nos tornar experts em separar um objeto de seu ambiente de trabalho, isolá-lo em relação ao observador e, por fim, explicá-lo.

Romper com essa forma de pensar tão habitual é um desafio necessário. Para Morin o grande risco da continuidade desse tipo de ação interpretativa seria que em muitos casos o todo detém características e qualidades que não podem ser reconhecidas nas partes, quando separadas. Por exemplo, no caso de um repórter que busca narrar a construção de uma grande obra de infraestrutura, como a hidrelétrica de Belo Monte, reduzir o empreendimento a um olhar econômico pode retirar da questão todo o drama humana e social que envolve projetos desse porte. Por outro lado, tratar apenas de questões sociais, também pode esvaziar a discussão sobre a questão energética e ambiental que envolve um projeto de infraestrutura.

O pensamento complexo partiria assim da ausência de uma forma de pensar onisciente. Não seria formulado como um pensamento completo, pelo contrário, nesse tipo de narrativa o repórter deixaria claro que há sempre um outro olhar, uma outra forma de ver uma mesma questão – ou várias.

Escapar das facilidades do dogmatismo arrogante, tão presente nas reportagens contemporâneas vestidas de uma “pensata” sobre a realidade, e unir-se à aventura da incerteza humana torna-se um dos primeiros passos fundamentais para a construção de uma visão de mundo integrada de um pensar complexo.

Essa proposta de narrar aumentaria o valor do conteúdo das reportagens em profundidade. O pensamento complexo pode induzir o repórter a sair da mera missão de “relatar” imparcialmente a notícia e o empurrar a pensar os fatos em contínua conversa com os mitos, a religião, a filosofia e a arte. Sem que dessa forma seja necessário estabelecer polaridades entre passados primitivos e futuros de luzes e glória. O pensamento complexo, como lembra Künsch, ao longo de uma reportagem em profundidade deve buscar no caos, na incerteza, no desequilíbrio e na impureza da realidade um acervo inesgotável de boas ideias e de bons estímulos.

Ao evitar o reducionismo fácil da explicação da realidade, o repórter se liberta de uma visão plana e linear de mundo, apresentando uma narrativa mais atraente e rica em significados, construída por uma atitude compreensiva e humilde diante do inexplicável:

Propõe ao sujeito do conhecimento o cultivo de uma atitude compreensiva em face do real – esse real complexo, com espaço também para o espanto e a admiração frente ao mistério, o inefável. Real de Apolo e de Dioniso, vida e morte, feio e belo, sabedoria e loucura, antigo e novo. Real de múltiplos

entrecruzamentos e de múltiplas intertextualidades, inclusive entre o paradigma que se vai e o que bate à porta, querendo entrar. Real de virtudes e de pecados (Künsch, 2000:18).

d) A humanização

O caminho da afetividade para transmitir essa complexidade traz à tona relatos que podem transformar não somente os leitores, mas o próprio narrador. A mudança de paradigma de Euclides da Cunha ao longo da cobertura do conflito de Canudos é um exemplo, já citado, no tópico sobre a imersão. O enfrentamento da dura vida dos sertanejos que lutavam por Canudos chocou e modificou o engenheiro. Se no início do conflito Cunha escrevia – do Rio de Janeiro – artigos inflamados contra os revoltosos, após sua incursão no “Teatro de Guerra”, na Vila de Bello Monte, sua perplexidade perante a violência e miséria fez dele um dos maiores denunciadores das chacinas cometidas pelo Exército Brasileiro.

Feitas de pau-a-pique e divididas em três compartimentos minúsculos, as casas eram paródia grosseira da antiga morada romana: um vestíbulo exíguo, um átrio servindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção; e uma alcova lateral, furna escuríssima mal revelada por uma porta estreita e baixa. Cobertas de camadas espessas de vinte centímetros, de barro, sobre ramos de icó, lembravam as choupanas dos gauleses de César. Traíam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa. (...)

Quando o olhar se acomodava à penumbra daqueles cômodos exíguos, lobrigava, invariavelmente, trastes raros e grosseiros: um banco tosco; dois ou três banquinhos com a forma de escabelos; igual número de caixas de cedro, ou canastras; um jirau pendido do teto; e as redes. Eram toda a mobília. Nem camas, nem mesas. Pendurados aos cantos, viam-se insignificantes acessórios: o bogó ou borracha, espécie de balde de couro para o transporte de água; pares de caçuás (jacás de cipó) e os aiós, bolsa de caça, feita das fibras de caroá. Ao fundo do único quarto, um oratório tosco. Neste, copiando a mesma feição achamboada do conjunto, santos mal acabados, imagens de linhas duras, a objetivarem a religião mestiça em traços incisivos de manipulansos: Santo Antônio proteiformes e africanizados, de aspecto bronco, de fetiches; Marias Santíssimas, feias como megeras... (Cunha, 1901:78)

(...)A artilharia fez estragos incalculáveis nas pequenas casas, repletas todas. Penetrando pelos tetos e pelas paredes as granadas explodiam nos quartos minúsculos despedaçando homens, mulheres e crianças sobre os quais descia, às vezes o pesado teto de argila, pesadamente, como a laje de um túmulo, completando o estrago. Parece, porém, que os mal feridos mesmo sufocavam os próprios brados da agonia e tímidos evitavam a fuga, tal o silêncio, tal a quietude soberana e estranha que pairavam sobre

as ruínas fumegantes, quando, às 6 e 48 minutos, cessou o bombardeio (...) (Cunha apud Hohlfeldt, 2009: 145).

Euclides da Cunha e sua experiência em Canudos demonstram a importância da humanização como elemento básico da construção da narrativa jornalística em uma reportagem. Muitas das descrições mais importantes sobre a vida de Antônio Conselheiro, apresentadas tanto no livro *Os sertões* quanto nas reportagens que produziu para o jornal *O Estado de São Paulo*, foram captadas por meio do contato do jornalista com um prisioneiro de guerra. Agostinho, de 14 anos, capturado pelas tropas do Exército, responsável pelas mais importantes narrativas sobre a vida cotidiana de Canudos.

O coronel Carlos Teles trouxe de Canudos um jagunço adolescente. Chama-se Agostinho – 14 anos, cor exatíssima de bronze; frágilimo e ágil; olhos pardos, sem brilho; cabeça chata e fronte deprimida; lábios finos, incolores, entreabertos num leve sorriso perene, deixando perceber os dentes pequeninos e alvos.

Responde com vivacidade e segurança às perguntas.

Descreve nitidamente as figuras preponderantes que rodeiam o Conselheiro e, tanto quanto o pode perceber a sua inteligência infantil, a vida em Canudos.

O braço direito do rude evangelista – já sabíamos – é João Abade, mameluco quase negro – impetuoso, bravo e forte –, de voz retumbante e imperativa; bem-vestido sempre. Comandou os fanáticos no combate de Ubatã. É o executor supremo das ordens do chefe. Castiga a palmatoadas na praça, em frente às igrejas, aos que roubam, ou vergasta as mulheres que procedem mal. Exerce estranho domínio sobre toda a população (...)

(...) Terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres do Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres. E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o jagunço morto em combate ressuscitaria – negou ainda.

– Mas o que promete afinal ele aos que morrem?

A resposta foi absolutamente inesperada.

– Salvar a alma (Cunha apud Fuser, 1996:12-22)

A reportagem como gênero surge justamente deste anseio de humanização, ampliado pela escola do *new journalism* – quando foi inaugurada a era da reportagem por meio da narrativa e do “perfil” de personagens históricos ou ilustres anônimos.

A data do começo exato do *new journalism* é algo polêmico e inexato, que ora pode ser atribuída a John Reed autor de *Os dez dias que abalaram o mundo* (1919), a John Hersey, com a reportagem “Hiroshima” (1946), ou a Truman Capote e

a Gay Talese – lembrando que alguns autores da comunicação, como Tom Wolfe, afirmam que foram Peter Hamil e Jimmy Breslin os pioneiros. Independentemente da temporalidade de suas origens, o gênero que tem como principais representantes os jornalistas americanos das décadas de 1940 e 1960, marca justamente a mudança consciente na forma de ação do repórter, que deixa de apenas escrever notícias com base nos manuais de redação, com referência nas fórmulas da “pirâmide invertida”, e torna-se a figura do “repórter-escritor” – aquele que explora a sensibilidade na hora de narrar os fatos e busca trazer à tona também o perfil psicológico dos personagens descritos.

A humanização é tão importante ao gênero que dois grandes marcos da era do *new journalism* foram perfis, escritos por Truman Capote. O primeiro, “O duque em seus domínios” (1956), é sobre o ator Marlon Brando e foi publicado na revista *New Yorker*, e o segundo o célebre livro *A sangue frio* (1966), sobre um assassino que comete um crime brutal em uma pequena cidade americana.

Lima destaca que toda narrativa do real, base imprescindível do jornalismo em profundidade, só se justifica se nela encontramos protagonistas e personagens humanos tratados com o devido cuidado, com a extensão necessária e com a lucidez equilibrada. A humanização seria uma forma muito bem sucedida de aproximar o leitor do texto e da própria compreensão sobre o tema da narrativa. A identificação e projeção da nossa condição humana na vida dos nossos semelhantes, sejam celebridades ou pessoas do cotidiano, seria uma forma de dar a dimensão humana real e universal (Lima, 2009:359).

A humanização possibilita que todas as histórias e aventuras possam ser contadas. Traz elementos vivos para temas áridos e reaproxima o leitor da realidade do outro. Não são os dados e fatos que nos levam a compreender a dor de uma mãe que perde o filho por falta de leitos de hospitais. A humanização universal do relato de quem sofre tal tragédia é um elemento muito mais forte – e rico – do que todos os números, gráficos, tabelas e declarações de experts.

e) O diálogo nas narrativas

O diálogo, ou visão dialógica, é o quinto ponto proposto como elemento fundamental para uma reportagem em profundidade. A comunicação e a forma como vemos e interagimos com o outro, a pluralidade de vozes e o diálogo entre os

personagens podem modificar ou enriquecer uma narrativa, dependente muito da forma como o narrador escolhe destacar essas vozes.

Nesse sentido o diálogo seria não só a forma como as falas aparecem no texto, mas também como o narrador permitiu que os protagonistas de uma história aparecessem ao longo da narrativa – sendo um dos pressupostos básicos do jornalismo: ouvir os “dois lados”. O que reforça o diálogo como um elemento de peso para a elaboração bem sucedida das reportagens em profundidade. Sempre lembrando que a habilidade é complexa, multiperspectiva – e que a ideia dos dois lados já é, no fundo, um reducionismo, uma simplificação da pluralidade de vozes necessárias em uma reportagem em profundidade.

Se o homem é um ser de relação, o diálogo pode ser definido como uma das características fundamentais dessa ação. Reconhecer o outro e a relação dele conosco, com o nosso *Eu*, é um dos pontos de partida para esse encontro.

Para Martin Buber (2009), a relação e o diálogo são fatos determinantes dessa interação do homem com o mundo, que nesse contexto pode definir-se pelas palavras-princípio *Eu-Tu* ou *Eu-Isso*. A primeira definição abre uma relação de compreensão, quando o *Eu* passa a existir a partir do encontro com o *Tu*. A segunda possibilidade, levantada por Buber, a relação *Eu/Isso*, é marcada por uma fragmentação, uma ação redutora do outro para o *Isso* e na qual o *Eu* não interage com o outro, e se fixa em uma existência egoica do sujeito frente a um objeto: um *Isso* que ele possui ou manipula.

Nessa relação *Eu/Tu*, a consciência do indivíduo surge a partir de seu relacionamento com o outro, mesmo que por meio de um diálogo opositivo. O que não pode ser confundido com um monólogo, característica da relação do *Eu/Isso*, em que não há reciprocidade intensa necessária para se estabelecer um diálogo.

Para Buber, as relações dialógicas seriam a própria explicação da reciprocidade de um encontro com o outro. Já a ausência do diálogo nas relações e a falta de interação levariam o outro ao território da desumanização, ao modo *Eu-Isso*.

Relação é reciprocidade. Meu *Tu* atua sobre mim assim como *Eu* atuo sobre ele. Nossos alunos nos formam, nossas obras nos edificam. O “mau” se torna revelador no momento em que a palavra-princípio sagrada o atinge. Quanto aprendemos com as crianças e com os animais! Nós vivemos no fluxo torrencial da reciprocidade universal, irremediavelmente encerrados nela

(Buber, 2009:44).

Quais seriam os efeitos dessa perda de diálogo ao longo da construção de uma reportagem? A primeira, e mais grave perda provocada pela ruptura do diálogo é o empobrecimento da compreensão.

É uma patologia do espaço público que resulta numa patologia da política: o esvaziamento e a decadência da arte do diálogo e da negociação, e a substituição do engajamento e mútuo comprometimento pelas técnicas do desvio e da evasão (Bauman, 2001:127).

Para Medina, o diálogo também seria um dos elementos que transforma a comunicação em um “signo da relação”, e até em uma troca de afetos:

O comunicador (jornalista ou outro profissional da área) tem diante de si a responsabilidade autoral de criar, renovar ou simplesmente administrar os significados da realidade vocalizada ou não por fontes de informação. (...)

Essa autoria não ocorre nos juízos de valor individualizados, mas na competência profissional, na capacidade de mediar os múltiplos sentidos das coisas (polissemia), assim como as múltiplas vozes (polifonia) que expressam o conflito das versões (Medina, 2006: 22-26).

Künsch (2000:91-93), complementa essa visão, citando Medina e definindo o papel do jornalista como o de um mediador de sentidos. Para o autor, o papel do jornalista na reportagem seria o de um guia, conduzindo as narrativas por meio de uma apresentação humanizada, dialógica, aberta e complexa. O jornalista poderia ter, inclusive, a capacidade relacionadora e indutora da ternura, tão defendida por Luis Carlos Restrepo. E mesmo tratando da realidade e não da ficção, essa forma de comunicação se aproximaria cada vez mais da poesia:

A barreira reside no fato de que nem mesmo superamos a transmissão tecnicista das informações para atingir a estética da comunicação, muito menos a ética da comunhão. Sonhar é preciso, porque temos potencialmente recurso para produzir sentidos em que ética, técnica e estética estejam a serviço de uma estratégia humanizadora do jornalismo (Medina. 1991:98-99).

O diálogo, em conjunto com a visão complexa, a imersão, a humanização e a linguagem de afetos, será levantado neste trabalho como uma hipótese de base mínima para uma reportagem em profundidade bem sucedida, ou seja, a existência de uma abordagem feita com: (a) investigação pessoal, (b) o exercício de um sentir o mundo por meio de (c) um olhar complexo, (d) humanizado e (e) dialógico.

2.3 As formas de discurso de uma reportagem

A diferença entre reportagem narrativa e discursiva, que não exclui a inclusão de uma lógica de compreensão complexa da realidade, é abordada por Oswaldo Coimbra no livro *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura* (2002).

O autor aponta três estruturas, ou gêneros, mais recorrentes de reportagem e os classifica como: o texto dissertativo, o narrativo e o descritivo (Coimbra. 2002: 11). Um texto jornalístico também pode conter modelos diferentes dentro de uma mesma reportagem, sendo a constância do estilo o fator determinante desse gênero.

2.3.1 Descrição

Descrever é apresentar um objeto, sentimento, coisa, pessoa ou paisagem por meio da exposição de suas características predominantes. Assim, o texto descritivo auxilia o leitor a imaginar e perceber o objeto (ou pessoa) descrito em seus múltiplos detalhes. Esse tipo de construção tem como característica provocar efeitos visuais e sensoriais no leitor.

Patrícia Ceolin Nascimento, em *Técnicas de Redação em Jornalismo - O Texto da Notícia*, apresenta as seguintes características do texto descritivo: *figuratividade*, onde elementos que fazem referência concreta promovem percepção imagética e sensorial; *simultaneidade*, quando a descrição paralisa a cena e a apresenta como uma fotografia da situação relatada congelada no tempo; *predomínio de atributos*, quando a identidade e singularidade do objeto descrito são ressaltadas por adjetivos; *o uso preferencial dos verbos de ligação*, que enfatizam o recorte atemporal proposto na descrição e demonstram o estado da coisa, como ser, estar

permanecer, ficar, em detrimento dos verbos de ação e o *emprego frequente de metáforas*, comparação e outras figuras de linguagem (Nascimento, 2009: 40).

Segundo Nascimento, há dois modos diferentes de descrever. O primeiro é a descrição realista, com base em informações objetivas como tamanho, cor, peso, cheiro, etc. O segundo seria a descrição interpretativa, com uma forte base sensorial, onde o autor explora sua capacidade de sentir o mundo e as coisas do mundo:

Assim, pode-se reconhecer a descrição subjetiva ou impressionista pela ênfase na impressão pessoal do observador em relação à coisa descrita; refletem-se nesse tipo de texto, o estado de espírito do observador, suas preferências, suas opiniões, suas sensações” (Nascimento, 2009: 42).

O texto descritivo é amplamente usado no jornalismo principalmente em editoriais de turismo e viagem, ou crônicas com ênfase no relato de experiências pessoais.

2.3.2 Dissertação

A dissertação seria uma das formas mais usada nas reportagens hoje, embora autores como Nascimento indiquem que nesta estrutura é mais favorável para editoriais e nos artigos assinados (2009:60-63). Cabe ao gênero “explicar” ou interpretar ideias, sendo esta a estrutura das famosas “pensatas”, as matérias onde se propõe digerir um assunto, esmiuçá-lo por meio da fala de especialistas e entregar uma tese pronta ao leitor. Muitas vezes esse tipo de discurso aparece na forma da explicitação, com argumentos na forma de paráfrases (apresentados mais de uma vez e de formas diferentes ao longo do texto).

Esse formato de texto também traz a abordagem de temáticas, ou seja, não se propõe a descrever um quadro e nem narrar uma história, e sim discorrer a partir de argumentos sobre uma tese exposta pelo autor (ou implícita na matéria) que vai ser construída ao longo do texto com base em pressupostos de validação e fatos de contestação (Nascimento, 2002:156).

Uma dissertação parte muitas vezes de uma mesma estrutura. Primeiro faz-se a delimitação temática, depois se define qual a tese, ou seja a ideia que você vai defender ao longo da exposição dos fatos. Por fim, seguem os argumentos que darão

sustentação, informações e veracidade à tese e a sua linha de raciocínio, ou não. Aqui faz-se necessário um estudo prévio e ampla pesquisa.

Essa estrutura depende da organização lógica dos fatos narrados. Nesse sentido o raciocínio desenvolvido pelo autor precisa ser compartilhado e reconhecido pelo leitor (Nascimento, 2009:157).

Muitos autores defendem que a boa dissertação deve partir da exposição clara do posicionamento de quem escreve. Nesse caso, há também a necessidade de honestidade, como defende Lima (2009), que sustenta ser imprescindível que o autor exponha aos personagens da matéria as intenções e teses a serem defendidas no futuro texto, e também (quando possível) comunicar aos leitores sobre as suas preferências e predileções. Um exemplo desse tipo de proposta é o do escritor John McPhee, que expõe seu posicionamento de ambientalista em seus textos desde o início, porém não deixa nunca de dar voz aos algozes da questão ambiental, e nem de tentar compreendê-los em suas narrativas jornalísticas, construindo reportagens profundas e que promovem um grau a mais de compreensão (Lima, 2009:393).

O *Boimate*, um dos episódios mais interessantes da imprensa brasileira, é um exemplo de como a construção de um bom texto dissertativo pode induzir a falsas verdades. Em abril de 1983, a revista *Veja* publicou a reportagem “O fruto da carne: engenharia genética funde animal e vegetal”, afirmando que um cientista da universidade de Hamburgo havia clonado um boi com um tomate. Desse cruzamento genético nasceria o *Boimate*, um fruto misto de carne temperada com gosto de tomate. Entre os fatos apresentados como provas da tese havia entrevistas com pesquisadores da Universidade de São Paulo e uma série de argumentos de fontes científicas (*Veja* 764, 27/04/1983:84).

Todos os elementos de uma boa dissertação foram usados pelo repórter. Havia a credencial de uma universidade alemã, as aspas de cientistas renomados no Brasil e a fonte principal da reportagem era uma das maiores publicações científicas do mundo, a revista *NewScience*. O grande problema da publicação é que a notícia, fonte da reportagem, era uma brincadeira do periódico científico para o Dia Mundial da Mentira.

Como observa Othon M. Garcia: “Fato não é indício. Fatos são coisas feitas, verificadas e observadas” (1971:363). Nem o testemunho pode ser uma prova

irrefutável. Afinal, como também lembra Coimbra, o mesmo fato presenciado por várias pessoas pode assumir proporções e versões diversas.

Garcia afirma que poderia existir um quarto modelo de estrutura de texto jornalístico: a argumentação, que seria marcado por um discurso mais opinativo. Porém, este estudo vai seguir as definições dos outros autores consultados que classificam a argumentação como um momento da dissertação. Ou seja, o texto argumentativo pode ser considerado um complemento, ou marca, da dissertação, como aponta Nascimento (2009), ou uma outra modalidade de construção diferenciada, como defende Garcia (1971).

Para Nascimento, a argumentação seria a base do texto dissertativo no qual o tema e a tese apresentados são defendidos pelo autor. Essa explicitação seria a base da estrutura de texto dissertativo, onde há quase sempre o uso de paráfrase, quando se reexplica diversas vezes no texto o que já foi dito antes para reforçar a tese central. O foco dessa estrutura é sempre explicitar, mostrar, explicar e reforçar ideias e argumentos (Nascimento, 2009:51).

A comparação é também um elemento muito usado na dissertação, que por meio de analogias (semelhanças) e contrastes (diferenças), a tese central exposta é fortalecida. O método ajuda na partilha de raciocínios e a estabelecer o reconhecimento do fato exposto pelo leitor.

A enumeração é outro recurso amplamente empregado. Para tornar a tese o mais claro possível, o autor simplesmente enumera os fatos que comprovam o seu argumento de forma segmentada e dividida no texto, lançando mão do didatismo básico para prender o leitor em seus argumentos.

Nascimento identifica a estrutura de um texto dissertativo pela presença dos seguintes elementos: *um ponto de vista sobre determinado assunto, um posicionamento claro sobre o tema abordado; abordagem temática*, que é diferente da abordagem figurativa-concreta e caracteriza-se por seu valor abstrato vinculando; *organização lógica*, exercida por meio do exercício argumentativo que estabelece um raciocínio partilhado com o leitor, *dados estatísticos e testemunho autorizado*, ambos elementos de comprovação das teses defendidas. (2009:57-60).

2.3.3 Narrativa

Nesse contexto o que chamamos de narração possui contornos mais complexos que o texto dissertativo e o descritivo. A narrativa poderia ter três tipos básicos de esquemas de organização: exposição, complicação e resolução. Coimbra (2002) também resgata a tese de Walter Benjamin, que baseia todas as estruturas narrativas na figura de dois narradores: o lavrador que observa o mundo a partir de sua própria casa e rotina e o marinheiro – o viajante aventureiro que traz histórias longínquas. Esse último modelo também poderia se encaixar nas fórmulas narrativas propostas por Joseph Campbell, autor da proposta da “Jornada do Herói”, apresentada na obra *O herói de mil faces* (2005).

Há também uma clara diferença entre a narrativa literária e a narrativa jornalística. A maior delas seria a função. Se a estrutura e temporalidade são elementos difíceis de serem separados entre literatura e jornalismo, a função do texto final é claramente divergente entre esses dois gêneros. O texto jornalístico teria um sentido além do estético, pois passa pela necessidade da informação eternamente presente em sua mensagem final (Coimbra, 2002:18).

A narrativa estaria ligada à própria evolução da história e da cultura. Nascimento relembra Edward Said, ativista e intelectual palestino, para quem existe uma ligação política e cultural na ação das narrativas, e por isso culturas dominantes também teriam como foco controlar toda a expressão cultural e narrativa da história. Reconstruir a história repassada de geração para geração seria a função da narrativa. Nossa capacidade de comunicação estaria grande parte focada nessa forma de narrativa (Nascimento, 2009:45).

Nesse contexto a narrativa seria a estrutura de texto no qual contamos um ou mais fatos, que acontecem em determinado tempo e espaço e envolvem personagens – os agentes da narrativa. As narrativas podem ocorrer em primeira ou terceira pessoa por meio do narrador observador e do narrador personagem.

O enredo é outro ponto importante de uma narrativa. Ele é a própria história que vai ser contada. Um dos modelos mais comuns de enredo tem quatro fases progressivas: apresentação da trama, a complicação (quando começam os problemas para os personagens), marcada pelo encadeamento de ações, o clímax ou momento de maior tensão e o desfecho da situação narrada.

Entre os principais elementos da narrativa estão *o espaço*, ou lugar onde as ações da história ocorrem; *o tempo* cronológico ou psicológico onde existe o progresso da ação (começo, meio e fim); e por fim, *o foco da narrativa* representado pela figura do narrador, que não deve ser confundida com o autor, pois pode ser feita pelo próprio personagem narrador, como foi dito antes (Nascimento, 2009:49).

Vladimir Propp foi um dos primeiros a estudar a estrutura das narrativas, em 1928, no livro *Morfologia do conto maravilhoso* (1984). Com um trabalho voltado para a estrutura narrativa na ficção dos contos de fada russos, Propp classificou 31 elementos constantes nessas narrativas, denominados por ele funções. Essas funções seriam invariáveis e aliadas a sete esferas de ações que constituiriam as diversas histórias contadas, tais como: a função do antagonistas ou vilão, do doador ou provedor, do auxiliar da princesa, do mandante, do herói e do falso herói. Dessa forma Propp classificava as fábulas por meio das 31 funções invariantes dos relatos, ou pelas ações dos personagens das sete classes.

As narrativas primordiais e universais foram estudadas por Claude Bremond. O autor classificava as narrativas em relação a tipos elementares de ações, nos quais estariam as formas mais gerais de comportamento humano, como: a cilada, o erro, a tarefa, o contrato etc. As narrativas também completariam três movimentos básicos: melhoramento ou malfeito, degradação (que poderia ser merecida, um benefício ou um castigo) e reparação ou recompensa. Bremond também questionava a linearidade do modelo proposto por Propp, defendendo que as ações e funções poderiam se cruzar (Bremond, apud Barthes, 2008).

As narrativas seriam (ou deveriam ser) o modelo predominante de estrutura textual do jornalismo. O jornalista seria uma espécie de contador de histórias da atualidade que, em alguns casos, interage diretamente com os personagens, conflitos e expectativas.

As narrativas jornalísticas seriam a perpétua encenação de um enredo comum, guiado pelos valores de uma determinada sociedade. Uma análise similar à condição política das narrativas exposta por Said, na qual os dominantes seriam as vozes e personagens preponderantes das romances e histórias narradas.

Para Nascimento as características principais das narrativas seriam: a *ênfase factual*, ou seja o conjunto de acontecimentos de onde parte o texto narrativo; a *progressão temporal*, a linha do tempo no qual os fatos se desenrolam antes, durante e depois da narrativa; *figuratividade*, onde geralmente há um texto descritivo que

integra a composição do texto seja para falar de personagens, lugares e impressões pessoais no caso do narrador personagem; o *predomínio dos verbos de ação*, ao contrário da descrição onde há verbos de ligação; a *presença de personagens*; o *tempo e o espaço* que funcionam como fio condutor da ação.

2.3.4 A Jornada do Herói nas estruturas narrativas

Com base na proposta do mitólogo Joseph Campbell de estrutura narrativa nomeada de “A Jornada do Herói” alguns autores integraram essa fórmula de contar as narrativas jornalísticas. A ideia de que todos os mitos da humanidade são apresentadas a partir de uma mesma estrutura básica foi lançada por Campbell no livro *O herói de mil faces* (1949), que institui três fases: *partida ou separação, descida ou iniciação e retorno*, nas quais grande parte das narrativas universais são transmitidas.

Essas fases estariam divididas em 17 etapas básicas de ações: *mundo cotidiano, chamado à aventura, recusa do chamado, ajuda sobrenatural, travessia do primeiro limiar, barriga da baleia, estrada de provas, encontro com a Deusa, a mulher como tentação, sintonia com o pai, apoteose, a grande conquista, recusa do retorno, voo mágico, resgate, travessia do limiar, retorno, senhor de dois mundos e liberdade para viver* (Campbell, 1949:20-22).

Ao perceber o potencial dessa estrutura para revelar histórias de vida pessoais reais, Lima (2008) propôs aplicar tal estrutura também às reportagens em profundidade. Esse modelo narrativo sintetizaria a Jornada do Herói nas seguintes etapas: cotidiano, chamado à aventura, recusa, caverna profunda, testes, recompensa e o retorno.

Para Christopher Vogler, em *A jornada do escritor* (2006), essa estrutura também poderia ser aplicada à literatura e ao cinema, e enriquecida por outras etapas. O autor sintetizou essa proposta em 17 etapas da jornadas e acrescenta seis tipos de personagens secundários, incluindo a figura do *mentor* que prepara o protagonista para a jornada, *o guardião do limiar*, que testa a decisão de transformação do herói, *o arauto*, que anuncia as mudanças, *o camaleão* que intriga e confunde o protagonista, *o pícaro*, que une a irreverência e verdades ditas pelos antigos *bufões*, e *o sombra*, que englobaria todos vilões e antagonistas (Vogler, 2006:48-71).

Monica Martinez propõe um cruzamento dos três modelos dentro do que seria uma forma de estrutura de “Jornada do Herói” no jornalismo, com forte ênfase nas narrativas de perfis proposta por Lima. Esse formato estrutural não seria obrigatoriamente linear e seguiria como um mapa (ou labirinto rizomático), que poderia guiar as narrativas de várias amplitudes, como a experiência de uma vida toda ou um episódio mais importante a ser relatado a partir de seus personagens principais.

A formulação seguiria com doze etapas de ações: (1) *cotidiano*, (2) *chamado à aventura*, (3) *recusa*, (4) *travessia do primeiro limiar*, (5) *iniciação*, (6) *teste (aliados e inimigos)*, (7) *caverna profunda*, (8) *provação suprema*, (9) *encontro com Deusa*, (10) *recompensa*, (11) *retorno ou caminho de volta*, (12) *ressureição e retorno com elixir* (Martinez, 2008:64).

Capítulo 3

AS NARRATIVAS DE BELO MONTE

Em 24 anos as quatro maiores revistas de informação semanal, *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, publicaram 25 reportagens sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Com destaque para os seguintes períodos:

– Em 1989, data em que o primeiro projeto de construção de uma hidrelétrica no rio Xingu foi apresentado e rechaçado pela comunidade indígena e por ambientalistas, durante o I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira. Nessa época o projeto era chamado de Kararaô, um dos marcos do encontro foi uma ameaça feita por uma indígena Caiapó, Tuíra, ao engenheiro Muniz Lopes, da Eletronorte.

– 2001, quando a proposta de construção de novas hidrelétricas no rio Xingu foi desengavetada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o projeto já era conhecido como Belo Monte e foi (re)lançado como uma promessa de solução ao problema do “apagão”, no Brasil (capítulo 1).

– 2005, ano do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, uma das críticas do projeto, devido a uma disputa de terras em Anapu, no Pará, na região do Xingu;

– 2008, data do II Encontro dos Povos indígenas de Altamira, quando um protesto em uma reunião sobre a hidrelétrica resultou em uma agressão por parte dos indígenas Caiapó ao engenheiro da Eletronorte, Sérgio Rezende;

– 2011, quando o projeto da hidrelétrica de Belo Monte saiu dos gabinetes de Brasília para ser uma intervenção real na paisagem da Volta Grande do rio Xingu.

A primeira etapa desta análise foi traçar um panorama com todas as reportagens sobre a hidrelétrica de Belo Monte, nas revistas semanais de informação, entre os anos de 1989 e 2013. Foram encontradas 25 reportagens publicadas em 24 anos, descritas em um quadro geral (Anexo I), onde foram destacadas informações sobre os autores das reportagens, o número de páginas, título, data e fontes de informação. Categorias que auxiliam a revelar se existiam jornalistas especializados

na cobertura da hidrelétrica e se foi um assunto tratado com espaço dentro das revistas.

Essas descrições das reportagens também auxiliaram na elucidação de indagações importantes, como as formas de texto e fontes predominantes. Outra etapa importante desta análise de conteúdo foi a comparação das 25 reportagens, com as questões debatidas sobre os elementos fundamentais de uma narrativa jornalística em profundidade e suas estruturas de textos possíveis, temas tratados no capítulo 2.

Para complementar esta análise de conteúdo foram destacadas sete matérias das 25 coletadas, sendo 2 de cada revista pesquisada, com exceção da revista Istoé, que publicou apenas uma reportagem abordando indiretamente o tema sobre a hidrelétrica de Belo Monte. Essas reportagens selecionadas foram escolhidas por serem as mais representativas, tanto em relação ao número de páginas, quanto no que concerne à diversidade de fontes, à existência de viagem do repórter à região e ao destaque dado pela publicação ao conteúdo, sendo que 3 das 8 reportagens foram capas.

Essa etapa do estudo também foi guiada a partir da análise de como os elementos fundamentais propostos no capítulo 2 – imersão, afetividade e ternura, abordagem complexa, humanização e diálogo – aparecem (ou não) nessas narrativas jornalísticas.

Quadro 02 – Reportagens analisadas em profundidade

- Revista *Carta Capital*:

- a. “Cabeça a prêmio”, 23/04/2008, de Phydya de Athayde
- b. “Índios S.A e Quanto vale um índio?”, 25/03/2013, de Willian Vieira

- Revista *Época*:

- a. “Uma guerra equivocada”, 26/05/2008, de Marina Sanches e Juliana Arini
- b. “Os nômades de Belo Monte”, 11/07/2011, de Aline Ribeiro

- Revista *IstoÉ* (antiga *IstoÉSenhor*)

- b. “Muita Terra para pouco índio”, 28/05/2009, sem assinatura

- Revista *Veja*:

- a. “O aviso dos Caiapós”, 01/03/1989, sem assinatura.
- b. “O nocaute das estrelas”, 07/12/2011, de André Eler e Laura Diniz

As informações contidas no quadro geral (Anexo I) foram destacadas com o intuito de se compor um retrato geral da cobertura do projeto da hidrelétrica de Belo Monte em cada um dos quatro veículos de comunicação estudados nesta pesquisa. Há inclusive a inserção de dois editoriais que tratam da obra.

As primeiras constatações que surgiram foram referentes aos veículos que mais dedicaram espaço à cobertura do projeto de Belo Monte, incluído aqui todas as matérias, sejam reportagens em profundidade ou não. As fontes de informação que tiveram vozes ativas nas reportagens através da reprodução de suas falas em aspas também foram analisadas.

Gráfico 01 - A cobertura de Belo Monte entre janeiro de 1989 a maio de 2013

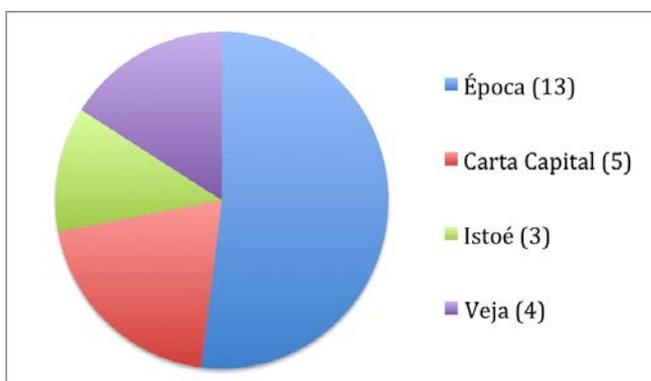
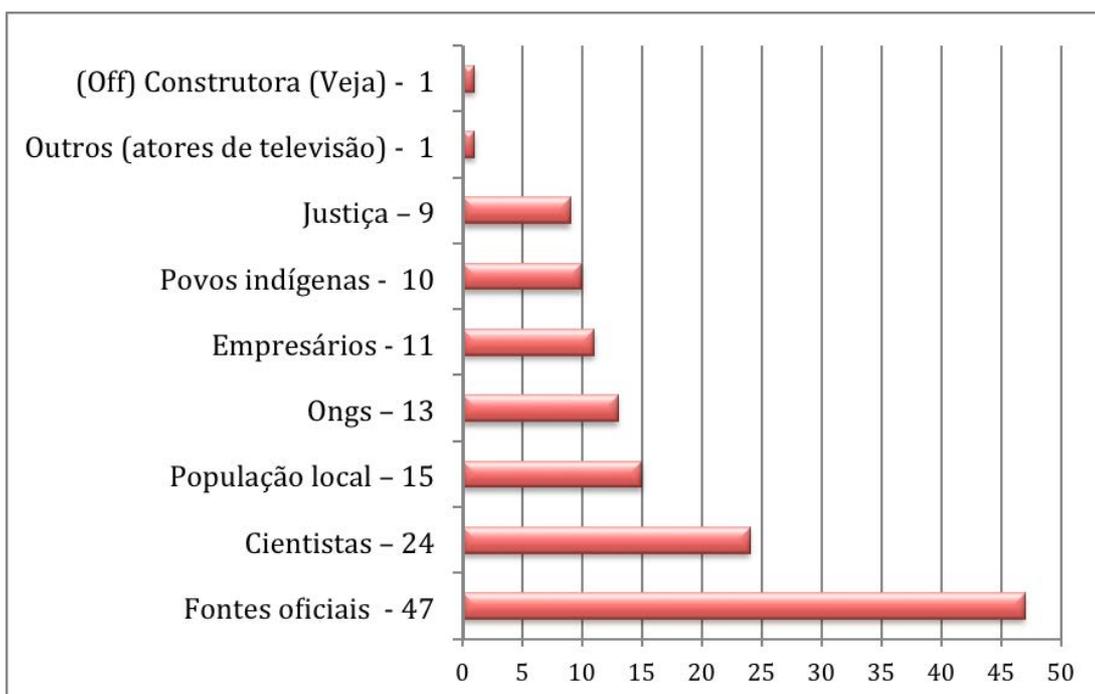


Gráfico 02: Fontes de informação nas reportagens sobre Belo Monte



As formas de redação foram classificadas de acordo com a proposta de Nascimento, que destaca para classificar um texto como dissertação, narração ou descrição a presença de elementos como: os tipos de verbos usados (de ligação, ou ação), a presença de enredo e da defesa de teses e ideias, a figuratividade, a delimitação do tempo e do espaço, o uso de personagens, a argumentação, entre outros. (2009: 40-57).

3.1 A cobertura da revista *Carta Capital*

Foram publicadas cinco reportagens sobre a hidrelétrica de Belo Monte na revista *Carta Capital* entre os anos de 2008 e 2013, com um total de 32 páginas destinadas à discussão do projeto. O foco principal dessas reportagens foi a segurança energética, tema debatido em 22 páginas. A revista também abordou as questões sociais que envolvem um grande projeto de infraestrutura do porte de Belo Monte, com destaque para uma reportagem de seis páginas, publicada em 2013, na qual é narrado o início do impacto do projeto nas comunidades indígenas do entorno da futura usina hidrelétrica, revelando o quão dependente os indígenas já estão dos repasses financeiros e assistencialismo promovido pela Norte Energia, o consórcio de empresas (públicas e privadas) que constrói Belo Monte, no Pará.

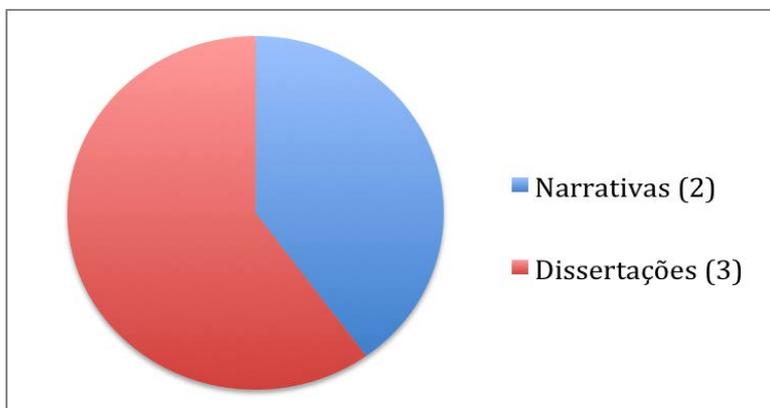
A revista foi uma das poucas publicações a destinar duas capas para debater o projeto, nos anos de 2010 e 2013. As fontes de informação da cobertura de *Carta Capital* são divididas em duas categorias: primeiro pessoas ligadas à academia, como físicos e profissionais do setor elétrico nacional; depois ambientalistas e dirigentes de organizações não governamentais nacionais, como Greenpeace, WWF e Instituto Socioambiental (ISA).

A população local foi ouvida na reportagem de 2013, quando foi debatido o impacto da construção de Belo Monte na vida dos povos indígenas e moradores de Altamira. Em uma reportagem de 2011, há um box com a fala de duas moradoras da cidade vizinha à hidrelétrica de Tucuruí, onde elas contaram o que mudou em suas vidas antes e depois da construção dessa outra hidrelétrica.

O modelo de reportagem predominante foi o texto dissertativo, com quatro reportagens, duas narrativas (uma sobre os povos indígenas e um perfil de Dom Erwin Kräutle), bispo da Prelazia do Xingu, no Pará – uma das maiores vozes de

contestação dos impactos da construção da hidrelétrica de Belo Monte e outras obras de infraestrutura na Amazônia, como a Transamazônica, a rodovia BR-230.

Gráfico 03: A cobertura da revista Carta Capital



3.2 A cobertura da revista *Época*

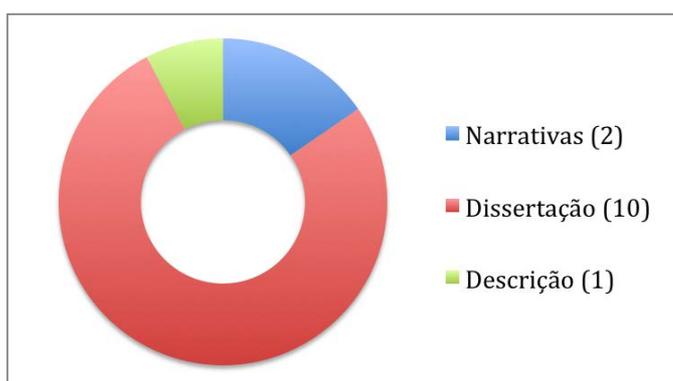
A revista foi a publicação que mais espaço concedeu à cobertura do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, somando 13 reportagens, distribuídas em 56 páginas entre os anos de 2001 a 2013. A cobertura foi pulverizada entre três temáticas recorrentes: as questões econômicas que envolvem o debate sobre a obra (cinco matérias), os possíveis impactos sociais e ambientais da hidrelétrica (cinco reportagens) e a questão das alternativas energéticas possíveis (ou não) ao projeto (três matérias).

As fontes de informação da revista *Época* também seguem dois eixos, algo similar à cobertura de *Carta Capital*. Metade do espaço é ocupado por especialistas, pessoas do setor elétrico e cientistas, e a outra por fontes ligadas à academia e às organizações não governamentais. Outra categoria de fonte comum nas reportagens de *Época* são os representantes do Judiciário, que advogam contra a construção da hidrelétrica, e os políticos, que defendem a obra.

Os povos indígenas quase não aparecem como vozes ativas nas reportagens, ocupando poucas linhas. Já a população local de Altamira e os trabalhadores do canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte ganharam destaque com quatro reportagens (10 páginas).

O texto predominante da revista *Época* foi a dissertação, com 10 reportagens publicadas em 24 páginas. A narrativa apareceu apenas em duas matérias, com um total de 10 páginas. A primeira apresentou o projeto da hidrelétrica em 2001 e a segundo abordou a vida dos “barrageiros”, os trabalhadores que viajam há 30 anos para acompanharem os grandes projetos das hidrelétricas na Amazônia – uma das reportagens mais completas publicadas pelas quatro revistas.

Gráfico 04: A cobertura da revista *Época*



3.3 A cobertura da revista *IstoÉ* e *IstoéSenhor*

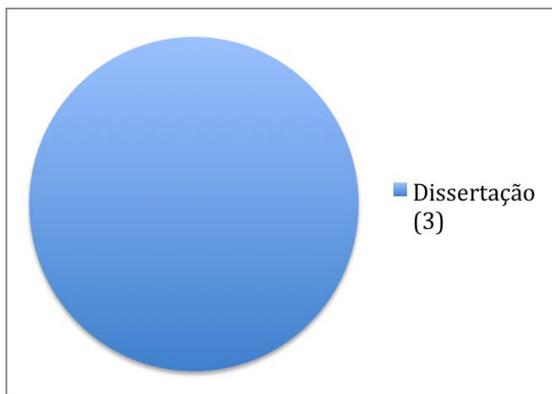
Desde que a revista passou a ser publicada como *IstoéSenhor*, em 1989, até 2013, quando já circulava com o nome de *IstoÉ*, foram publicadas três matérias sobre o projeto de Belo Monte, totalizando quatro páginas. A forma de texto predominante na revista foi a dissertação, presente em todas as reportagens sobre a hidrelétrica. Foi a cobertura menos focada no projeto de Belo Monte, circulando pelos temas periféricos relacionados à obra, como a questão das terras indígenas, os problemas diplomáticos que o Brasil enfrentou por causa do projeto e o ativismo de artistas de televisão contra a hidrelétrica.

As reportagens da revista *IstoÉ* foram direcionadas para debater problemas sociais, internacionais e polêmicas políticas, com ênfase na discussão sobre o interesse estrangeiro em controlar (e apoderar-se), da Amazônia. A questão foi o tema de duas, das quatro reportagens publicadas por *IstoÉ*.

Em uma dessas reportagens (2008) a principal fonte de informação foram os integrantes do Exército, como o general Augusto-Helena Pereira, que advoga (na matéria) uma tese na qual ongs teriam um plano a favor do governo americano para

tomarem a Amazônia do Brasil. Representantes do governo, políticos, diplomatas e artistas de televisão foram outras fontes encontradas nas reportagens de *IstoÉ*. Não há nenhuma página destinada às falas de personagens locais de Altamira ou povos indígenas, ambos ignorados pela publicação.

Gráfico 05: A cobertura da revista IstoÉ



3.4 A cobertura da revista *Veja*

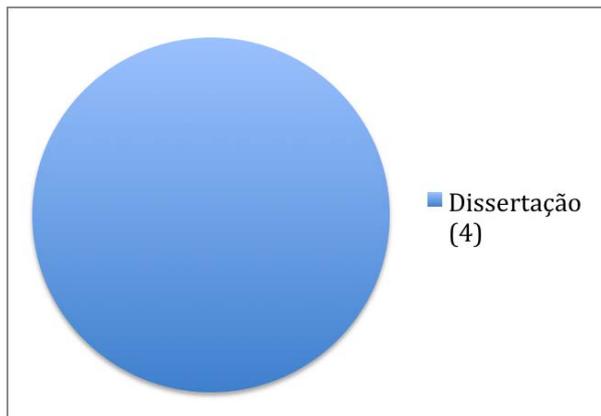
A revista *Veja* também destinou pouco espaço para a cobertura do projeto da hidrelétrica de Belo Monte. Foram publicadas quatro reportagens em 15 páginas. *Veja*, tal como a revista *IstoÉ* (publicada anteriormente como *IstoéSenhor*), circulava em 1989, quando começa o debate público sobre a construção de Belo Monte.

Todas as reportagens tem como foco as questões econômicas e principalmente a polêmica política e social que o projeto desencadeou. A grande maioria das reportagens de *Veja*, três das quatro matérias publicadas, é dedicada a discutir a questão indígena e criticar todos que se opuseram ao projeto da hidrelétrica, como os artistas que encenaram a campanha “Gota d’Água”, veiculada nas redes sociais em 2011.

As fontes de informação de *Veja* são na maioria dos casos oficiais (oito no total), como políticos, representantes do governo responsáveis pelo projeto da hidrelétrica e a polícia federal. Os indígenas aparecem pouco nas reportagens como personagens ativos, com apenas duas falas, tendo um espaço maior apenas na primeira matéria, em 1989.

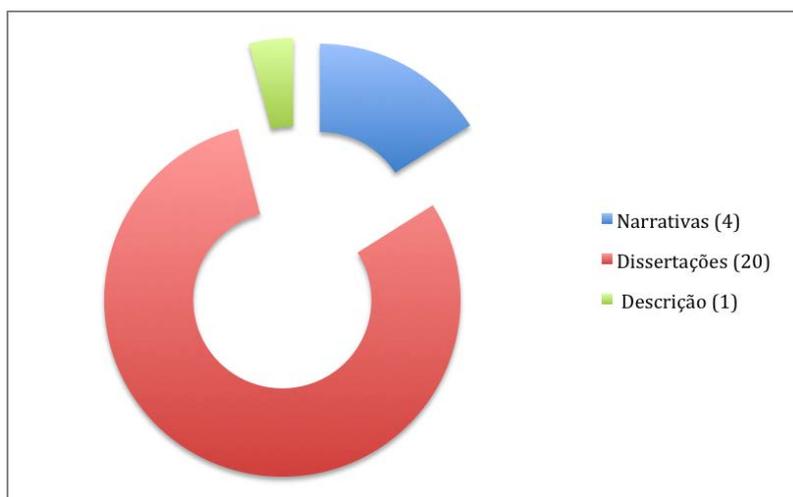
A dissertação foi a forma de texto predominante nessa cobertura, com quatro reportagens seguindo esse formato, com destaque para a matéria “O Nocaute das estrelas” (Veja 2247, 07/12/2012), onde quase não há fontes formais de informação, inclusive há ausência da fala dos artistas de televisão criticados na reportagem por seu ativismo contra a hidrelétrica.

Gráfico 06: A cobertura da revista Veja



3.5 Os elementos da reportagem na cobertura de Belo Monte

Gráfico 07: A forma de texto predominante na cobertura de Belo Monte



A dissertação foi a forma de discurso predominante na cobertura do projeto de Belo Monte, presente em 20 das 25 matérias. Se grande parte das reportagens sobre a hidrelétrica funcionou como palco para o debate de “teses”, como são

estruturados os textos dissertativos, outra questão levantada por esta constatação foi sobre o grau de profundidade dessas reportagens. Como avaliar as 25 matérias pesquisadas, se considerarmos a proposta de uso da imersão, troca e afetividade, abordagem complexa, humanização e diálogo, estabelecidos no capítulo 2 para uma reportagem em profundidade?

Para responder melhor a esta questão, os cinco elementos propostos como fundamentais para uma reportagem em profundidade foram analisados separadamente, por meio das oito reportagens mais representativas já destacadas no quadro 02.

a) O elemento imersão nas narrativas de Belo Monte

Deslocar uma equipe de reportagem para uma região pouco acessível, como a Amazônia, demanda investimento humano e financeiro. No caso de uma revista impressa, se faz necessário no mínimo um repórter e um fotógrafo, ou um repórter que também exerça a função de fotógrafo. A afirmação parece óbvia, porém vale ressaltar que pesa muito nas decisões de uma redação quando um repórter vende uma pauta que dependa da necessidade de viajar. E, por mais absurdo que pareça, mais da metade das reportagens hoje publicadas são apuradas das redações, seja por telefone, seja por internet. Caso a pauta proposta dependa de a equipe ir para uma região como Altamira, no Pará, a viagem pode custar o dobro do que em outras regiões do Brasil. Isso porque falta à região linhas regulares de avião e estradas asfaltadas.¹⁶

Como já foi debatido no capítulo 2, a imprensa escrita no Brasil tem enfrentado uma grande crise que gerou o achatamento das redações e a redução nos investimentos com viagens e grandes coberturas. Assim, podemos até supor algumas hipóteses sobre as razões de tão poucas viagens para a região nas matérias publicadas ao longo de 24 anos. Mas, como o foco deste trabalho não é questionar o porquê de os veículos de comunicação não investirem na cobertura sobre a construção da maior hidrelétrica nacional, uma obra que, até agosto de 2013, pode custar até 30 bilhões de reais (sendo 90% desse valor pago com dinheiro do BNDES), e, também, como não há um comparativo com o número de viagens realizadas pelas equipes de jornalistas das mesmas revistas para a cobertura de eventos esportivos, cinema e política, a

¹⁶ Em minha experiência de repórter de uma das revistas pesquisadas (revista *Época*, entre os anos de 2006 e 2010) posso afirmar que vi algumas vezes a pauta sobre Belo Monte ser engavetada pela justificativa de falta de verbas para visitar a região.

análise do elemento imersão vai se reduzir ao fato objetivo de que: ao longo de 24 anos e para escrever 25 reportagens, apenas três jornalistas das quatro maiores revistas semanais de informações colocaram, declaradamente, os pés na região de Altamira, local da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Assim, vale destacar a importância dos relatos feitos por essas equipes, as responsáveis pelas narrativas mais completas sobre a hidrelétrica de Belo Monte.

Quadro 03: Os repórteres que visitaram a região no Pará

- Bernardino Furtado, em 28 de maio de 2001, para a revista *Época*.
- Aline Ribeiro, em 11 de julho de 2011, para a revista *Época*.
- Willian Vieira, em março de 2013, para a revista *Carta Capital*.
- Talvez também o repórter de *Veja*, em 01 de março de 1989¹⁷

A revista *IstoÉ* foi a responsável pela cobertura com menor espaço concedido ao debate sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Foram apenas três reportagens publicadas, sendo que na reportagem com mais espaço (10 páginas), “Muita terra para pouco índio” (*IstoÉ* 2012, 28/05/2013), a hidrelétrica não é o foco do debate, e sim a questão fundiária na Amazônia, com ênfase na discussão de uma possível invasão estrangeira ao território brasileiro. Nesse caso a reportagem dedica apenas uma página e meia para abordar o II Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, quando ocorreu uma agressão contra o engenheiro da Eletrobras, Paulo Fernando Rezende.

Nesse contexto a imersão quase não existiu da forma como foi proposta como um elemento necessário para a prática do jornalismo em profundidade. O debate sobre a hidrelétrica ficou restrito às falas das fontes de informação ouvidas por *IstoÉ*, no caso generais do Exército Brasileiro, ministros e outros representantes de governo e pesquisadores da Unicamp.

Veja foi outra publicação que não abordou Belo Monte a partir da proposta de imersão. A ideia de captar e sentir o mundo com os próprios olhos e impressões

¹⁷ A informação sobre a autoria do repórter, e se houve viagem, não foi confirmada pela redação da revista *Veja* até a conclusão desta dissertação.

personais não foi uma das estratégias utilizadas pela revista, que publicou quatro reportagens sobre a hidrelétrica.

Na primeira reportagem publicada por *Veja*, em março de 1989, há a impressão de que o repórter (anônimo) esteve no I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira. A descrição da cena e impressões sobre os personagens induzem a ideia de que de fato foi uma cobertura feita em campo e que o jornalista assistiu às cenas narradas. Outra reportagem de *Veja* que desperta a sensação de que o repórter foi para a região é “Nocauteados pela Lógica” (2247, 07/12/2011), porém nesse caso a revista também não indicou na chamada que a narrativa foi construída fora da redação. Essa tentativa de descrição e construção de uma narrativa presencial pode ser conferida nos trechos abaixo:

“Mais do que índios e homens brancos, a festa em Altamira serviu para mostrar ao mundo a coleção de tribos ecológicas, de todos os matizes de verde, que lutavam pela preservação da floresta. Em Altamira, havia caciques e pajés de todo o tipo. Do Sting – o indígena roqueiro, que chegou acompanhado do txucarramãe Raoni e da ideia de criação da Fundação Mata Virgem – ao ambientalista de primeira viagem Fernando César Mesquita, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, representando o governo, e um dos poucos a defender a construção da usina. (..)

(..) Pintados com urucum e jenipapo, enfeitados com cocares, colares e bordunas à mão, os índios misturavam-se a fotógrafos e cinegrafistas também pintados e ornamentados.

(..) Barbara desfilava em Altamira na semana passada como um digna representante típica dos ecologistas aliados a organizações não governamentais dos Estados Unidos (*Veja* 1069, 1989: 68-79).

A estratégia de unir uma descrição à narrativa é repetida pela revista em outras matérias, nas quais não fica indicado se o repórter visitou a região da hidrelétrica.

A revista repete esse tipo de construção de texto com mais ênfase para narrar o II Encontro dos Povos indígenas de Altamira, em maio de 2008. O repórter usa elementos que podem ter sido captados em fotografia, ou pela descrição de protagonistas que realmente participaram da cena narrada, e as insere na fala de um narrador (supostamente) presente, como podemos conferir:

Rezende falou durante 25 minutos defendendo seu ponto de vista diante de uma plateia hostil. Foi interrompido por vaias duas vezes. Assim que concluiu sua exposição, a índia Caiapó Tuíra se levantou e começou a dançar, facão em punho. Ouviu-se um grito de guerra. Foi a senha para que outros Caiapós, também armados e igualmente pintados para a guerra comessem a dançar e imediatamente o cercassem. Eles rasgaram sua camisa, o jogaram no chão, chutaram, encostaram a mão em seu rosto e o golpearam com facas. O corte foi profundo.

(...) Em seu depoimento, ao qual *Veja* teve acesso, Rezende registrou: “...rasgaram minha camisa e me jogaram no chão. Tudo isso sem que houvesse manifestação dos organizadores”.

(...) Eles chegaram pintados para a guerra, mas nem a PF nem a Secretaria de Segurança Pública do Pará se preocuparam em impedir que entrassem com facões e bordunas (Veja 2062, 2008:64-65).

Nas outras duas reportagens publicadas por *Veja*, fica mais claro que o texto foi construído a partir de uma estrutura dissertativa. O uso de argumentos e a exposição de falas de especialistas e governo são mais importantes do que a narrativa das cenas e o cotidiano da região onde a hidrelétrica está sendo construída. Assim, toda a discussão sobre Belo Monte fica restrita ao campo das ideias e bem distante do elemento imersão.

A narrativa das cenas parece ser mais uma estratégia do texto dissertativo, do que de uma narrativa em profundidade. Essa descrição das cenas funciona como que para a construção de um “fato”, ou seja, um elemento complementar da argumentação que se finaliza com a ideia de que os indígenas são violentos, possivelmente manipulados por agentes internacionais (ongs e cientistas) e que ambos os ataques (1989 e 2008) foram ações premeditadas.

A construção de textos onde o repórter parece “estar lá, sem estar” também foi utilizada nas revistas *Época* e *Carta Capital*. As publicações têm o mérito de ter realizado três matérias com viagens declaradas a Altamira, porém, também publicaram matérias com descrições de cenas a partir de um narrador onipresente sem que essas reportagens fossem de fato frutos de uma imersão na realidade de Belo Monte, no Pará.

Na escuridão não distinguia os jatobás, tamburis, pés de bacaba ou castanheira. Apenas sentia e ouvia o pulsar da massa viva ao redor. É a floresta, densa, cheia de vida. Aos poucos, alvorada trazia uma luz azul suave, depois esbranquiçada, depois amarelinha de sol nascente. O dia

dava forma e cor à vegetação, aos insetos e pássaros em plena algazarra matutina. Em menos de uma hora, o austríaco Erwin Kraütle, “brasileiro nascido fora do Brasil”, voltava à sua residência de bispo, a casa paroquial, em Altamira no Vale do Xingu (Carta Capital 492, 22/04/2009:36).

(...)A plateia de aproximadamente 1.500 pessoas, entre indígenas, moradores, representantes de movimentos sociais e do governo, participavam do evento Xingu Vivo para Sempre. (Arini e Sanches. Época 523, 26/05/2008:78).

A técnica de escrever insinuando uma proximidade com a cena é um recurso comum no jornalismo. Geralmente é empregado para dar mais vida ao texto quando não foi possível viajar para realizar uma reportagem. O risco de empregar tal técnica é justamente o empobrecimento dos sentidos que o distanciamento com a cena narrada pode gerar.

Em *Páginas Ampliadas*, Lima defende que há apenas uma forma de o jornalista compreender a realidade que pretende transmitir: mergulhando nela (2009:373). Considerando essa afirmação como a base da proposta da importância da imersão como elemento fundamental da reportagem, podemos concluir que grande parte dos textos sobre Belo Monte foram construídos a partir de fragmentos costurados de uma realidade narrada por outros protagonistas e digerida por meio de entrevistas telefônicas executadas por um ou mais repórteres. Um fato que pode pôr em xeque a clareza e força dos argumentos expostos nas 25 reportagens escritas sem que nem uma viagem fosse executada.

A grande pergunta é como podem publicar tantas reportagens sem sequer deslocarem uma equipe para a região? E como dar títulos tão assertivos como: “Uma riqueza insubstituível” (Carta Capital 662, 07/09/2011); “Muita terra para pouco índio” (IstoÉ 2012, 28/05/2008), “Uma guerra equivocada” (Época 523, 26/05/2008) e “Um Golpe de insensatez” (Veja 2063, 28/05/2008); sem descrições *in loco* sobre a vida das pessoas da região.

A diferença na qualidade das narrativas construídas a partir da proposta de imersão pode ser comprovada nas três reportagens publicadas com deslocamento de equipes. A primeira delas, publicada em 28 de maio de 2001, ocupa apenas três páginas, mas revela elementos importantes para conhecermos mais da realidade de Altamira, no Pará, um dos municípios onde a hidrelétrica de Belo Monte está sendo construída. Nessa reportagem o jornalista Bernardino Furtado fez uma das mais

interessantes descrições da Volta Grande do Xingu, a porção do rio que será parcialmente alagada após a conclusão da obra:

Em Altamira, no centro do Pará, as águas do rio Xingu faz uma caprichosa inflexão. Correm 70 quilômetros para o Sul, para depois voltar a subir e encontrar, a 60 quilômetros de distância, o povoado de Belo Monte. Numa garganta entre rochas, o Xingu reinicia jornada rumo ao leito do Rio Amazonas. A curva traçada pelas águas é conhecida como Volta Grande do Xingu. O rio quadruplica de largura, formando cachoeiras e inúmeras ilhas verdejantes. Nesse pedaço da Amazônia será construída a segunda maior hidrelétrica brasileira. (Época 158, 28/04/2001:82)

Na reportagem “Os nômades de Belo Monte”, escrita por Aline Ribeiro, também para a revista *Época*, a repórter conseguiu outro retrato inédito: ela captou a vida das pessoas afetadas pela obra e a jornada dos que se lançam em busca de emprego nos canteiros das grandes hidrelétricas:

O vaivém de carros na estrada que liga as cidades de Altamira e Vitória do Xingu, no Pará, ficou mais intenso no último 9 de junho. Naquela noite, à beira do asfalto, o empreendedor Adão Rodrigues inaugurava mais um de seus negócios itinerantes. A faixa na entrada da casa lhe parecia clara o suficiente: “Estreia hoje a Boate da Noite”. Nem todo mundo, entretanto, entendeu do que se tratava. Afoitos com a novidade, muitos dos frequentadores chegaram acompanhados de suas mulheres. Só quando avançavam pelo portão notavam que aquela não era uma balada qualquer, e sim o novo bordel da cidade.

(...) O engano de Rodrigues ilustra o choque cultural (e social) entre a população nativa e os migrantes atraídos pela maior obra de infraestrutura do Brasil.

Existem dinastias especializadas em seguir as grandes obras. Como a do barrageiro Divino Junior, de 31 anos. Ele tem 16 anos de experiência em carteira na construção de hidrelétricas. Diz que seu pai sempre trabalhou construindo usinas e passou o ofício para oito dos dez filhos, inclusive as mulheres. “Filho de barrageiro é criado no mundo”, afirma Junior. “Cada um de meus irmãos está em um Estado diferente. A gente só reúne a família quando coincide de trabalhar num mesmo lugar” (Época 686, 11/07/2011:62-63).

Apesar de ser foco de debate desde as primeiras reportagens, quando o projeto ainda era batizado com o nome de Kararaô (1989), a questão indígena só ganhou

contornos mais claros também em uma reportagem construída a partir do elemento imersão. Publicada em março de 2013 pela revista *Carta Capital* e escrita por Willian Vieira, a matéria “Quanto vale um índio” traz um retrato (cruel) de como as negociações entre indígenas e as empresas do consórcio Norte Energia, responsável por construir Belo Monte, desagregam as aldeias indígenas da região, provocando um verdadeiro caos cultural, social e político:

Para ir de Altamira à aldeia Paquiçamba são duas horas de caminhonete por uma rota lamacenta que só ganha asfalto quando ladeada pelos canteiros da usina de Belo Monte. De barco levaria oito horas. Graças a uma carona, após oito dias na cidade, Marino Juruna é recebido por seus indígenas. Em silêncio. Traz em seu poder só um galão de gasolina. Nada de material de construção, nenhuma notícia de avanço nas negociações pela ansiada indenização da Norte Energia. “A aldeia não é mais a mesma”, diz o cacique, enquanto abre a janela da recém-construída casa com cinco cômodos, sofá e televisão e aponta para as antenas parabólicas e telhados que desalojaram a palha dos casebres. Poços artesianos, um engenho de farinha e placas de energia solar surgem no horizonte, tudo comprado com recursos do consórcio construtor da usina. Os últimos quilômetros da estrada, antes intrafegáveis, ganharam uma cobertura de pedra, obtida “na marra” após bloqueio no canteiro de obras, diz Juruna. “É o lado bom da coisa. E eles não dão nem metade do que a gente pede.”

Das palavras do cacique emerge um dos maiores efeitos da obra: um jogo de negociações entre indígenas e empresas, fruto de um *modus operandi* duvidoso e da ausência da Funai, que transformaram Paquiçamba, uma das poucas comunidades diretamente afetadas, no retrato fiel do impacto cultural e socioeconômico de Belo Monte. “A aldeia não é mais a mesma”, repete Juruna. Até o começo de 2011, quando a obra começou, havia 37 famílias sob sua liderança. Hoje são nove. As outras se dividiram em três novas aldeias, cada qual com seu cacique. “Esses recursos causaram desunião. Muitos pensam que a liderança está desviando recursos, ouvem que a outra aldeia tem mais objetos, que podemos conseguir mais.” Juruna suspira. “Já botei meu cargo à disposição. Ninguém quer” (*Carta Capital* 741, 25/03/2013:27).

b) Afeto e ternura

Outro elemento importante para uma reportagem é a sensibilidade. A proposta aqui não é tornar a prática da reportagem uma atividade dependente de uma narrativa quase literária (que é sempre bem vinda, porém não imprescindível), mas o rompimento com a visão dogmática, racional, cientificista e reducionista. Como

relembra Restrepo (2001), para quem a ternura seria uma treino da cognição, o exercício da razão sensível deve ajudar o observador romper com o vício de seguir pelo mundo apenas analisando, ou coisificando, os outros seres, sem nunca ser tocado por estes.

Em duas reportagens da revista *IstoÉ* esse uso da razão sensível parece não ter ocorrido. Com três reportagens dissertativa, a revista optou justamente por manter um olhar analítico e racionalista do outro, nesse caso os povos indígenas. A lógica de julgamento foi concedida a um dos personagens da reportagem, o general Augusto Heleno Pereira:

Em várias estradas na Amazônia, os índios chegam a cobrar pedágio e determinar os horários em que os caminhões podem trafegar. Com isso, desmoralizam o governo local e põem em xeque a segurança do País. Em recente palestra no Clube Militar, no Rio de Janeiro, o comandante militar da Amazônia, general-de-exército Augusto Heleno Pereira, mesmo sob o risco de ser punido por indisciplina, denunciou os disparates que acontecem na região. “A política indigenista está dissociada da história brasileira e tem de ser revista urgentemente”, afirmou o general Heleno. (...)Uma coisa que irrita os militares é a tendência de se tratar a questão indígena a partir de uma visão romântica, que trata como iguais índios desiguais, em estágios diferentes de civilização. (...)Como em muitos casos os militares constituem a única presença de Estado na selva, eles afirmam, com alguma razão, que conhecem os índios melhor do que grande parte dos ambientalistas. (IstoÉ 2012, 28/05/2008:32-33)

No caso da revista *Carta Capital* há uma lógica dupla. Grande parte das reportagens publicadas segue o modelo de pensamento racional e cartesiano, com um acréscimo muito superior de fontes científicas e do governo, em relação a fontes locais e povos indígenas (ver gráfico 03). A outra metade das reportagens foi construída a partir de narrativas, ou tentativas dessa forma de texto.

Os argumentos expostos na reportagem “E qual é a alternativa”, de Rachel Cardoso, publicada em agosto de 2011, integram os especiais publicados pela revista intitulados “Diálogos Capitais”. A reportagem de 16 páginas traça um panorama geral da discussão sobre a necessidade de crescimento do Brasil rumo a um desenvolvimento econômico supostamente dependente do aumento da geração de energia no sistema nacional. Na reportagem, um dos argumentos iniciais é o aumento da riqueza do Brasil (Produto Interno Bruto- PIB), em 5,5%, até 2019, o que torna-se

uma justificativa para a construção de hidrelétricas como Belo Monte.

Os argumentos em prol das hidrelétricas são muitos, todos fundamentados numa lógica científica e reducionista dos problemas. Entre os inúmeros argumentos listados na reportagem estão fatos como: todas as novas hidrelétricas projetadas para a Amazônia não ocupariam nem 0,16% do território da região; os impactos da construção das hidrelétricas são esquecidos com o tempo, citando o caso de Itaipu, na fronteira com o Paraguai; o BNDES fez estudos minuciosos para reduzir os impactos de Belo Monte e o consórcio das obras promete investir mais de 3,7 bilhões em projetos de melhoria nas cidades da região.

Grande parte das fontes da reportagem de *Carta Capital* também são cientistas ou representantes do governo. A pluralidade de fontes e pontos de vistas acaba obedecendo a uma lógica linear de construir (ou induzir) uma só conclusão: não há alternativa energética a não ser construir hidrelétricas e seus impactos podem ser superados, e até esquecidos.

As únicas exceções de fontes são duas moradores da cidade de Tucuruí, vizinha à hidrelétrica de mesmo nome, construída em 1983, no Pará, em uma região igualmente isolada como Altamira, onde está Belo Monte. Nessa reportagem, uma aposentada de 75 anos narra as mudanças na região geradas pela hidrelétrica e não conclui sua fala de forma esperançosa. Do outro lado dos argumentos, sua sobrinha, Ilda Guimarães, parece mais otimista, porém alerta que os erros de Tucuruí não estão sendo considerados durante o processo de debate de Belo Monte.

Outro caso similar de cobertura baseada em argumentos científicos esta na revista *Época*. A matéria “Uma guerra equivocada”, de autoria da própria pesquisadora (Juliana Arini) com a repórter Mariana Sanches, em 2008, tenta também explicar com argumentos racionais as razões do ataque dos indígenas Caiapó ao engenheiro da Eletrobras, Fernando Paulo Rezende.¹⁸ A reportagem segue a mesma linha da publicação de *Carta Capital*, com dois eixos de argumentos: sem hidrelétricas o Brasil não poderá crescer 5% ao ano e uma discussão sobre como construir Belo Monte pode ser uma forma de superar os problemas ambientais das hidrelétricas do passado, como Tucuruí (no Pará) e Balbina (no Amazonas). A

¹⁸ A matéria foi feita sem viagem à região e editada conforme a linha editorial da revista, que internamente deixava clara sua posição a favor de Belo Monte entre as equipes de reportagem. Uma das grandes lutas nessa apuração foi conseguir incluir uma aspa indígena, um elemento que custou muitas horas de argumentação, pois os editores queriam publicar apenas a versão da polícia e do engenheiro Paulo Rezende.

questão indígena ficou reduzida a um alerta sobre o risco de os povos indígenas criarem problemas maiores para a construção de projetos de infraestrutura na Amazônia, tornando-se obstáculos para o sonhado crescimento econômico.

Uma das reportagens mais simbólicas do excesso do uso da razão cientificista foi publicada pela revista *Veja*. Na matéria; “Nocauteados pela lógica” (*Veja* 2247, 07/11/2011), o título já revela como foi construída a tese que norteia essa narrativa. A matéria debate uma campanha virtual encenada por artistas de televisão posicionados contra a construção de Belo Monte. A campanha ganhou em menos de duas semanas a adesão de mais de 3,2 milhões de pessoas e virou um fenômeno de compartilhamento nas redes sociais.

Na reportagem de *Veja*, o sucesso do movimento Gota d’Água foi derrubado por um vídeo de paródia, gravado por estudantes de engenharia da Universidade de Campinas (Unicamp). Na reportagem, publicada sem a versão dos atores que participaram da campanha ou dos representantes do movimento Gota d’Água, há uma contraposição de argumentos costurada a partir da versão apresentada pelos estudantes. A matéria afirma que a campanha teria sido escrita pelo ator Sérgio Marrone, com apoio de uma ONG, e que os argumentos sobre o projeto de Belo Monte estariam errados. Segundo *Veja*, apenas a versão do estudantes da Unicamp seria a correta, pois estes entenderiam de matemática.

Um fato interessante da reportagem é que nem a lógica científica foi seguida com rigor, pois nenhum engenheiro ou especialista no setor elétrico foi entrevistado para dar um aval sobre os dados apresentados pelos atores e rebatidos pelos estudantes da Unicamp no vídeo “Tempestade em Copo d’água”.

A única fonte técnica apresentada é um engenheiro de 25 anos, que mora em Brasília: Cásio Carvalho, o suposto autor da correção dos dados apresentados pelos artistas no vídeo postado no *Youtube*. Carvalho teria virado fonte dos estudantes da Unicamp após (também) gravar seus cálculos na rede social.

O tom da revista, além de seguir uma proposta absolutamente inversa à ideia de razão sensível de Restrepo, ajuda na construção de uma verdade agressiva, onde as vozes que se levantam para questionar a hidrelétrica de Belo Monte seriam vazias e despreparadas, personagens passíveis de nocaute por uma lógica técnica e superior.

Um fato interessante da reportagem é que a espontaneidade dos estudantes chega a ser questionada no texto de *Veja*, onde se sugere que o grupo pode ter sido financiado pelo consórcio Norte Energia, responsável pelo projeto de Belo Monte.

Porém, nada foi apurado na matéria, concluída com uma defesa da superioridade do pensamento racional dos alunos da Unicamp.

A reação via internet dos estudantes que sabem fazer contas é um fenômeno que já produziu boas lições. Uma delas é lembrada pelo filósofo Denis Rosenfield: “Na internet, cada vez mais, quem fala sem saber o que está dizendo fica sujeito a ser desmentido rapidamente”. Outra é que o ambiente virtual não altera a lei que sempre vigorou no mundo físico: à luz da razão, não há sombra que consiga se fazer passar por realidade - nem quando envolvida pelo talento de bons atores e atrizes. (Veja 2247, 07/12/2011:46)

A falta de um debate onde os indígenas e povos da região pudessem externar suas opiniões revela que a matéria de *Veja* permaneceu presa a uma visão dogmática. Os estudantes da Unicamp, apesar da pouca idade, seriam superiores aos artistas de televisão, pois teriam como a base de seus argumentos um dos maiores instrumentos da razão científica: a lógica matemática.¹⁹

c) Visão complexa

Edgar Morin propõe que a visão complexa apresenta um desafio ao narrador: aceitar abandonar o caminho fácil das explicações e simplificações dos fatos. Assim, podemos supor que apenas 2 das 8 reportagens estudadas tentam fugir do caminho fácil das soluções apontadas e do reducionismo das explicações. Coincidentemente, ambas são as mesmas onde houve o elemento imersão, ou seja, os repórteres narraram a partir de uma viagem a Altamira, no Xingu.

Em “Os nômades de Belo Monte”, de *Época* (686, 11/07/2011), há um bom exemplo dessa aplicação. Nesse caso, houve também a criação de um ponto de vista,

¹⁹ Alguns dos estudantes e autores do vídeo apareceram no Blog de Belo Monte, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em um vídeo defendendo novamente a construção da hidrelétrica e dessa vez seguindo o modelo de contrapor os argumentos dos entrevistados na Conferência. Dessa vez, tanto a viagem dos estudantes quanto o vídeo foram patrocinados pela Norte Energia. (http://youtu.be/i8ibm_C5wUE). Durante a Rio+20, o jornalista Haroldo Castro publicou uma matéria no blog da revista *Época* revelando que a participação dos entrevistados pelos estudantes da Unicamp, na Rio+20, foi paga pela Norte Energia, o consórcio que constrói Belo Monte. (Acessado em 07/2013. Disponível em: <http://xingu-vivo.blogspot.com.br/2012/06/norte-energia-leva-moradores-de.html>).

a partir do qual as histórias de vida dos que moram em Altamira e as dos que chegaram à cidade são narradas sem juízo de valor e com o mesmo espaço, seja para os planos futuros da prostituta M, que sonha em comprar uma casa para morar com os dois filhos, seja a história dos agricultores que vão deixar suas casas por causa da futura área alagada pela hidrelétrica. A matéria, rica em detalhes descritivos, pode ser considerada um dos retratos mais fiéis de como é a transformação gerada por uma hidrelétrica em uma região distante da Amazônia:

(...)Se durante o dia Altamira tem o agito de um novo polo migratório, quando a noite chega ela é tomada por uma tensão velada, especialmente nos bairros mais pobres. Na madrugada, só gatos e cachorros perambulam pelas ruas. Há notícias de traficantes assassinados toda semana. O crack e o óxi (uma droga mais destruidora) se disseminam rapidamente. “De fevereiro para cá, quando as pessoas começaram de fato a chegar, a criminalidade dobrou”, afirma Cristiano do Nascimento, superintendente da Polícia Civil (Época, 686, 11/07/2011).

Na reportagem de *Carta Capital* sobre os indígenas há um esforço similar. As questões indígenas são tratadas de forma mais profunda, e não há a indicação de culpados ao longo da narrativa, que apenas expõe os problemas e conflitos da região. Em grande parte do texto o repórter conseguiu fugir da fórmula tão recorrente das outras matérias, sempre baseadas na tentativa de se reduzir o caos do entorno do canteiro de obras de Belo Monte a uma explicação simples ou maniqueísta. Uma tarefa para poucos frente a uma realidade como a que cerca as negociações entre a Norte Energia e os futuros atingidos:

Epicentro da construção da mais ambiciosa obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Altamira, maior município brasileiro em extensão, virou um misto de balcão de negócios e ponto de peregrinação de indígenas em busca de demandas materiais. Em turnos, eles batem ponto no prédio da Funai, na sede do Ministério Público ou onde houver uma autoridade. Mas visitam, sobretudo, o número 1.482 da Avenida João Pessoa, à beira do Xingu, sede de um escritório da Norte Energia dedicado às “questões indígenas”. Nas paredes, fotos de índios. Nas cadeiras, índios sentados. São 30 atendimentos diários (...).

“A gente fazia uma lista e entregava na Norte Energia. Aí buscava no escritório. Comida, combustível, motor”, diz José Carlos Arara, homem de expressão glacial e líder da aldeia Terrawagã. “Eles prometeram 27 casas, pista, antena de celular. Nada.” Para chegar a Altamira e exigir seus “direitos”, Arara leva seis horas de barco e dorme em uma rede na

Casa do Índio, improvisado albergue para as diversas etnias. Como ele, dezenas dividem os quartos da casa. Alguns gastam dias de barco e vêm para estadias de quase um mês, quando fazem o périplo de sempre: compram mantimentos, participam de reuniões e passam horas no escritório da empresa. “Acabou o tempo da gente. Neste ano, não plantei um pé de mandioca, Essa é a vida do indígenas hoje” (Carta Capital 741, 25/03/2013:27-28).

Se há bons exemplos do exercício de uma lógica complexa, o mesmo não se pode afirmar sobre a contextualização da informação. Nesse caso, a ideia de conectar os problemas de Belo Monte a temas ligados à condição humana planetária tateia e se perde na fórmula da argumentação explicativa. Como no caso da reportagem de *Carta Capital* “Qual a alternativa”, de Rachel Cardoso (662,07/09/11), ou na matéria “Uma guerra equivocada”, de Marina Sanches e Juliana Arini, de *Época* (523, 26/05/08)

No início, as duas reportagens seguem por uma tentativa de contextualizar o projeto da hidrelétrica de Belo Monte no cenário internacional do debate sobre a matriz energética que pode mover a economia planetária. A ideia é uma avanço em relação às demais reportagens, pois traz ao leitor a lembrança de hidrelétricas construídas no passado, como Tucuruí (Pará) e Balbina (Amazonas).

Porém, ambas propostas se perdem quando as reportagens seguem pelo vício argumentativo de enumerar soluções fáceis. Nesse caso, a necessidade de construção de Belo Monte é respondida por cientistas que afirmam ser certo decidir por obras que beneficiem um maior número de pessoas, mesmo que estas causem prejuízo a uma minoria. Outra estratégia é o uso de credenciais científicas dos entrevistados como justificativa para a imposição de sua visão dogmática:

Desse trabalho Goldemberg conclui que é preciso avaliar caso a caso. O que vai determinar a viabilidade de uma usina hidrelétrica é o custo-benefício. A conta é simples. Ele estima que para cada quilowatt de potência uma família seja atendida. “Se a usina vai beneficiar 5 milhões de famílias e prejudicar 50 mil é muito melhor amenizar os impactos causados pela obra”, afirma.

(...)A opinião de Goldemberg é compartilhada pelo professor Sergio Salles-Filho, do Departamento de Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociência da Universidade de Campinas (Unicamp) e diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas. “Nenhuma solução é indolor”, destaca. “Obras de infraestrutura sempre serão polêmicas, pois

as intervenções são grandes, inclusive com alteração de paisagem” (Carta Capital 662, 07/09/2001:43).

Os infográficos são outro recurso muito utilizado em todas as reportagens. As matérias acabam seguindo uma lógica similar em todas as quatro publicações. Após uma enxurrada de informações e falas de representantes do governo, que validam a “tese” defendida nas narrativas, ocorre a inserção dos chamados infográficos. Assim, todas as questões que cercam a hidrelétrica de Belo Monte passam a ser explicada por uma série de desenhos gráficos de difícil compreensão e legendas com muitas informações técnicas.

Mesmo nas reportagens com narrativas bem construídas, com imersão e reconhecimento do outro como fonte de diálogo, existe o uso desse recurso, como na matéria “Os nômades de Belo Monte”, da revista *Época* (686, 11/07/11).

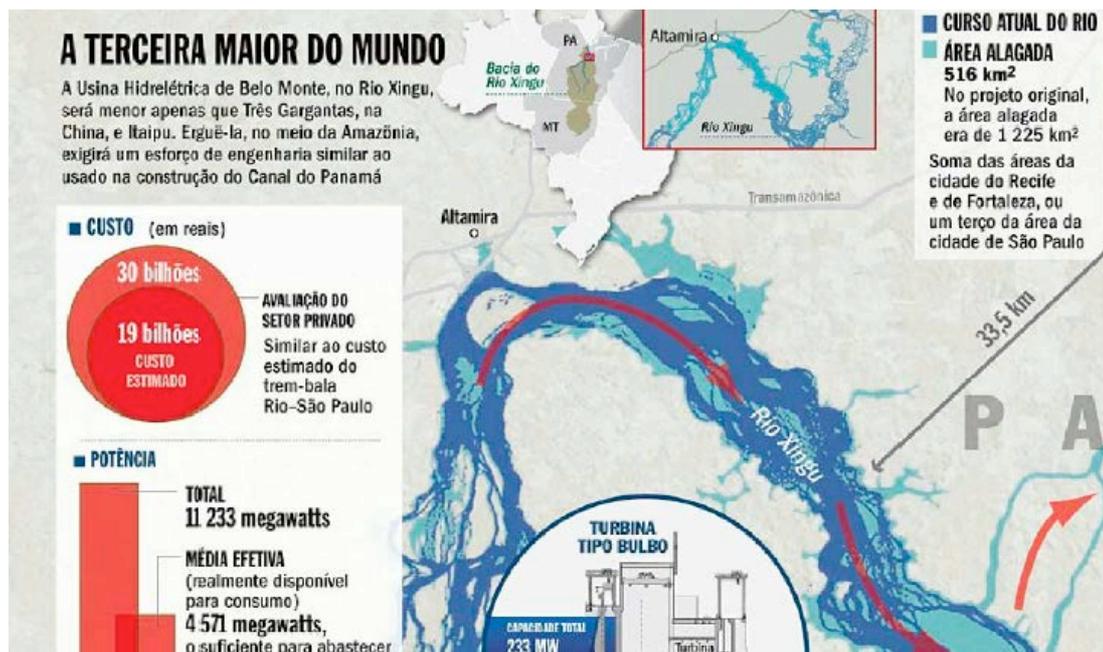
Ao ver as imagens, a primeira sensação é que o saber técnico novamente se sobrepõe a qualquer outro argumento, dentro de uma lógica cientificista de compreensão do mundo. As perguntas cada vez mais frequentes sobre o porquê de se construir tal hidrelétrica e qual vantagem ela trará para a população local seguem com respostas dispersas e diluídas em um linguajar inacessível.

A explicação científica por meio de gráficos torna o debate sobre a hidrelétrica um exemplo do que Boaventura de Sousa Santos chama de pensamento ortopédico. “Em suma, respostas acadêmicas para problemas acadêmicos cada vez mais distantes e redutores dos problemas existenciais que estavam na sua origem, cada vez mais irrelevantes para dar conta deles” (Santos, 2008:11-43)

Figura 02: Como a hidrelétrica vai afetar Altamira, no Pará (Época, 686, 11/07/11:62)



Figura 03: Como será a construída a hidrelétrica de Belo Monte (Veja 2162, 28/04/2010:90)



d) Diálogo

O exercício da visão dialógica é um dos pontos mais problemáticos da cobertura sobre a hidrelétrica de Belo Monte. Ao ler as 25 reportagens e questionar quem é o “outro” (Eu/Tu) e o “isso” (Eu/Isso) nessas narrativas, a partir da proposta de Buber – que afirma ser o diálogo possível apenas por meio do reconhecimento do outro, o encontro e a troca – verificamos que os personagens das reportagens estudadas exercem papéis muito similares.

Basta lembrar as fontes de informação para distinguir o papel onipresente do governo nesse contexto. A fala oficial aparece 47 vezes, mais que o quádruplo do espaço concedido aos moradores locais de Altamira e aos indígenas, que ganharam o direito de manifestarem-se apenas 10 vezes ao longo de todas as 25 reportagens.

Nas oito reportagens escolhidas para a análise em profundidade, por exemplo, toda as falas do governo e suas fontes oficiais (polícia, exército, ministros, entre outros) são destacadas como personagens de forte influência sobre a tese construída, como vemos mais claramente nas matérias das revistas *IstoÉ* e *Veja*, publicadas em 2008:

Além disso parece inaceitável a idéia de permitir aos índios autonomia total sobre as parcelas de território brasileiro em que vivem. “No bairro da Liberdade, vai ter japonês e não-japonês? Só entra quem é japonês? Como um brasileiro não pode entrar numa terra porque é terra indígena?”, indagou o general Heleno. Os generais estão certos. Mas manda a prudência que eles guardem distância dos facões e dos indígenas Caiapós (*IstoÉ* 2012, 28/05/08:33).

Durante a semana, integrantes de entidades que organizaram o evento, entre eles um padre, foram filmados comprando facões em uma loja de Altamira, acompanhados de indígenas. Segundo o delegado federal Jorge Eduardo Oliveira, havia o intuito de gerar um clima hostil na discussão sobre a hidrelétrica. “Possivelmente, os indígenas foram usados como massa de manobra”, disse Oliveira. O delegado acredita que a intenção era impressionar os jornalistas estrangeiros – austríacos, ingleses, alemães e franceses – que cobriam o evento.

Não foi a primeira demonstração de insensatez por parte dos opositores ao projeto de Belo Monte. A discussão se arrasta há vinte anos e é cercada de obscurantismo. O andamento do projeto foi paralisado por ações judiciais durante anos, antes mesmo da conclusão de um estudo de impacto ambiental, como notou o ex-ministro de Minas e Energia Antonio Dias Leite em seu livro *A Energia do Brasil*: “Entre as peripécias do processo, cabe destacar a ação do Ministério Público Federal... Impedir que se estude!”, escreveu, demonstrando seu espanto.

A discussão foi retomada agora porque a Justiça deu sinal verde para que os levantamentos prossigam. O consumo de energia no Brasil cresce à razão de 5,5% ao ano, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) (Veja 1069, 01/03/1989:64).

No caso da citação e falas dos povos indígenas essa influência decaiu. Na cobertura de *Veja*, por exemplo, em todas as reportagens estudadas existe um predomínio da segunda possibilidade levantada por Buber. As relações são marcadas por um vínculo Tu/Isso, com fragmentação e uma ação redutora do outro para o “Isso”. Assim, o repórter e o veículo de comunicação que publica e conduz a narrativa não interage com o outro, que ele apenas manipula ao longo das narrativas conforme os argumentos que precisa apresentar para validação de sua tese:

Gritando incompreensíveis frases em caiapó – “não precisamos de energia, vocês querem tomar a terra do indígenas, não interessa o progresso” - Tuírai munida com um terçado, o facão longo utilizado na roça, contra Muniz Lopes. Por diversas vezes, sempre aplaudida por mais de 1 000 pessoas presentes ao Ginásio da Prefeitura de Altamira – sede do encontro -, a índia encostou o facão com o gume afiado no rosto e no pescoço do lívido diretor da Eletronorte, que, atônito, não saiu do lugar. Se um homem branco manuseasse um revólver ao discutir com indígenas, seria certamente acusado de truculento, ameaçador e boçal – um assassino em potencial. Como quem agrediu foi uma índia, não faltaram sofisticadas explicações e justificativas para que o pescoço do diretor da Eletronorte fosse roçado pelo facão selvagem (Veja 1069, 01/03/1989:60).

Qual será o real impacto de Belo Monte? É risível a argumentação de que as tribos indígenas da região serão “arrancadas como uma mandioca da terra”, como disse o ator Sérgio Marone, que escreveu o roteiro do vídeo dos atores com base em informações fornecidas por uma Ong. Primeiro porque nenhum dos 2200 índios da região vive na área a ser alagada. Aliás, eles estão satisfeitos com a obra. “A usina vai melhorar a nossa vida”, disse a VEJA o cacique Manuel Juruna, de 68 anos “Ela vai trazer mais progresso para nossa aldeia. (Veja 2247, 07/12/2011:43)

A relação dialógica e o reconhecimento do outro como um sujeito de relação ocorre apenas quando este outro é uma fonte oficial, membro da academia, do judiciário ou empresários do setor de energia.

A relação entre jornalistas e a população local de Altamira parece seguir a mesma lógica da forma como os povos indígenas são tratados nas reportagens. Há o

predomínio de falas fragmentadas, que geralmente são recortadas para seguirem como “fato” e prova cabal dos argumentos construídos.

Os temores sobre os impactos sociais e ambientais da hidrelétrica, a mudança no cotidiano das cidades e a violência são sempre reduzidos perante a força do argumento dominante em todas as reportagens: o Brasil precisa de Belo Monte para crescer 5,5% ao ano e assim garantir o desenvolvimento da riqueza nacional. Uma forma de “não diálogo” que também aparece com força nas narrativas de *Carta Capital* e *Época*, com exceção das reportagens já citadas: “Quanto vale um índio” (*Carta Capital* 741, 2013) e “Os nômades de Belo Monte” (*Época* 686, 2011).

e) A humanização

Apenas *Carta Capital* dedicou espaço para falar sobre a hidrelétrica de Belo Monte a partir da proposta mais direta de humanização: a publicação de um perfil. A matéria, de 2008, trouxe um perfil do Bispo do Xingu, Dom Erwin Kräutle, uma das grandes vozes contrárias à construção de grandes hidrelétricas na Amazônia.

A reportagem foi feita durante uma viagem de Kräutle a São Paulo, quando este se encontrou com a repórter Phydya de Athayde, que não viajou para a região onde o bispo mora, em Altamira, no Pará. A matéria é uma reconstituição da trajetória de vida do Bispo do Xingu, que após a execução da missionária americana Dorothy Stang é uma das pessoas na linha de sucessão dos marcados para morrer do Pará, um dos estados campeões de assassinatos ligados aos conflitos fundiários na Amazônia.²⁰

O perfil aborda as razões que tornaram o bispo uma das figuras mais perseguidas do Pará. Kräutle também é apresentado como um dos maiores defensores das minorias da Amazônia (ribeirinhos, índios e posseiros), o maior crítico da hidrelétrica de Belo Monte e dos outros grande projetos de infraestrutura idealizados para a Amazônia desde a década de 1960.

A cobrança pela punição dos assassinos da missionária americana Dorothy Stang, executada em 2005 por defender assentados rurais em uma área de conflito de terras, é outra das causas apontadas por *Carta Capital* para justificar as ameaças que pairam sobre o bispo.

²⁰ Acessado em 01/02/2012. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/1546-conflitos-no-campo-brasil-2012>

Apesar de ser um perfil, a reportagem pouco narra da trajetória de vida do personagem. O foco principal é debater as ideias de Kräutle, obtidas a partir de sua experiência de 42 anos de vida no Brasil, com ênfase no que seria viável como um projeto de desenvolvimento para a Amazônia.

As informações pessoais são repassadas em alguns poucos parágrafos. É nesse reduzido espaço que toda a trajetória de vida do bispo, as suas razões para se tornar um missionário e vir para o Xingu, no Brasil, são relatadas na forma de um resumo. Uma história que poderia ter sido abordada com mais espaço e intensidade.

A reportagem tem o mérito de dar voz, rosto e personalidade aos conflitos que se desenrolam na Amazônia, porém como o repórter não viajou à região, as descrições da vida do bispo são feitas apenas com foco no relato do mesmo, e, assim, grande parte do texto gira em torno de um debate de ideias:

Quanto tempo se leva para rezar três vezes o terço? Exatos 45 minutos. Kräutle obteve a resposta ao substituir a exuberante beira do Xingu pela monotonia do corredor da casa paroquial. “São 65 passos para a frente, 65 passos para trás, vou e volto sem parar, rápido.” O bispo tem 68 anos, 42 de Brasil, zero de sotaque. É torcedor do Paysandu, o time mais popular do Pará, gosta dos tambores quentes do carimbó (a dança sagrada paraense), e escuta muita música clássica. “Adoro Mozart e Villa-Lobos, mas Bach é minha vida.”

“O Pará é o estado mais rico do Brasil, tem recursos naturais incríveis, mas o povo vive na miséria. Quem é beneficiado por esse tal progresso? O problema é que existem pessoas que são de primeira categoria, os donos do mundo, enquanto outras são descartáveis. O nosso desenvolvimento favorece apenas a primeira categoria. Por isso, os indígenas não têm valor. São chamados de entraves do progresso porque não produzem.” – Kräutle dissecou, de forma igualmente crítica, a estrutura social da região, que conhece como a palma da própria mão. A saber: o povo (“indígenas, ribeirinhos e imigrantes dos anos 1970”), os aventureiros (“querem enicar no curto prazo”), os madeireiros (“querem serrar e não pensam no futuro”), os mineradores (“a mesma coisa”) e aqueles, no governo, que “enxergam a região apenas como província energética”.

“Todos, menos o povo, me colocam como inimigo do progresso”, declara, e explica suas motivações: “Entendo a ecologia a partir da visão cristã de que não devemos destruir o que recebemos como uma bênção. Defendo uma idéia de desenvolvimento em que a pessoa humana seja o centro, e não o dinheiro. Me revoltou, fico indignado com essa mania do Brasil se deixar explorar e ainda agradecer. Isso tem de acabar” (Carta Capita 492, 23/04/2008:36-38).

Outras duas matérias focadas na humanização foram “Os Nômades de Belo Monte” de *Época* (686, 11/07/2011) e “Quanto vale um índio?”, de *Carta Capital* (741, 25/03/2013). Ambas narrativas utilizam a estratégia de explorar os conflitos e Altamira (cidade onde mora a maioria da população afetada pelo projeto e que vive uma “corrida do ouro” desde a instalação dos canteiros de obra da hidrelétrica, em 2011), a partir das histórias de vida dos que moram na região ou foram atraídos para lá pelo anúncio da obra.

O recurso enriqueceu as narrativas com descrições intensas sobre a vida dos moradores locais. Um exemplo positivo sobre como podemos ampliar a compreensão com a somatória dos elementos imersão e humanização.

Na narrativa “Os nômades de Belo Monte”, a humanização auxilia na compreensão da realidade dos canteiros de obra da hidrelétrica e da transformação que esta impõe na vida dos moradores de Altamira. O recurso enriqueceu as descrições sem que fosse necessário que o repórter criasse um juízo de valor. A mesma estratégia é registrada em “Quanto vale um índio?”, quando o drama da desintegração cultural é tratado de forma muito direta e sem a necessidade de “especialistas” (cientistas) para validar teses e argumentos. O relato da vida dos personagens bastam para transmitir a complexidade dessas situações de forma envolvente e com a riqueza de detalhes.

Sob uma árvore à beira do Xingu, a poucos metros do escritório para “assuntos indígenas” da Norte Energia, três indígenas debatem. “Eles não vão enrolar a gente”, diz Cláudio Curuaia, da Associação dos indígenas Citadinos, que representa 200 moradores de áreas de risco a ser reassentados. Criada há pouco, a associação não entrou na partilha de benesses do consórcio. “Os indígenas das aldeias ganharam 21 picapes, lanchas com motor, computador e filmadora. E nós?” Curuaia aponta para uma Mitsubishi L200 em frente ao escritório. “Até o Léo arrumou carro no nome dele.” (...)

Léo (Jair Xipaia) desce da caminhonete e senta em um boteco acompanhado de duas lideranças. Aos 26 anos, o líder da aldeia Cojomin é o mais presente nas reuniões com o consórcio. “Queremos só o que é nosso,” Ele vive na cidade, estuda Direito na faculdade, vai pouco à aldeia. “Quase perdi o cargo de cacique porque disseram que peguei o recurso e gastei. Rodrigo Valério de Souza, da aldeia Kwruatxe, teve menos sorte. “Perdi o cargo ontem.” A causa, diz, foram acusações incentivadas pelo consórcio. “Tinha coisas de que a gente precisava, gerador, lona, espingarda, então eu vendia o combustível e comprava. Daí

foram falar mal de mim, eu não tava facilitando pra eles.” O colega interrompe. “Nesse joga as pessoas umas contra as outras”, diz Kwazady Xipaia, 23 anos e expressão de ancião. “Se houve mau uso do recurso é porque não teve orientação. Teve aldeia que torrou os 30 mil em comida, o que ninguém diz é que essa lista foi só para calar os indígenas, porque projetos de desenvolvimento, para dar autonomia, não teve. Nas visitas, os técnicos mostraram desenhos de engenhos, plantações. Nada aconteceu.”(Carta Capital 741, 25/03/2013:30).

Se durante o dia Altamira tem o agito de um novo polo migratório, quando a noite chega ela é tomada por uma tensão velada, especialmente nos bairros mais pobres. Na madrugada, só gatos e cachorros perambulam pelas ruas. Há notícias de traficantes assassinados toda semana. O crack e o óxi (uma droga mais destruidora) se disseminam rapidamente. “De fevereiro para cá, quando as pessoas começaram de fato a chegar, a criminalidade dobrou”, afirma Cristiano do Nascimento, superintendente da Polícia Civil. (...)

A notícia das transformações em Altamira chegou às tranquilas casas ribeirinhas, isoladas da cidade pelo rio. Ali, o único receio até então eram os rumores de onça rondando as criações. Agora a conversa mudou: fala-se em assalto, assassinato, drogas. O agricultor Antônio Sales, nascido há 57 anos e criado à beira do Rio Xingu, acaba de receber uma indenização para desocupar suas terras. Mesmo com insistência, ele não aceitou aparecer na foto da reportagem. Está com medo. O vizinho, também indenizado há pouco, foi assaltado em Altamira enquanto abastecia sua moto. “Cabra com dinheiro tem de ficar é longe da cidade”, afirma Sales. Até negociar sua indenização, ele nunca tinha lido um número tão grande acompanhado de cifrão. Leva uma vida simples, a da agricultura de subsistência, dos causos contados na porta de casa à luz do lampião. Os temores, supostamente trazidos pela usina, vão além dos ladrões. Sales está apreensivo com o futuro. “Se brincar um pouquinho, o dinheiro não dá nem para recuperar o que tenho”, diz, referindo-se a sua casa e aos 3 mil pés de cacau da propriedade, de onde tira o sustento das sete pessoas da família. (Época 686, 11/07/2011:63-66).

Cabe aqui chamar a atenção para um elemento muito comum em grande parte das reportagens de Belo Monte. Algo tratado neste estudo como uma falsa humanização. A situação ocorre principalmente nas reportagens com forma de texto dissertativo, ou “pensatas”, nas quais a inserção de personagens ocorre para validar argumentos, dados apresentados e a tese defendida.

A diferença sutil entre as duas propostas é a redução da presença e importância dos personagens no desenrolar do texto. Se no modelo proposto por Lima (2009) a humanização é o recurso que pode guiar todo o entendimento,

ampliando assim a nossa compreensão sobre a realidade narrada, no segundo modelo não há esse mergulho. Os personagens surgem apenas para a validação de discursos, ou, nos casos piores, para a manipulação e a apropriação do discurso da figura do outro. Um problema que pode ser agravado pelas acusações (constantes) que algumas publicações recebem por “modificarem” a fala dos personagens durante o processo de edição. Uma prática que em muitos casos resulta na “retirada” da assinatura do repórter (às vezes a pedido do mesmo) de uma reportagem. Um fato interessante aqui é relembrar que algumas das 25 reportagens analisadas estão sem assinatura (anexo I).

3.6 As narrativas visuais de Belo Monte

Em 1989, durante um debate na cidade de Altamira no Xingu, uma indígena Caiapó decidiu se manifestar de forma dramática sobre a proposta do governo de construir cinco barramentos e um complexo hidrelétrico no rio Xingu. Em meio as explicações técnicas sobre o projeto, Tuíra dirigiu-se à mesa de negociações e passou um facão rente ao pescoço de José Antônio Muniz Lopes, diretor de planejamento Eletronorte.

A cena chocou os participantes do encontro e acabou imediatamente registrada pela imprensa. As imagens de Tuíra, publicadas nas revistas *Veja e IstoéSenhor* (atual revista *IstoÉ*) foram captada pelos fotógrafos paraenses Patrick Pardini e por Leila Jinkings, que cobriam o evento do qual não participaram os autores das reportagens publicadas.

As duas imagens que ilustraram as revistas *Veja e IstoéSenhor*, em 1989, são muito similares e trazem a cena de uma indígena empunhando um facão contra um homem. A fotografia tornou-se um dos símbolos de Belo Monte e ponto de partida para a narrativa visual da construção da hidrelétrica no rio Xingu, no Pará - berço de dezenas de nações indígenas, entre estas o território do povo Caiapó.

Fotografia 01:

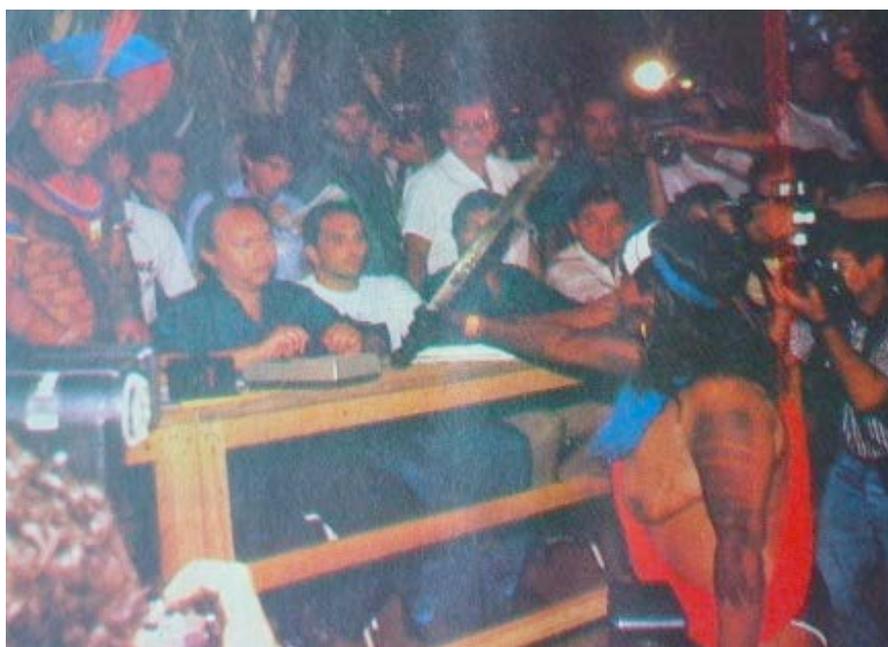


Imagem 14, anexo II. Tuíra com Muniz Lopes em 1988 (Leila Jinkings, *IstoéSenhor* 1015, 01/021989:22).

Falar de reportagens de revista sem abordar esse uso da fotografia é perder a possibilidade de explorar um rico universo de narrativas. A imagem pode ter um papel protagonista em muitas reportagem e, em alguns casos, pode até ocupar um espaço maior do que o próprio texto de uma publicação.

A iconografia fotográfica também faz parte da própria concepção de uma revista ilustrada. Boris Kossoy afirma, em *Tempos da fotografia. O efêmero e o perpétuo* (2007), que as revistas ilustradas inauguraram uma mentalidade visual, um pensamento visual fotográfico, que condicionou o homem a compreender a realidade por meio das imagens. A partir dessas publicações o mundo passou a ser visto através das páginas das revistas. “É este o mundo ilustrado, invenção genial de 1900, que ainda se mantém e que, apesar do surpreendente progresso da mídia eletrônica, segue sendo saciado pela imagem fixa da fotografia, ilusão documental, vertigem da memória” (Kossoy, 2007:32).

A história das revistas brasileiras também está ligada à narrativa construída com a fotografia, como relembra Dulcilia Buitoni, em *Fotografia e jornalismo, a informação pela imagem*, (2011:6). Buitoni relembra a história da revista *O Cruzeiro*, a primeira semanal de informação ilustrada do Brasil, conforme tratamos no capítulo 2. A revista publicou as primeiras narrativas da história nacional com suas fotorreportagens, onde os assuntos muitas vezes desdobravam-se em várias semanas, tal qual uma novela documental impressa:

A vida urbana das grandes cidades, as expedições para contatar novas tribos indígenas, os assassinatos misteriosos, casamentos e separações, cinema, cantores do rádio eram vistos do Amazonas ao Rio Grande do Sul. O *Cruzeiro* fazia o papel de construtor do cenário cultural e introdutor de hábitos modernos; sua influência na memorial visual dos brasileiros foi semelhante ao que depois seria feito pela televisão (Buittoni, 2011:5-6).

Essa importância da fotografia foi assimilada pelas revistas *Manchete* (1952-2002) e *Realidade* (1966-1975), e perdura até hoje, apesar da redução do espaço para o fotojornalismo nas atuais publicações. É importante pontuar que, apesar dessa perda de espaço, não é certo falar de uma crise ou fim do fotojornalismo, o casamento da imagem fotográfica com a função de noticiar.

Simonetta Persichetti é uma das autoras que fala sobre uma nova retomada do crescimento do fotojornalismo a partir do surgimento de novas agências de fotografia que estariam ocupando o lugar tradicional do fotojornalismo exercido antes por fotógrafos contratados. Um dos exemplos dessa tendência seria a Agência Noor, com sede em Amsterdam, que promove uma função mais ativa por parte dos fotógrafos, que buscam captar nas imagens uma visão narrativa da cena, abandonando assim a estética ilustrativa que contaminou as publicações no final do século XX.

Quando nos últimos 15 anos o fotojornalismo esteve na mira de discussões, debates e relocalizações em virtude de mudanças tecnológicas e por conta disto da compreensão do próprio jornalismo de forma geral, quando na primeira década deste novo século o fotojornalismo foi dado como morto, quando alguns coletivos de forma superficial chegaram a afirmar a morte do autor, a falta de compromisso com o fato e a notícia, na Europa e Estados Unidos (no Brasil esta forma de associações ainda está bem incipiente, passeando por terrenos arenosos e sem muita concretude), ele renasce com toda força deixando claro a inexistência de uma imagem unívoca, uma imagem que só nos possibilita uma interpretação, apresentado a possibilidades de versões, abrindo campo para uma melhor compreensão da imagem como um discurso a ser decodificado. Depois de uma quebra com a imagem dogma – que não se discute e se aceita – a fotografia de imprensa se coloca cada vez mais como participante, deixando de lado uma estética publicitária, que se apoia mais na estética do que no conteúdo, que deixa de lado a informação e o fato para se tornar quase que uma mera ilustração, a exemplo do que acontecia no século XIX (Persichetti, 2012: 93-100).

A proposta desta análise das imagens indígenas publicadas nas reportagens sobre Belo Monte é ser complemento para a interpretação das narrativas construídas sobre a hidrelétrica nas quatro principais revistas semanais de informação do Brasil. O objetivo desse trabalho é compreender como foram construídas as narrativas visuais sobre a construção da hidrelétrica, entre os anos 1989 e 2013, incluindo os textos e as fotografias desse período.

Para não perder o foco da proposta inicial do estudo, direcionado às narrativas escritas de Belo Monte e não especificamente sobre o fotojornalismo, as imagens analisadas vão ser apenas referentes às fotografias publicadas sobre os povos indígenas. A escolha da temática ocorre justamente por causa da fotografia de Tuíra, um dos símbolos do projeto de Belo Monte, e também

devido à necessidade de se reduzir o escopo dessa análise para evitar a duplicidade no tema da pesquisa.

As fotografias indígenas vão ser classificadas e analisadas segundo a proposta de Boris Kossoy de desmontagem da imagens. Um exame crítico da decifração da fotografia é feito por meio da análise iconográfica dos elementos constitutivos, como o fotógrafo e assunto, e também das coordenadas de situação dessas imagens, como o espaço e o tempo.

Esse desmembramento das informações contidas nas imagens fotográficas indígenas será o mecanismo de reconstituição para auxiliar na busca das hipóteses para questões como: quem, que, como, quando, onde e qual foi a forma de captação das 22 imagens, objetos da análise deste estudo (Kossoy, 2007:46).

Essas informações (anexo II) vão auxiliar na reconstituição da narrativa proposta por meio das fotografias dos indígenas, publicadas nas revistas semanais de informação, em 24 anos de cobertura sobre a hidrelétrica de Belo Monte.

O significado das imagens reside exatamente nesse seu passado, isto é, em sua história própria, nas finalidades que motivaram sua existência. em suas condições de produção, nos fatos que marcam sua trajetória ao longo do tempo, assim como na história do autor, seja ele um fotógrafo consagrado ou um anônimo itinerante, suas visões de mundo, suas convicções, suas motivações (Kossoy, 2007:52).

3.6.1 As cenas indígenas nas reportagens de Belo Monte

Em 25 reportagens sobre a hidrelétrica de Belo Monte foram publicadas 92 fotografias, sendo que 22 imagens trazem cenas envolvendo os povos indígenas. Opositores declarados do projeto desde 1989, data do desfecho de Tuíra com Muniz Lopes, os indígenas foram retratados como protagonistas em cinco das oito narrativas escolhidas para serem estudadas em profundidade nesta análise.

O foco deste estudo é verificar como ocorreu essa participação das fotografias dos povos indígenas publicadas nas revistas semanais de informação e

que pistas essas narrativas visuais podem nos dar sobre as reportagens que abordaram o projeto de Belo Monte.

Quadro 03: A fotografia em 24 anos de cobertura da hidrelétrica de Belo Monte

Revista	Imagens não indígenas	Fotografias indígenas
Carta Capital	16	5
Época	27	8
IstoÉ	17	4
Veja	10	5
Total	70	22

Para compreendermos o tipo de narrativa descrita nessas 22 cenas, também iremos decodificar as fotografias por veículos, os autores, data, assunto que a imagem narra, função na reportagem e se a função da imagem é ilustrativa ou fotojornalismo.

Fotografia 02:



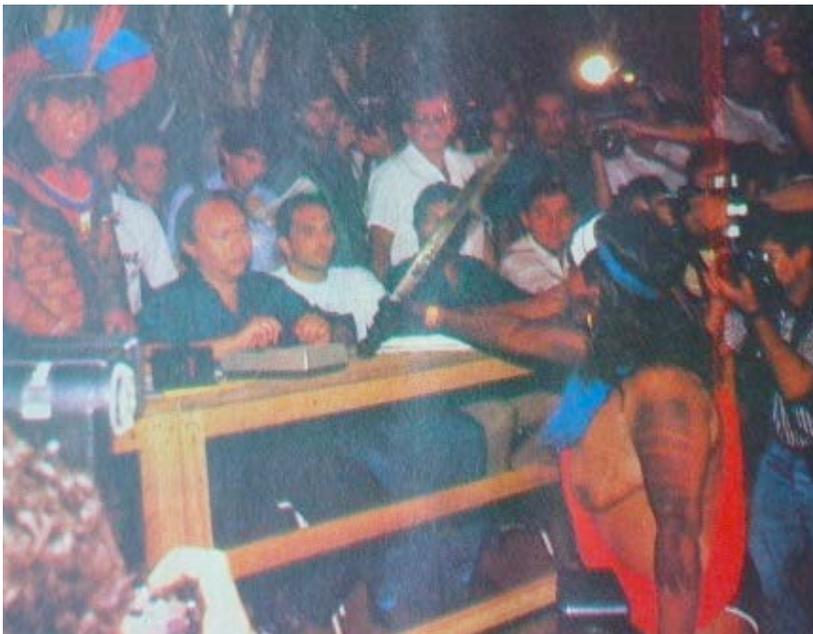
(Imagem 07 e 12, anexo II) “Retrato histórico: A ameaça da caiapó, em 1989, virou símbolo da usina polêmica” (Potássio Neves. Época 374, 18/072005:91).

Fotografia 03:



(Imagem 18, anexo II) A índia Tuíra investe com um facão contra o diretor da Eletronorte: “Não interessa o progresso” (Patrick Paroni. Veja 1069, 01/02/1989: 68).

Fotografia 04:



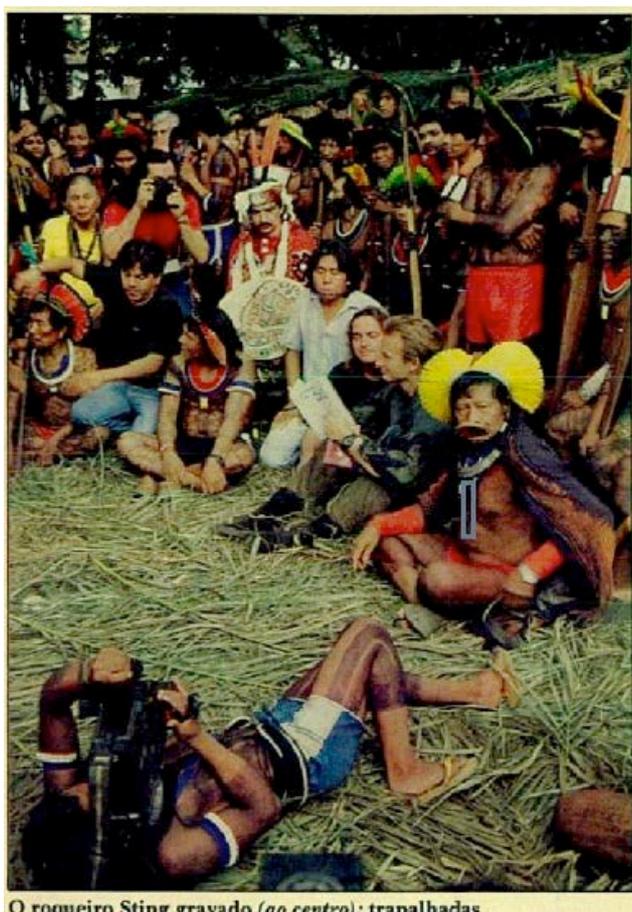
(Imagem 14, anexo II) Ritual em Altamira. Não há absurdo nesse facão (Leila Jinkings. IstoéSenhor 1015, 01/02/1989:22).

Fotografia 05:



(Imagem 20, anexo II) O cacique Txucarramãe Raoni (Rosa Gauditano. Veja 1069, 01/03/1989: 69).

Fotografia: 06



O roqueiro Sting gravado (ao centro): trapalhadas

(Imagem 21, anexo II) O roqueiro Sting gravado (ao centro): trapalhadas (Paulo Santos. Veja 1069, 01/03/1989: 70).

Fotografia 07:



(Imagem 19, anexo II) Os Caiapós...bailam na abertura do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu: alerta (Rosa Gauditano. Veja 1069, 01/03/1989:69).

Fotografia 08:



(Imagem 15, anexo II) Tropa Vermelha: Amarrados e pintados para a guerra, será que eles não estão a serviço das ONGs? (Andre Prenner. IstoÉ 2012, 28/05/2008:32).

Fotografias 09 e 10:



(Imagens 15 e 16. anexo II) Autonomia demais: Índia caiapó atacou com golpes de facão o engenheiro Paulo Rezende (abaixo) durante discussão sobre a hidrelétrica de Belo Monte (Andre Penner. IstoÉ 2012, 28/05/2008:32-33).

(Imagem 22, Tabela Anexo II).

Fotografia 11:



(Imagem 8, anexo II) FACÃO. A índia caiapó Tuíra na reunião para discutir obras da hidrelétrica no Rio Xingu. Há 19 anos, ela conseguiu barrar o início das obras (Andre Penner. Época 523, 26/05/2008: 40-41).

Fotografia 12:



(Imagem 9, anexo II) É GUERRA. Indígenas reunidos em aldeia em Mato Grosso protestam contra a construção da usina de Belo Monte, no Pará. Eles ameaçam atacar os operários da obra (Marizilda Cruppe. Época 599, 09/11/2009:62).

Fotografia 13:



(Imagem 10, anexo II) VIGÍLIA. Indígenas participam de audiência pública em Altamira, no Pará, sobre a construção da usina de Belo Monte. Eles acusam a FUNAI de traição (Lalo de Almeida. Época 599 09/11/2009:66).

Fotografia 14:



(Imagem 13, anexo II) Dúvida. Indígenas da etnia arara às margens do Rio Xingu, em Altamira, Pará. A questão ambiental se soma às incertezas sobre o custo de Belo Monte (Eduardo Knapp. Época 623, 26/04/2010:46).

Fotografia: 15



(Imagem 11, anexo II) 1989. Concluído o primeiro estudo de viabilidade da usina. O cantor Sting e o líder indígena Mario Juruna criticam a obra (Pierre Gleizes. Época 622, 19/04/201:33). Observação – A legenda da foto está errada. Esse indígenas não é Mário Juruna, e sim o cacique Raoni Caiapó.

Fotografia 16:



(Imagem 11, tabela Anexo II) 2010. O leilão para licitação da obra é marcado. O cineasta James Cameron, diretor do filme *Avatar*, e a atriz Sigourney Weaver protestam contra Belo Monte (Evaristo-Sá. Época 622, 19/04/201:33).

Fotografia 17:



(Imagem 1, anexo II) Ameaça. As 14 etnias e os 5 mil indígenas do Xingu dependem do rio para sobreviver (Agência Envolverde. Carta Capital 593, 28/04/2010:22).

Fotografia 18:



(Imagem 17, anexo II) ECOS: Indígenas do Xingu, que acionaram a OEA, fazem em Brasília protesto contra a hidrelétrica (Marcello Casal Jr. Carta Capital 2162, 13/04/2011: 46).

Fotografia 19:



(Imagem 4, anexo II) Rotina. Sentadas em frente ao mercado ao lado da Casa do Indígenas, indígenas pedem esmola (Willian Vieira. Carta Capital 741, 27/03/2013:29).

Fotografias 20 e 21:



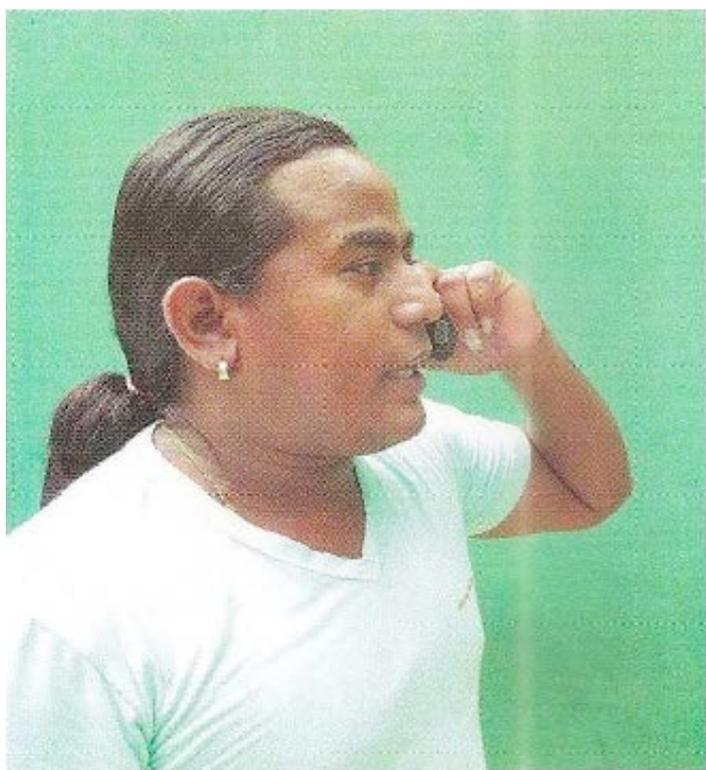
(Imagens 2 e 3, anexo II) Maldição. O Cacique Marino Juruna viu a aldeia Paquiçamba se dividir em três por causa dos recursos. “Botei meu cargo à disposição. Ninguém quer” (Sem identificação e Willian Vieira. Carta Capital 741, 27/03/2013:26-27).

Fotografia 22:



(Imagem 6, anexo II) Passado. O Velho cacique Manoel Juruna ignora a disputa.
“Vê se eu brigo com alguém? (Willian Vieira. Carta Capital 741, 27/03/2013:31).

Fotografia 23:



(Imagem 5, tabela Anexo II) Emergente. Léo Xipaia pilota uma Hilux nova.
“Queremos o que é nosso”, afirma. (Willian Vieira. Carta Capital 741,
27/03/2013:31).

Pintados para a guerra, armados com bordunas e facões, em posição constante de ameaça ou em pleno ataque. Em 24 anos, essas foram as imagens preponderante dos povos indígenas publicadas nas reportagens de *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja* sobre a hidrelétrica de Belo Monte. As legendas relatam que eles não se importam com o desenvolvimento (e o progresso) do país e que na maioria dos casos são manipulados pelo interesse de ongs e governos estrangeiros – grupos interessados em tomar a Amazônia e/ou atrapalhar o crescimento econômico nacional.

Na segunda versão das imagens, os indígenas parecem representar a própria corporificação do atraso. Esse tipo de narrativa ocorre principalmente nas fotografias publicadas depois de 2008. Sujos, mal vestidos, largados no chão das ruas de Altamira, no Pará, as legendas dessas fotografias afirmam que eles não sabem lidar com dinheiro, perderam sua cultura e parecem não compreender o real significado da grandeza do rio Xingu e o seu potencial energético.

Ao analisar os dados obtidos pelo método da desconstrução das imagens (vide Anexo II) proposto por Kossoy (2007), um dos primeiros pontos de atenção é a autoria das fotos. Das 22 imagens dos indígenas, 14 fotografias foram compradas de agências de notícias. Com destaque para uma fotografia, publicada na matéria “Os tambores da OEA” (imagem 17, anexo II), que teve como fonte a estatal Agência Brasil.

Tanto as imagens de Tuíra, no episódio de 1989, quanto todas as imagens publicadas em 2008, relacionadas ao novo ataque indígena contra um outro engenheiro (Paulo Rezende, da Eletrobras), foram registradas por agências de notícias. No caso de 2008, as cenas não são frutos de uma reportagem programada sobre a hidrelétrica, mas da escolha e edição jornalística executada nas redações, de onde também foram escritas todas essas reportagens. Nem os fotógrafos das revistas, tampouco os repórteres estiveram presentes no momento dos ataques e ameaças indígenas.

Outro dado importante é sobre o fato de muitas vezes os indígenas serem usados como meras ilustração para as reportagens. Em sete reportagens, as imagens dos indígenas não tinham relação direta com os temas tratados. As fotografias, todas de agências de notícia, foram escolhidas para ilustrar o tema central, onde não existia uma relação direta entre a imagem e os dados descritos nos textos.

Quatro reportagens apresentavam um grande corte temporal entre a data de registro fotográfico e o tema tratado na matéria. Como por exemplo na reportagem “Um mal necessário”, da revista *Carta Capital* (imagem 01 do anexo II), na qual existe um box ilustrado com a cena de índias nuas dançando no Xingu. A cena escolhida não tem nenhum tipo de ligação com o tema da reportagem, um debate sobre a construção das hidrelétricas na Amazônia, nem com o tema do box, sobre ameaças aos indígenas. Há apenas uma linha no texto do box onde se aborda um possível assédio contra as mulheres indígenas, o que podemos supor, ao ver a cena das mulheres dançando nuas, que a foto represente algum tipo subliminar de alerta (machista e estereotipado) para esse perigo. Impossível não pensar no estereótipo negativo que esse tipo de abordagem reforça, como relembra Kossoy:

É fundamental perceber que, em determinadas imagens etnográficas, tratam-se de produtos ideológicos etnocentristas e racistas – tal como foram produzidos e veiculados no passado, quando as teorias pseudocientíficas estavam em voga, e tal como foram e seguem sendo reproduzidos nas obras históricas didáticas e como referências ilustrativas armazenadas em bancos de imagens (2007:57).

Outra reportagem onde os indígenas aparecem de forma ilustrativa é “Um Belo Monte de conflito”, da revista *Época* (imagem 09, anexo II). A matéria narra como as obras de infraestrutura idealizadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) podem atrasar devido à falta de aprovação dos grupos indígenas. As duas fotos que ilustram as matérias (imagem 9 e 10, tabela anexo II) são de encontros diversos. O primeiro mostra uma dança de guerra Caiapó, encenada pelo Cacique Raoni, em meio a um grupo de outros guerreiros. Pintados para a guerra e armados com bordunas, os indígenas aparecem cercados de fotógrafos. A legenda da foto indica que eles estariam declarando guerra à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, porém não há uma indicação clara de onde e quando isso ocorreu.

A outra imagem da reportagem traz uma cena aérea da Audiência Pública que debateu o projeto da hidrelétrica, em Altamira. Na cena, os indígenas aparecem a frente do grupo que assiste ao debate por telões fixados no Ginásio de Esporte da cidade, no Pará. Atrás do grupo de indígenas pintados e ornamentados com penas

está a população da cidade. Ambas as imagens não tinham uma relação direta com a reportagem. Foram inseridas na matéria como uma forma de relacionar a “tese” central com os povos indígenas, representados ali como símbolos do atraso e de obstáculos ao crescimento do país.

Esses exemplos indicam que a questão indígena está tão ligada à temática sobre Belo Monte (muitas vezes de forma negativa), que a simples inserção de imagem desses povos é apropriada como uma representação dos conflitos que envolvem o projeto.

As imagens também ajudam a legitimar a ideia de que os grupos indígenas seriam inimigos do desenvolvimento prometido com a construção de Belo Monte, e a própria representação dos impedimentos para a concretização do mesmo. Uma interpretação construída a partir da primeira cena sobre o projeto, a fotografia de Tuíra empunhado um facão contra Muniz Lopes, em 1989.

Segundo Kossoy, esse evidência seria uma forma positivista sobre a qual se criam processos de construção da realidade a partir de ficções que regem os mecanismos mentais e ideológicos da construção e da interpretação da realidade. “Assim ganham força documental os mitos políticos, os estereótipos e os preconceitos racista, religiosos e de classe” (2007:138).

Essa representação ficcional é reforçada quando notamos a reprodução da mesma cena de Tuíra em contextos diferentes e com uma diferença temporal de publicação de vinte anos. A imagem reaparece em duas reportagens da revista *Época*. Em “Aprovação apressada” de 2005 (imagem 07, anexo II) a foto ilustra uma reportagem de denúncia sobre manobras no Congresso Nacional para acelerar o licenciamento da hidrelétrica. Os indígenas quase não fazem parte do contexto narrado, porém a legenda afirma que a cena é um símbolo da hidrelétrica polêmica.

Na mesma revista um artigo escrito pelo colunista Paulo Moreira Leite, em 2012 (imagem 12, anexo II), também traz a mesma cena protagonizada por Tuíra como ilustração. O texto todo é um alerta e uma condenação dos ambientalistas que estariam impedido a construção da hidrelétrica e destruindo as chances do Brasil crescer 5,5% ao ano. Na legenda das fotos, Leite afirma que as ameaças indígenas já teriam modificado muito do projeto original de Belo Monte.

Em ambos os casos, o uso da imagem dos indígenas não teve como foco representar o que ocorria no tempo “presente” das cenas. E, sim, representar uma

mensagem efêmera. A cena evocada pela fotografia funciona como uma espécie de câmera do tempo, seguindo na direção dos cenários e situações expostas. Tal qual a ilusão documental proposta por Kossoy (2007:146), os debates em torno da hidrelétrica seriam representados toda vez que a imagem de Tuíra e Muniz Lopes fosse republicada.

Para compreender mais sobre qual foi o tipo de narrativa implícita nas cenas dos indígenas, também é importante olhar com atenção para as reportagens que publicaram as primeiras imagens de Tuíra: *Veja e IstoéSenhor* (atual *Istoé*).

A fotografia da índia empunhando o facão revela uma diversidade de olhares e de interpretações. É nítida a diferença de impressões obtida pelas duas revistas. Para Kossoy essa seria uma característica dos documentos fotográficos nos quais a dimensão da representação não seria algo fisicamente tangível.

A aparência é a base da chamada evidência fotográfica. O objeto pode achar-se registrado tal como se apresentava em sua concretude; personagens podem aparecer sorridentes, introspectivos, cenários podem ser distorcidos, detalhes omitidos, tratarem-se de pura encenação. A evidência não pode deixar de ser questionada (Kossoy, 2007:43).

Nesse contexto, as imagens de Tuíra registradas em 1989 também não podem ser consideradas como um documento neutro e isento de manipulação. A análise das informações implícitas e explícitas pode ajudar a resgatar algumas características ainda não reveladas.

A foto publicada por *Veja*, por exemplo, foi registrada pelo fotógrafo paraense Patrick Pardini e a da *IstoéSenhor* de autoria da também paraense, a fotógrafa Leila Jinkings. Na revista *Veja*, o ato da índia foi tratado como uma demonstração de violência e rebeldia. Para a *IstoéSenhor*, a ação foi considerada patética, um ritual destituído de sentido.

A índia encostou o facão com o cume afiado no rosto e no pescoço do lívido diretor da Eletronorte, que, atônito, não saiu do lugar. A agressividade da índia não só assustou Muniz Lopes como também parece ter surtido alguma efeito. Em Brasília, na quinta-feira passada, os diretores da Eletronorte resolveram abandonar o nome Kararaó para batizar a usina. Os indígenas argumentam que Kararaó – um dos gritos de guerra Caiapós – não poderia servir como nome para a hidrelétrica (*Veja* 1069, 01/02/1989: 69).

Os espectadores que assistiram ao espetáculo de Altamira sabem no entanto, que aquele facão não adianta coisa alguma, não consegue assustar sequer um engenheiro da Eletronorte. E a própria índia sabe que executou um ritual, que viveu um momento simbólico de certa forma patético (IstoÉSenhor 1015, 01/03/1989: 22).

Ao analisarmos as duas cenas, sem pensarmos no contexto político e econômico que tumultua as reportagens, também notamos detalhes nunca destacados. Na foto da revista *Veja*, apesar de o facão estar em posição de ameaça nas mãos da indígena, não há um contexto de agressão. Os óculos do engenheiro Muniz Lopes estão sob a mesa, aguardando que este volte a ler o documento interrompido pela ação indígena. Também a expressão de Tuíra, com as mãos pintadas de pasta de jenipapo, a tinta negra que cobre todo o seu corpo, não remete a nenhuma agressão. Tampouco a expressão no olhar dos participantes da mesa denota que a agressão encenada vá se concretizar. Pelo contrário, todos parecem aguardar que o desfecho termine para retomarem algo mais importante, interrompido por Tuíra.

Na imagem publicada pela revista *IstoÉSenhor* há inclusive um segundo protagonista indígena. Ao lado dos antagonistas de Tuíra, parado, de cabeça baixa e olhos no chão, o cacique Paulinho Paiakan está paralisado atrás de Muniz Lopes, no lado oposto do balcão. A postura corporal de Paiakan (que é irmão de Tuíra) parece demonstrar vergonha, ou desaprovação, ou que ele também aguarda que a encenação termine. Na mesma imagem o olhar de Muniz Lopes mira Tuíra com desdém, como um adulto que aguarda uma criança terminar uma travessura.

Ao considerar que as duas cenas foram registradas por fotógrafos freelances, locais da região do Pará, e que não houve a presença de repórteres imersos na cena descrita pelas imagens, percebemos o quanto a narrativa da cena de Tuíra continua pouco clara, apesar dos 24 anos de sua reprodução contínua.

A grande dúvida ao olhar atentamente as duas imagens seria sobre quão real foi o tom de ameaça que os indígenas puderam desencadear naquele momento. A resposta provavelmente perdeu-se no tempo e, 24 anos depois do embate, a cena tornou-se realmente um símbolo da disputa entre indígenas e governo pelo direito de barrar os rios da Amazônia para a geração de energia.

As outras imagens apresentadas nas reportagens de 1989 também contribuem para a compreensão do tipo de narrativa visual desse primeiro momento. As três

fotos publicadas na revista *Veja* apresentam os indígenas em um contexto diferente do protagonizado por Tuíra. Na primeira estão os caciques sentados no chão com o roqueiro Sting e cercados por jornalistas. Em primeiro plano está um indígena, igualmente armado, desta vez com uma moderna filmadora. A segunda fotografia é um close do cacique Raoni, um dos símbolos da luta pelos direitos indígenas. Com um semblante tenso, ele levanta a mão em posição de questionamento. Um gesto que seria reproduzido e reencenado por este dezenas de vezes, em outras publicações.

A cena de um indígena com uma filmadora e dos caciques ao lado de estrangeiros provoca um salto no protagonismo dos Caiapó. De selvagens prontos a atacar, eles passam imediatamente para um grupo ativo, capaz até de filmar o evento com equipamentos modernos e confraternizar com astros famosos. Fatos que retiram qualquer traço de pureza que a imagem de um indígena pintado e ornamentado com penas possa despertar no leitor. Nesse caso a revista (*Veja*) vai de um certo tom de ironia, provocada pelas imagens, para uma função de alerta: os indígenas podem representar um perigo, pois além de violentos, estão ao lado dos estrangeiros. Uma interpretação confirmada pelos textos da própria revista.

Entre facas afiadas, índios protestando, fazendeiros da UDR, o que brotou com força em Altamira foi o esforço internacional para proteger a Amazônia. Desde que a proposta de conversão da dívida externa em investimentos ambientais na selva vingou, as tribos dos defensores da natureza que falam português com sotaque ganharam contornos mais nítidos (*Veja*, 1069, 01/02/1989:61).

Aqui faz-se presente uma teoria antiga propagada pela mídia, e ainda sem comprovação de fatos reais: existe um complô internacional para invadir a Amazônia ou tomarem a floresta do Brasil, internacionalizando-a. As constantes imagens dos indígenas ao lado de astros e ambientalistas estrangeiros seriam uma forma de reafirmar essa tese. As mensagens representadas pelo momento do ataque e as cenas seguintes também transmitem uma tênue sensação de que talvez exista até uma certa premeditação na atitude de Tuíra.

A segunda narrativa proposta pela imagem é da revista *Isto é Senhor*, que não usa outras imagens além da fotografia de Tuíra ameaçando Muniz Lopes. O texto reafirma não considerar a cena um ato de agressão, e, sim, uma ação patética. Nesse caso, a mensagem é clara: os indígenas estão ensaiando um ato simbólico, destituído

de força e de capacidade de impacto. Uma leitura menos agressiva e que casa com um olhar um pouco mais investigativo sobre a cena.

Em 2008, um novo embate entre indígenas e governo destrói qualquer possibilidade de defesa dos indígenas a partir das imagens publicadas na imprensa. Após o conflito de 1989, o projeto de Belo Monte acabou engavetado pelo governo. A hidrelétrica voltaria a ser discutida, em 2001, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso incluiu as possíveis barragens no rio Xingu no plano Avança Brasil. Mas os estudos de viabilidade da obra só recomeçaram em 2003, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva fez da hidrelétrica a principal obra de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É nesse contexto que, em 2008, o projeto volta às manchetes das revistas. Porém, desta vez o embate entre indígenas e governo acaba com um trágico desfecho

As fotografias publicadas nas revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Época* remetem à mesma cena: o ataque incitado por um indígena (não identificada) a outro engenheiro representante do governo (Eletrobras), Paulo Rezende. A cena ocorreu em uma tentativa de se reeditar o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, na mesma cidade e ginásio de 1989.

Em um espécie de *Déjà vu*, uma das índias Caiapós decidiu protagonizar uma cena parecida com a de Tuíra. Depois de serem desafiados pelo engenheiro, que afirmou que a hidrelétrica seria construída de qualquer forma, a índia interrompeu a fala de Rezende para ameaçá-lo com um facão. A situação saiu de controle quando um dos indígenas puxou Rezende para um cerco de guerreiros Caiapó armados. As fotografias do engenheiro coberto de sangue foram publicadas nas três revistas nacionais, *Veja*, *Época* e *IstoÉ* – o episódio foi completamente ignorado por *Carta Capital*.

As três revistas também incluíram nas matérias imagens das índias Caiapós com semblantes tensos e empunhando seus respectivos facões. Um fato interessante ilustra todas reportagens, não há menção aos homens Caiapó nas fotografias, apenas as mulheres aparecem.

Também não há traços de humanização nas fotografias. Não foram feitas fotos fora do contexto da agressão que pudessem falar sobre como é a vida na região das aldeias do Xingu, ou em qualquer outra situação que estes não aparecessem pintados de guerra e empunhando algum tipo de arma. É como se as imagens

focassem apenas uma mensagem: eles são perigosos e estão contra o desenvolvimento que a hidrelétrica representa.

Um ponto de destaque nas cenas de 2008 é que todas as fotografias publicadas nas três revistas pertencem ao mesmo autor: André Penner, da agência *Associated Press*. O que comprova que, novamente, nenhuma das três publicações que narraram o encontro de 2008 deslocou equipe de reportagem para cobrir ou dar continuidade ao episódio.

Em todas as reportagens existem apenas as narrativas visuais da contraposição entre os indígenas e o governo, seguidas pelo resultado dessa disputa: a agressão de um representante do Estado, um engenheiro, executada por indígenas pintados de guerra e munidos de facões afiados.

Apenas na reportagem “Quanto vale um índio”, de *Carta Capital* (741, 27/03/2013), existe uma tentativa de se desconstruir a imagem exótica atribuída aos povos indígenas em todas as outras matérias publicadas. Em nenhuma das imagens da reportagem de *Carta Capital* (de autoria do próprio autor do texto, Willian Vieira) os povos indígenas aparecem pintados ou ornamentados com penas e armas de guerra. Pelo contrário, os indígenas são mostrados falando ao celular, vestidos com roupas simples em uma roça, ou supostamente mendigando nas ruas de Altamira. A proposta de cenas de bravos e ameaçadores guerreiros é abandonada.

Porém, o que fica no lugar também é uma mensagem estigmatizada. No caso dessa reportagem, os povos indígenas do Xingu aparecem como a representação de pessoas já destituídas de cultura. A matéria, que aborda o impacto da hidrelétrica na vida das comunidades indígenas, não mostra nenhuma cena do cotidiano das aldeias ou de integração entre os indígenas retratados. Pelo contrário, estes são sempre mostrados fora do contexto de seu grupo.

Em nenhuma das 25 reportagens publicadas sobre Belo Monte existe a tentativa de uma visão mais humanizada dos povos indígenas. A realidade da vida desses povos no Xingu permaneceu oculta ao longo de 24 anos de cobertura, pois eles ou foram ignorados ou acabaram aparecendo apenas em cenas teatrais cercadas de simbolismo negativo, reforçando estereótipos de atraso, violência e ignorância.

Capítulo 4

UM NOVO OLHAR SOBRE BELO MONTE

Em 24 anos de cobertura, apenas uma publicação da imprensa nacional usou o modelo proposto dos elementos básicos de uma narrativa em profundidade, debatidos no capítulo 2 deste trabalho. A reportagem foi publicada em uma revista de fora do “corpus” desta pesquisa, em fevereiro de 2013, na *piauí*. A publicação não integrou as revistas analisadas neste estudo, por ter uma periodicidade e formato diferentes das demais analisadas, as semanais de informação. Com uma tiragem mensal, a *Revista piauí* é voltada ao jornalismo, porém também publica ensaios e textos literários.

Apesar do diferencial, foi justamente a *piauí* a publicação que narrou Belo Monte por uma perspectiva humanizada, dialógica, com abrangência de olhares e vozes. A reportagem “A onça e a barragem” (77:16/02/2013), de Rafael Cariello, fez um mergulho em todo o contexto que envolveu os 24 anos de debate sobre a hidrelétrica de Belo Monte. Um dos grandes trunfos da *Revista piauí* foi fugir das formas explicativas e argumentativas e trazer uma narrativa em profundidade com as histórias de vida e dramas dos principais protagonistas da polêmica que envolve o projeto.

Como ponto de partida, a reportagem narra a história do cacique Raoni Caiapó, um dos símbolos da resistência contra o projeto desde os anos de 1980. A imagem de abertura da reportagem (fotografia 24) também inova, pois mostra Raoni em sua casa, na aldeia Metuktire, no Mato Grosso, sem pintura ou trajes de guerra. A esposa de Raoni aparece no fundo da cena, sentada, em uma casa simples de chão de terra batida e paredes de madeira, enquanto o cacique analisa os objetos que traz em sua mala de viagem: o cocar de penas de arara, algumas roupas e as bordunas de guerra.

Fotografia 24:



Cacique Raoni em sua casa (John Hasselt. piauí 77, 16/02/2013:20-21).

A humanização surge desde os parágrafos iniciais da matéria, na qual também é possível encontrar elementos ligados à estrutura narrativa da “Jornada do Herói”, propostas por Lima e Martinez (capítulo 2). O ponto de destaque é a história de vida de Raoni, que revela como este passou de mais uma liderança indígena brasileira, para tornar-se um cacique recebido por líderes mundiais, como François Hollande, presidente da França. Entre os pontos principais da estrutura da Jornada do Herói encontrados na reportagem estão os elementos da proposta de Martinez (2008:64):

Quadro 04: A jornada do herói na narrativa de Belo Monte (piauí 77, 16/02/2013:20-27)

Cotidiano	A trajetória de vida desse senhor octogenário encarna, talvez mais do que qualquer outra, a história recente da interação entre povos indígenas e “brancos” no Brasil. Seu primeiro contato com os não indígenas se deu justamente com os irmãos Villas-Bôas, responsáveis por estabelecer relações com diversos povos do Centro-Oeste brasileiro nas décadas de 40 e 50 e que, mais tarde, fundariam o Parque Nacional do Xingu. (..) Ropni, em língua mebêngôkre, quer dizer onça fêmea.
Chamado à aventura,	Foi no parque que o grupo de Raoni se abrigou quando a ditadura militar iniciou a construção de grandes estradas nas regiões Norte e

	<p>Centro-Oeste, com o objetivo de “integrá-las” ao país. Dali, já nos anos 80, o líder indígena se lançou num projeto de reconquista das terras tradicionais de sua etnia. Por meio da diplomacia e da guerra, contribuiu para o reconhecimento formal de um território contínuo que se estende de Mato Grosso ao Pará por mais de 10 milhões de hectares, cerca de quatro vezes a extensão do Parque do Xingu.</p>
Travessia do primeiro limiar	<p>Em 1988, Raoni participou da mobilização de várias lideranças indígenas, ONGs e Igreja Católica para conseguir incluir o direito dos povos autóctones à posse de suas terras ancestrais, anterior a qualquer postulação de propriedade pelos não indígenas, na Constituição Federal. Soube também fazer alianças políticas com os <i>kubende</i> além-mar, europeus sobretudo, o que lhe trouxe recursos e prestígio. Ainda hoje, quando sua foto é estampada em um jornal brasileiro, ele em geral está fora do país ou ao lado de alguma personalidade estrangeira.</p>
Iniciação	<p>Parte dos mebêngôkre recusou o convite, mas outros, liderados por Raoni, migraram rumo ao sul. Eles aguardariam, ansiosos, a chance de retomar suas terras – o que só veio a acontecer treze anos depois, em 1984. A oportunidade surgiu quando Raoni e Megaron ouviram falar de Cláudio Romero, um funcionário da Funai que começou sua carreira tocando fogo, literalmente, no Centro-Oeste. Romero tem hoje 62 anos.</p>
Teste (inimigos e aliados)	<p>Foi também Dutilleux quem apresentou o brasileiro ao músico inglês Sting, durante uma turnê no país, em 1987. Num dos primeiros encontros, o ex-vocalista da banda <i>The Police</i> perguntou o que poderia fazer para ajudá-lo. Raoni foi direto ao ponto: disse que precisava de dinheiro para demarcar uma área contígua ao norte da recém-conquistada Capoto-Jarina, a Terra Indígena Menkragnoti.</p>
Caverna profunda	<p>A tensão entre brancos e indígenas atingira um ponto crítico, no início dos anos 80, na área ao norte do parque que havia sido extirpada pelos militares. A margem direita do rio Xingu, a partir da BR-080, vinha sendo ocupada por posseiros brancos. Raoni desejava que o governo demarcasse a terra, reservando uma área de 40 quilômetros a leste do rio, para impedir as invasões.</p>
Provação suprema	<p>Segundo Vanessa Lea, naquele dia 33 líderes de diferentes povos do Xingu já se encontravam mobilizados na aldeia do Kretire, à espera do presidente da Funai. Reunidos na casa dos homens, um espaço tradicional dos mebêngôkre que fica no meio da aldeia circular, eles decidiram reagir. A ideia era anunciar às autoridades em Brasília o sequestro de quatro funcionários brancos que trabalhavam na aldeia – entre eles o próprio Cláudio Romero – e tomar a balsa motorizada</p>

	que faz a travessia do Xingu na altura em que o rio corta a BR-080, interrompendo o tráfego. Só voltariam atrás se o governo aceitasse a exigência de demarcação das terras ao norte da estrada.
Encontro com a Deusa	São justamente a Amazônia, a floresta e, principalmente, o rio Xingu que tornam a presidente Dilma Rousseff uma adversária, contra a qual ele já prometeu “declarar guerra”. É ela a responsável por erguer a maior ameaça atual, do ponto de vista do líder indígena, à sobrevivência dos seus parentes, e até dos próprios mebêngôkre. Uma ameaça que está sendo construída mais de mil quilômetros ao norte da aldeia Metuktire: a Usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.
Recompensa	Pressionado, o ministro do Interior do último governo militar, Mário Andreazza, aceitou se reunir com Megaron e outras lideranças jovens do Xingu, no início de maio de 84. Os Caiapós acabaram conseguindo muito mais do que pediam antes da revolta. As negociações levaram o governo a demitir o presidente da Funai e a aceitar a demarcação de 15 quilômetros a leste do rio e 70 quilômetros ao norte da rodovia federal. A polícia foi retirada da área, e o controle da balsa foi entregue aos mebêngôkre. Os militares também aceitaram demarcar a área indígena Capoto-Jarina, a oeste do rio, que alcança hoje 635 mil hectares.
Retorno	Raoni viajou a Brasília para negociar os termos finais da troca. O ministro do Interior, além da derrota, teve que aguentar a humilhação. Na reunião para fechar o acordo, o líder caiapó puxou a orelha de Andreazza e brincou, diante da imprensa: “Aceito ser seu amigo, mas você tem que ouvir o índio.”
Ressureição/Retorno com o Elixir	Na conversa que tivemos na aldeia Metuktire, perguntei a Raoni como ele avaliava as condições atuais de sua luta política – se as dificuldades não lhe pareciam maiores, e as vitórias, mais raras. A noite já havia caído, e uma lâmpada de luz fria, alimentada por gerador, iluminava precariamente a sua casa. “Estou lutando ainda, confie em mim”, ele me disse, de maneira afetuosa, como se oferecesse proteção. “Eu tenho que vencer a Dilma.”

A imersão é outro elemento encontrado na reportagem da *piauí*. Ao longo da narrativa é possível detectar ao menos três viagens distintas, realizadas pelo repórter. A primeira foi sua ida à aldeia Metuktire, no Mato Grosso, para entrevistar o líder indígena. A segunda foi a Altamira, onde está sendo erguida a hidrelétrica, no Rio Xingu, e entrevistas foram realizadas com outras lideranças indígenas da região e com o bispo Dom Erwin Kräutle. A terceira viagem foi ao Rio de Janeiro para (finalmente!) entrevistar o engenheiro Muniz Lopes, apontado na reportagem como um dos grandes idealizadores e defensores de Belo Monte.

Um ponto interessante dessa parte da narrativa é trazer um breve resumo do perfil do engenheiro. A humanização desse personagem é um mergulho na compreensão das razões dos que defendem a construção da hidrelétrica. Um elemento importante para a superação do tom maniqueísta que geralmente ronda as discussões sobre Belo Monte. Aqui também faz-se presente a questão do diálogo:

Muniz Lopes é um maranhense de 67 anos que nasceu numa casa de taipa coberta com as folhas do babaçu, não muito diferente daquelas em que ainda vivem muitos índios mebêngôkre. Estudou engenharia no Recife e fez carreira no sistema elétrico brasileiro. Trabalhou na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, a Chesf, e fez amizades na empresa de energia do Maranhão. Com a chegada de José Sarney à Presidência, em 1985, foi trabalhar na Eletronorte. Em seu escritório no Rio de Janeiro, em dezembro passado, ele anunciou com orgulho, em referência às obras projetadas para a bacia amazônica: “Todos esses projetos hoje aí foram da minha passagem pela Eletronorte.”

Com a vitória de Lula, o engenheiro maranhense mais uma vez ficou alijado de cargos na máquina estatal. Foi vender seus serviços na iniciativa privada. “Eu fui contratado por empresas brasileiras que se uniram e me ofereceram para continuar trabalhando, para ver se Belo Monte não morria. Fui morar em São Paulo e fazer um trabalho de catequese. Chamava-se Consórcio Brasil.” Desse consórcio, declarou Muniz Lopes, faziam parte grandes empreiteiras, como Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez (piauí 77, 16/02/2013:27).

A descrição da visão do engenheiro sobre o ataque da índia Tuíra, em 1989, é um dos pontos fortes do encontro. As falas de Muniz Lopes ajudam a comprovar a leitura feita nas imagens da revista *IstoéSenhor* (1989), na qual é nítido que não há um tom tão agressivo quanto o proposto pelas legendas e interpretações de ameaça relacionadas, até hoje, às fotografias:

“Era um ginásio velho, cheio de gente. A temperatura estava alta. Eu falava, e o Paulinho Payakã traduzia o que eu estava dizendo. Alguns homens e mulheres iam até a mesa e batiam no meu peito. Encostavam a borduna em mim. Mas antropólogos que eu conhecia me haviam dito para segurar firme, e eu segurei.”

No meio da confusão de vozes e gente, o engenheiro não percebeu quando uma índia caiapó, chamada Tuíra, se levantou no meio da multidão e caminhou até a mesa. “Eu não vi que ela tinha um facão na

mão”, contou. A lâmina roçou seu rosto e o metal empurrou as bochechas dos dois lados da cabeça, como se ele estivesse na cadeira de um barbeiro munido de uma navalha gigante. Muniz Lopes permaneceu imóvel, paralisado. “Não senti medo”, ele me disse em dezembro, 24 anos depois do episódio (piauí 77, 16/02/2013:20-25).

A contextualização proposta para o exercício da visão complexa de Morin pode ser encontrada em toda a narrativa. A matéria trata da construção da hidrelétrica em um contexto que vai além da necessidade nacional de energia e situa a polêmica em um patamar que pode traduzir o surgimento de todo um contexto de luta social e ambiental na Amazônia.

Sozinha, Belo Monte representará o equivalente a quase 10% do total da potência elétrica, de todas as fontes, instalada até hoje no país. Quando pronta, será a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da Itaipu Binacional e de Três Gargantas, na China. O que nem de longe é suficiente, dizem os especialistas do setor, para suprir o crescimento previsto da demanda por energia elétrica no Brasil nos próximos dez anos. Estima-se que, a cada 1% de incremento do Produto Interno Bruto, um outro ponto percentual de oferta de energia elétrica precisará ser criado, pelo menos. Essa relação varia de país para país. Em nações ricas, que produzem mais ideias do que bens, exportando serviços sofisticados ou produtos de alto valor agregado, é possível crescer sem demandar tanta energia.

A EPE planeja construir na Amazônia Legal, nos próximos dez anos, 22 usinas, acrescentando 36 mil megawatts de potência instalada à rede elétrica brasileira. Todos os principais afluentes do Amazonas, em sua margem direita, receberão projetos, como já acontece no rio Madeira, com as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e no Xingu (piauí 77, 16/02/2013:25-27).

O uso da energia elétrica, produzida pelas hidrelétricas construídas na Amazônia, para a indústria eletrointensiva (celulose e alumínio) também foi debatido de forma inédita. O destino final dessa eletricidade, que acaba esquecido nas demais reportagens que seguem em coro com a afirmação de que sem hidrelétricas o país não vai crescer 5,5% ao ano, turva a força dos argumentos desenvolvimentistas, presentes nas reportagens das revistas semanais.

Críticos da instalação de hidrelétricas na região Norte, como Celio

Bermann, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, também questionam a necessidade de geração projetada pelo governo para a próxima década. De toda a eletricidade consumida no país, quase um quinto vai para os chamados grandes consumidores, eletrointensivos, como as cadeias de produção do alumínio, os fabricantes de aço bruto, ferroliga, cimento, papel e celulose. Isso equivale a pouco mais de 40% da demanda industrial total por esse tipo de energia. “São setores de baixo valor agregado; nós apenas atendemos o mercado global com bens que os outros países não querem mais produzir”, diz Bermann.

“Não tenho dúvida de que a gente tem de caminhar para um padrão de desenvolvimento mais intensivo em tecnologia, com maior valor agregado e menos conteúdo em energia”, responde Tolmasquim. “Mas não é bem assim. Não basta querer. É um processo que toma tempo. Se a gente falar ‘vou esquecer’, ‘vou planejar o setor elétrico para não dar energia para aço, cimento, papel’, vai desempregar o país inteiro, vai ter uma crise monumental. Não constrói usina para eles! Não dá energia! E aí? Fechamos as fábricas todas?” (piauí 77, 16/02/2013:28).

Na reportagem de *piauí*, o elemento ternura e do afeto também surge com força. Um fato interessante é que esse olhar mais inclusivo e compreensivo sobre o outro vai além da narrativa de vida de Raoni, e dos outros indígenas da aldeia Paquiçamba, englobando também os próprios proponentes da hidrelétrica, como podemos comprovar nas falas de Muniz Lopes.

A reportagem consegue transmitir que os debates sobre a hidrelétrica vão muito além da polaridade entre certo e errado, bem e mau. As falas do engenheiro Muniz Lopes, o idealizador de Belo Monte, e o embate técnico entre, os também engenheiros, Maurício Tolmasquim e Pinguelle Rosa são algumas dessas situações. O interessante é que nenhum desses discursos termina com uma conclusão fechada.

Ciente desses impactos, Tolmasquim diz que o governo pretende construir “usinas plataformas” no rio Tapajós, no sudoeste do Pará, numa região ainda intocada por rodovias ou presença humana mais densa. “A ideia é fazer uma usina que, durante a construção, use estruturas temporárias e não crie cidades. Se fizer a estrada, que depois possa desfazer. Faz o acesso, mas depois refloresta.” O problema, ele reconhece, é que isso nunca foi feito. “Não se sabe se dá ou não”, admite Tolmasquim. “Se dá para ficar com a usina sem acesso, estamos debatendo ainda. O conceito está sendo desenvolvido. A ideia ainda está em gestação.”

Ex-presidente da Eletrobras e ex-professor de Tolmasquim, Luiz Pinguelli Rosa é diretor da principal instituição de ensino e pesquisa em

engenharia no país, a Coppe, ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pinguelli é favorável à exploração da “fronteira hidrelétrica” do país na região amazônica, embora se mostre cético quanto à possibilidade de o governo realizar todos os projetos anunciados. De maneira pragmática, ele admite que “não há energia santa”. Junto com a usina, ele diz, vêm inevitavelmente alagamento, atração de dezenas de milhares de trabalhadores para as obras, estradas que cortam a floresta (piauí 77, 16/02/2013:27-28).

Outra característica marcante é que os personagens não são reduzidos ou tratados como heróis. O que vemos é uma reciprocidade e um reconhecimento da verdade do outro como um signo de relação complementar. Esse outro surge como na visão buberiana, e torna-se um *Tu*. Não um *Isso*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação foi o modo predominante de forma de texto encontrado nas reportagens das revistas semanais de informação *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja* ao abordarem o projeto de Belo Monte. Essa é a primeira conclusão desta análise das 25 reportagens sobre a hidrelétrica, publicadas em 24 anos de debate (1989-2013).

Esse modelo, predominante em 85% das reportagens, comprova que todas as 20 matérias dissertativas foram escritas a partir de uma “tese”. Se dissertar é sobretudo expor argumentos e fatos, para assim reforçar um determinado ponto de vista, negativo ou positivo, fica claro que grande parte dessas reportagens defendeu uma visão já pré-estabelecida sobre a hidrelétrica de Belo Monte. O que pode inclusive desqualificá-las como narrativas, pressuposto básico de uma reportagem, e até inseri-las no gênero opinativo do jornalismo.

A tese defendida por essas publicações foi sustentada por argumentos muito similares nas quatro revistas analisadas: apesar dos impactos ambientais e sociais, a hidrelétrica de Belo Monte vai suprir a demanda energética necessária para que o crescimento das riquezas nacionais atinja 5,5% ao ano. Outra visão reafirmada em grande parte dessas reportagens foi o discurso desenvolvimentista, no qual o progresso deve ser levado à região da Amazônia pelo governo por meio de grandes obras de infraestrutura.

Nas primeiras reportagens sobre a hidrelétrica, publicadas na revista *IstoÉ* e *Veja* (1989), também podemos notar desde o primeiro parágrafo a existência de argumentos maniqueístas. Em ambas, há uma polaridade de forças: de um lado, indígenas e ecologistas (como eram chamados os ambientalistas na época), do outro, o governo, ali representado por um engenheiro, homem da ciência e da razão.

O foco central dessas duas matérias foi a revolta dos Caiapó contra o projeto, apesar de as reportagens não apresentarem os detalhes técnicos sobre a obra, nem sequer citarem quais seriam seus impactos. No caso, o que há é uma demonstração

sobre quem estava contra e quem estava a favor da hidrelétrica, apresentada desde então como a solução para os problemas energéticos e econômicos do país.

Os conflitos entre os planos do governo e os indígenas voltariam em 2008, no mesmo ginásio de Altamira de 1989, quando a falta de diálogo entre o governo e as comunidades indígenas quase termina com um desfecho trágico, resultando em uma agressão contra Paulo Fernando Rezende, também engenheiro de uma estatal.

Apenas em uma das reportagens de 2008 (publicadas por *Época*, *Veja* e *IstoÉ*), os indígenas ganham o direito de voz. Mas a fala surge como uma confissão de erro, um agravante para a condenação midiática de obstáculos ao desenvolvimento. Outro elemento interessante nas reportagens de 2008 é que as três revistas descreveram o evento a partir das redações, sem nenhuma viagem para a região de Belo Monte, que pudesse despertar um olhar mais compreensivo sobre os embates que foram travados em Altamira.

As fotografias desse período também revelam um tom agressivo contra os indígenas. Pintados de guerra e armados com bordunas, ou facões, todas as imagens publicadas nesse período parecem comprovar dois contextos. Os indígenas não são confiáveis e podem ser agressivos. E, os indígenas são aliados de governos estrangeiros, pelos quais são manipulados em prol do controle da Amazônia e atraso econômico nacional. Não houve nenhuma reportagem que abordasse os indígenas, ou ribeirinhos, nas aldeias e vilas do rio Xingu, sob um ângulo mais humano.

Após os embates de 1989 e 2008, as reportagens seguem por um novo momento, e passam a argumentar sobre as justificativas para a continuidade do projeto. No entanto, na maioria dos casos as considerações são de razão econômica, apesar de não existir sequer uma menção clara sobre o conceito de desenvolvimento descrito como justificativa para a obra.

Fica claro que as narrativas não correspondem à proposta de contextualização da informação de Edgar Morin, tão necessária para uma abordagem complexa de um projeto como de Belo Monte. Apenas em uma matéria de *Carta Capital* (662, 07/09/2011) há menção ao projeto de Tucuruí, em um pequeno box, onde dois personagens locais debatem se a hidrelétrica foi algo positivo ou negativo para suas vidas.

As 20 dissertações também seguem por uma lógica similar de argumentação. Após uma enxurrada de informações técnicas, a linguagem cientificista migra para a inserção dos infográficos, nos quais dados econômicos e técnicos buscam validar os

argumentos favoráveis a Belo Monte. As perguntas, cada vez mais frequentes, sobre por que construir tal hidrelétrica e que vantagem ela trará para a população local, que terá seu ambiente alterado, seguem com respostas dispersas, diluídas em um linguajar inacessível para a maioria dos leitores, em um claro exercício de um pensamento “ortopédico” (Boaventura de Sousa Santos), fechado e autoritário.

Outra conclusão desta análise de conteúdo é o desinteresse aparente dos veículos estudados em narrar a história da hidrelétrica, perdida entre centenas de páginas repletas de argumentos. Apenas três jornalistas, das quatro maiores revistas de informação nacional, visitaram a região do Xingu em busca da imersão na realidade local. A decisão de não investir – recursos humanos e financeiros – nessa cobertura foi editorial, porém gerou um nítido empobrecimento no conteúdo das reportagens, que acabou planificado e achatado por uma discussão técnica, econômica e muito pouco envolvente.

A publicação de imagens de uma fonte única, como no caso das reportagens de 2008, é outro ponto de atenção. Se existe um coro de vozes nas revistas, voltado para a defesa da necessidade da obra, esse pensamento também está em consonância com a versão oficial. O que pode explicar a ausência de imagens de fora do contexto apresentado pelo fotógrafo André Prenner, que registrou o ataque dos Caiapó a Sérgio Rezende. Será que em um ginásio lotado de centenas de pessoas apenas Prenner estava com uma máquina fotográfica?

A ternura e o afeto são os elementos do jornalismo em profundidade menos presentes nas 25 reportagens. A razão científica e os argumentos econômicos foram predominantes no discurso das reportagens de *Carta Capital*, *Época*, *Istoé* e *Veja*. Um indicativo desse discurso hegemônico parte das fontes de informação: das 130 pessoas ouvidas e com aspas nas reportagens, 24 são cientistas e acadêmicos, e 48 representantes do governo, responsáveis por “explicar”, a partir de uma ótica racionalista, linear e científica, o porquê é necessário construir, ou não, a hidrelétrica de Belo Monte.

Entre os pontos positivos da cobertura estão as narrativas “Os nômades de Belo Monte” (*Época* 686, 11/07/2011) e “Quanto vale um índio?” (*Carta Capital* 741, 25/03/2013) que ajudaram a lançar luzes para a compreensão da vida dos afetados pela construção da hidrelétrica. A escolha da narrativa como forma de texto nessas reportagens foi fundamental para abrir as portas da compreensão e proporcionar a humanização dos personagens. Além de não existir parágrafos de

cientistas explicando o comportamento dessas comunidades, a reportagem foi uma das poucas matéria que não usou infográficos com questões técnicas.

A pergunta que resta no final desta análise é justamente sobre os possíveis caminhos que não foram trilhados. Seria possível integrar em uma reportagem sobre a hidrelétrica todos os elementos, propostos no capítulo 2, como fundamentais para uma narrativa em profundidade?

A resposta surgiu em uma publicação de fora do “corpus” desta pesquisa, mas que, dada a sua importância e pertinência, foi integrada em um capítulo a parte, como um exemplo do que poderia ter sido 24 anos de cobertura bem-sucedida sobre o projeto de Belo Monte.

Na reportagem “A onça e a barragem”, de Rafael Cariello, para a *Revista piauí* (77:16/02/2013), a narrativa não foi reduzida a uma tese sobre os problemas relacionados ao projeto. A matéria trouxe um universo de diálogo entre as verdades e as angústias dos principais protagonistas. Ao apenas narrar porque alguns personagens defendem, lutam contra e temem a hidrelétrica, não fechando conclusões sobre os sentidos que esta obra representa, a reportagem apresentou a revelação de um caos sem respostas aparentes. O que a tornou um dos retratos mais fiéis de toda a complexidade que envolve um projeto como o de Belo Monte.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Thiago Almeida. RAVENA, Nirvia. *Representações Sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do placó ao recorte midiático. IV Encontro de Compólitica*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- BARTHES, Roland e outros. *Análise estrutural da narrativa*. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *O Flâneur In Obras escolhidas III*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- BRUM, Eliane. *A vida que ninguém vê*. São Paulo: Arquipélago Editorial:2006.
- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2009.
- BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BULHÕES, Marcelo. *João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do séc. Xx*. Porto Alegre: Famecos, 2007, p 78–84.
- BUITONI, Dulcília. *Fotografia e jornalismo, a informação pela imagem*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. 15ª edição. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2005.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. 1ª edição: Rio de Janeiro, Laemmert, 1902.
- COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Ática, 2002.
- FUSER, Igor (Org.). *A arte da reportagem*. São Paulo: Scritta, 1996.
- HOHLFELDT, Antonio Carlos. *Teoria: rumos, tensões e desafios - Temas Livres, Artigo: O repórter Euclides da Cunha em Canudo*. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia: Florianópolis, 2009.
- GARCIA, Othon M. “*Comunicação em prosa moderna*”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia. O Efêmero e o Perpétuo*. Cotia: Ateliê Editorial. 2007.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom (org.). *Os elementos do jornalismo: o que os profissionais de jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto Alegre: Porto Editora, 2005.
- KÜNSCH, Dimas A. “*Compreendendo ergo sum: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística*”. *Communicare*, São Paulo, v. 5, nº 1, 1º semestre de 2005, p. 43-54.
- KÜNSCH, Dimas A. “*Mais interrogações e vírgulas, menos pontos finais: pensamento compreensivo e comunicação*”. *Libero*, v. 12, nº 24, dezembro de 2009, p. 41-50.

- KÜNSCH, Dimas A. “Os deuses voltam à cena: ciberespaço, razão e delírio”. In: Vários autores. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 32-47.
- _____. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Petrópolis: Elsevier, 2005.
- _____. *Maus pensamentos. Os mistérios do mundo e a reportagem jornalística*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1991.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática, 1993.
- LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri, SP: Manole, 2009.
- MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento comum: introdução a uma sociologia compreensiva*. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MARTINEZ, Monica. *Jornada do Herói: A Estrutura Narrativa Mítica na Construção de Histórias de Vida em Jornalismo*. São Paulo: Fapesp, 2008.
- _____. “O novo capítulo 5: jornalismo com alma”, São Paulo: *Libero* nº 22, 2008.
- MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.
- _____. *O signo da relação. Comunicação e pedagogia de afetos*. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. *A arte de tecer o presente - Narrativa e Cotidiano*. São Paulo: Summus, 2003.
- MORIN, Edgar. *A cabeça benfeita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Os sete saberes necessários à educação no futuro*. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.
- _____. “Epistemologia da complexidade”. In: SCHNITMAN, D. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274-286.
- NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revista no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____. *Técnicas de Redação em Jornalismo - O Texto da Notícia*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PERSICHETTI, Simonetta. *Morte anunciada? Não necessariamente! O fotojornalismo renasce nas agências*. São Paulo: *Líbero* - v. 15, n. 29, 2012, p. 93-100.
- PINTO, Lúcio Flávio. *A Amazônia em Questão. Belo Monte, Vale e outros temas*. São Paulo: B4 Editores, 2012.
- _____. *De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo?*. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: 2012.
- PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

- RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Paris: H. Garnier, 1908.
- _____. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.
- ROVERE, Emílio Lèbre La. MENDES, Francisco Eduardo. *A Hidrelétrica de Tucuruí. Estudos de casos da Comissão Mundial de Barragens*. Cape Town: LIMA/Coppe:2000.
- SANTOS, Boaventura Sousa de. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. “A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 80, março de 2008, p. 11-43.
- SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SEVÁ FILHO, Oswaldo (org.). *Tenotã-Mô*. São Paulo: International Rivers Network, 2005.
- SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SODRÉ, Muniz. FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Uma História Crítica do Fotójornalismo Ocidental*. Florianópolis, 2000. Brasil: Editora Letras Contemporâneas e Argos/UNOESC .

Reportagens e artigos

- ABRAMO, Fundação Perseu. “O papel da Amazônia no desenvolvimento do país”. Acessado em 12/12/2002. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/uploads/olugardaamazonianodesenvolvimento.pdf>
- ANDERSON, C. W e SHIRKY, Emily Belle Clay. “O Jornalismo Pós-industrial: adaptando-se ao presente”, Columbia: 2013. Acessado em 07/06/2013. Disponível em: Acessado em 07/07/2013. Disponível em: <http://www.pagina22.com.br/index.php/2013/07/nao-deu-no-new-york-times/#sthash.VZC67Jwj.dpuf>
- ARINI, Juliana e SANCHES, Mariana. “Uma guerra equivocada”. *Época*, 25/05/2008, p. 60-63.
- ATHAYDE, Phydia de. “Cabeça a prêmio”. *Carta Capital*, 23/04/08, p. 36-38.
- BETTI, Renata, MEDEIROS, de Júlia, TSUBDI, Larissa, VARGAS, André. “A terceira maior do mundo”. *Veja*, 28/04/2010, p. 89-92.
- BRASILIANSE, Ronaldo. “Escândalo da Sudam: todos ricos, todos soltos”. Acessado em 16/12/2005. Disponível: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/escandalo-da-sudam-todos-ricos-todos-soltos/>

BRUM, Eliane. “Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney”. Acessado em: 31/10/2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html>

_____. “Um procurador contra Belo Monte”. Acessado em: 19/09/2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/um-procurador-contrabelo-monte.html>

BUTTI, Eugênio. “Não deu no New York Times”. *Revista Página 22*, acessado em: 07/2013. Disponível em: <http://www.pagina22.com.br/index.php/2013/07/nao-deu-no-new-york-times/#sthash.VZC67Jwj.dpuf>

CARIELLO, Rafael. “A onça e a barragem”. *piauí*, 18/03/2013:20-27.

COSTA, Octávio, CAMARGO, Cláudio, SGARBI, Luciana e PELLEGRIN, Luís. “Amazônia: a soberania está em xeque – muita terra para pouco indígenas”. *IstoÉ*, São Paulo, 28/05/2008, p. 7-16.:

COURA, Kalleo. CARVALHO, Júlia e MEDEIROS, Júlia. “Nocautados pela lógica”. *Veja*, 07/12/2011, p. 140-146

Da Redação. “O aviso dos Caiapós”. *Veja*, 01/03/1989, p. 59-62.

_____. “Desculpe Veja errou”. Acessado em 17/11/2013. Disponível em: http://veja.abril.com.br/30anos/p_114.html

_____. “O Fruto da carne: engenharia genética funde animal e vegetal”, *Veja*, 27/04/1983:84.

Da Redação. “Índios somos todos nós”. *IstoÉSenhor*, 01/03/1989, p. 22.

Da Redação. “Diálogos capitais: uma riqueza insubstituível”. *Carta Capital*, 28/04/2010, p. 46-53.

EPE. “Plano decenal de energia”. Acessado em 02/11/2012. Disponível em: http://www.epe.gov.br/PDEE/20080111_2.pdf

FURTADO, Bernadino. “Esperança no Xingu”. *Época*: 28/05/2001,81-83.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. “Cronologia do projeto de Belo Monte. Acessado em 29/11/2013. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>

GRUPO ABRIL. “Informações revista Veja”. Acessado em 17/11/2013, Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/IN/institucional/editora-abril-in.shtml>

MAJESTE, Paula. “O Exército da borracha”. *Época*, 26/03/2004. Acessado em 14/12/2013. Disponível 26/03/2004 em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG63416-6014,00.html>

RIBEIRO, Aline. “Os nômades de Belo Monte”. *Época*, 08/07/2011, p. 84-92

NORTE ENERGIA. “Licenças ambientais”. Site Norte Energia. Acessado em 10/12/2013. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/categoria/documentos/zz-licencas-ambientais/>

SIQUEIRA, Andre. “Um mal necessário”. *Carta Capita*, 29/04/2010, p. 20-24.

VALE. “Informações úteis”. Acessado em 16/11/2013. Disponível em: http://saladeimprensa.vale.com/pt/informacoes_uteis/index.asp

VIANA, Natália, RODRIGUES, Camila, FONSECA, Bruno e BODENMÜLLER, Luiza. “Existe uma crise no jornalismo? Nada a declarar”. A Pública. Acessado em 10/06/2013. Disponível em:

<http://www.apublica.org/2013/06/existe-uma-crise-nos-impressos-nada-declarar-respondem-os-jornais/>

VIEIRA, Willian. “Quanto vale um índio?”. *Carta Capital*, 25/03/2013, 26-31.

ANEXOS

ANEXOS I

I - As 25 reportagens de Belo Monte por estrutura de texto

Dissertação

Narrativa

Descrição

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Carta Capital	Cabeça a prêmio 23/04/08	Phydia de Athayde	Dom Erwin Kraütler-Bispo do Xingu e Antônia Pereira, Martins, do movimento de mulheres de Altamira.	3 páginas 492	Perfil sobre o Bispo do Xingu Dom Erwin Kraütler, que vive sob ameaça de morte por sua militância em defesa dos povos tradicionais da Amazônia
Carta Capital	Um mal necessário 29/04/10	André Siqueira	Maurício Tolmasquim presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas e (EPE), Ricardo Baitelo da ong Greenpeace, Pedro Barra Neto da ong WWF	8 páginas/CAPA 593	A matéria debate os prós e contras dos projetos de hidrelétricas propostos para a Amazônia, como a hidrelétrica de Belo Monte. A reportagem tem como base argumentos econômicos
Carta Capital	Qual a Alternativa 07/09/11	Rachel Cardoso	Omar Abbud e Márcio Tancredi, autores do estudo; José Goldemberg, físico da Universidade de São Paulo; Sérgio Salles da Unicamp; Luiz Pinguelle Rosa, físico da Coppe-RJ, Ricardo Sayão, diretor da Alcoa e Carlos Nobre do Inpe	4 páginas 662	Reportagem sobre a segurança energética e fontes possíveis de geração de energia. A reportagem também debate os impactos ambientais e sociais de hidrelétricas, como a usina de Belo Monte, no Pará

Veiculo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Carta Capital	Uma riqueza insubstituível 07/09/11	A matéria não está assinada. Aparentemente foi a mesma autora da reportagem anterior (Rachel Cardoso)	Paulo Barreto, da ong Imazon; Marcelo Cavallini, do ICMBio; Adriana Ramos da ong ISA; Ana Maia do BNDES; Virgínia Parente, pesquisadora do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP; João dos Reis Pimentel, da Norte Energia. Personagens de Tucuruí: Benedita Nilce e Ilda Maria Barroso de Guimarães	11 páginas 662	Mais uma reportagem do tipo “pensata”, que debate o impacto das hidrelétricas. O ponto forte são dois boxes. Um com falas do jornalista Washington Novaes e o outro com falas de duas moradoras vizinhas da hidrelétrica de Tucuruí, que debatem o quanto suas vidas mudaram após a obra
Carta Capital	Índios S.A e Quanto vale um índio 25/03/2013	Willian Vieira	Marino Juruna, cacique da aldeia Paquiçamba,; Antônio Carlos Magalhães da Funai; José Carlos Arara, cacique da aldeia Terrawagã; Estella Libardi de Souza, da Funai; Inês Marques Norte Energia; Thais Santi promotora; Stephen Baines, antropólogo da Unb; Claudio Curaia, da Associação dos	6 páginas/CAPA 741	A matéria narra como ocorrem as negociações pela verba de indenização entre os indígenas e o consórcio Norte Energia, responsável pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. A reportagem mostra o impacto negativo da entrada de grandes quantidades de dinheiro na vida dos indígenas da região. A

			Indígenas Citadinos; Léo Xipaia, cacique; Rodrigo Valério de Souza, cacique Kwruatxe; Marcelo Salazar, coordenador do Instituto Sócio Ambiental (ISA); João Pimentel diretor de assuntos institucionais da Norte Energia; Antônia Melo, do movimento Xingu Vivo; Manoel Juruna, cacique Juruna; Eliete Juruna, indígena da região		reportagem também revela o aumento do custo de vida em Altamira desde o início da construção da hidrelétrica, em 2011, onde o aluguel de uma casa em uma rua sem asfalto chega R\$ 4,5 mil mensais
--	--	--	---	--	--

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Época	Esperança no Xingu (28/05/2001)	Bernardino Furtado, Vladimir Brandão e Carlos Alberto Jr.	Sebastião Bandeira da Silva, pescador de peixes ornamentais de Altamira; Tarcísio Feitosa, do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica do Xingu; Anselmo Hoffmann, prefeito de Vitória do Xingu e Maurílio Biage Filho, da Fiesp	3 páginas 158	Reportagem sobre a retomada do projeto de hidrelétricas no Pará, o projeto Belo Monte. Segundo a matéria construir hidrelétricas no Xingu seria uma das saídas para o Brasil resolver o problema do "apagão. Uma das poucas com falas de ribeirinhos

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Época	Terra sem lei 21/02/05	Leandro Loyola, Gustavo Krieger	Deputado Federal Raul Jungmann; Lauro Freitas, promotor no Pará; Jaques Pinto, coordenador da CPT; e Ubiratan Cazzeta, procurador do MPF	2 páginas 353	A reportagem fala do assassinato da freira americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, e faz uma ligação da luta de Dorothy em prol de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia e também seu questionamento sobre os megaprojetos de infraestrutura. Não cita Belo Monte, mas eu a inseri porque é uma contextualização do ambiente do projeto
Época	Terra sem dono 21/02/05	Eliane Brum	Felício Pontes, procurador da República no Pará; Girolamo Treccani, professor de direito da UFPA; Paulo Adário, diretor do Greenpeace; Tarcísio Feitosa, da Comissão Pastoral da Terra; Marina Silva, ministra do meio ambiente	3 páginas 353	A reportagem trata da vida das pessoas ameaçadas de morte na região de Anapú, no Xingu, e faz uma continuação dos argumentos que ligam a morte da freira americana Dorothy Stang aos conflitos fundiários locais. Cita Stang como opositora ao projeto de Belo Monte

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Época	Aprovação apressada 18/05/05	Eliane Brum	Raul Telles do Valle, da ong ISA; Carlos Rittl, da ong Greenpeace; Felício Pontes Jr, do MPF no Pará; Fernando Ferro e deputado do PT responsável pela emenda que permitiu a aprovação da hidrelétrica de Belo Monte	1 página 374	A reportagem expõe as manobras do Governo Federal para agilizar a aprovação do projeto da hidrelétrica de Belo Monte no Congresso Nacional
Época	Um bem cada vez mais raro e caro 26/06/06	Isabel Clemente	Mauricio Tolmasquim, presidente EPE; Luis Pinguelli Rosa, da Coppe-RJ; Vijay Vaitheeswaran, físico do MIT (USA); Roberto Schaeffer da Coppe-RJ; Hermes Chipp do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)	5 páginas 423	A reportagem debate a importância das hidrelétricas para a segurança energética do Brasil, que segundo as fontes de informação da matéria são fundamentais para que país atinja suas metas de crescimento econômico de 5,5%
Época	O ambientalismo atrapalha o desenvolvimento? 05/12/06	Isabel Clemente e Matheus Leitão	Israel Klabin ambientalista; Vitor Hugo Kamphorst, diretor da consultoria do banco ABN-Amro; Sérgio Abranches, sociólogo; Fernando Gabeira, deputado	5 páginas 447	A reportagem debate na forma de uma “pensata” se as leis ambientais brasileiras são obstáculos para o desenvolvimento econômico do Brasil.

			(PV); Emilio La Rovere, engenheiro e pesquisador da UFRJ; Marina Silva, ministra do meio ambiente; Claudio Sales, Instituto Acende Brasil; Mário Lúcio Avelar, do MPF de Mato Grosso e Fernando Reinach, diretor-executivo da Votorantin.		
Veiculo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Época	Uma guerra equivocada 26/05/08	*Juliana Arini e Mariana Sanches (*Autora desta pesquisa)	Sérgio Rezende, engenheiro da Eletronorte; Mauricio Tolmsaquim, presidente da EPE; Janssem Sampaio Zuanon, pesquisador do Inpa; Adalberto Verissimo do Imazon e Irêo Caiapó, cacique Caiapó	4 páginas 523	A reportagem trata da II Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, no Pará, quando o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, voltou a ser debatido com a população local da região e povos indígenas. O encontro acabou com um ataque dos indígenas Caiapós contra o engenheiro da Eletronorte Sérgio Rezende

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Época	Um belo monte de conflito 09/11/09	<i>Juliana Arini</i> (<i>Autora desta pesquisa</i>)	Edison Lobão, ministro das Minas e Energia; Dom Erwin Kraütler, bispo do Xingu; Philip Fearnside, pesquisador do Inpa; Rodrigo Timóteo, procurador do Pará; Maurício Tolmasquim, presidente da EPE e Marina Silva, senadora	4 páginas 599	A matéria revela que grande parte dos projetos de infraestrutura propostos pelo Governo Federal para alavancar o "crescimento econômico" do país, tem problemas de licenciamento relacionados aos conflitos com os povos indígenas das regiões afetadas
Época	A usina mais odiada do mundo 19/04/10	Marcela Buscato e Thiago Cid (textos). Marco Vergotti e Nilson Cardoso (arte)	Ibama; Eletrobras, Ministério das Minas e Energia, EPE, Aneel e Andrade & Canellas	2 páginas 622	Infográfico sobre quais são os principais problemas ambientais que cercam o projeto da hidrelétrica de Belo Monte
Época	A conta será nossa 26/04/10	Isabel Clemente	José Aleluia, deputado federal da Bahia ; Adriano Pires, da UFRJ; Mário Veiga, da consultoria PSR; Dilton da Conte Oliveira, presidente da Chesf; Maurício Tolmasquim da EPE e Ubirtanta Caseta procurador	2 páginas 623	A reportagem fala do leilão da hidrelétrica de Belo Monte e revela que o projeto vai ser bancado com dinheiro público, via BNDES, e não com capital privado, como havia sido prometido pelo governo

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Época	"Cheguei a temer pela minha segurança" 14/06/2010	Aline Ribeiro	Antônio Carlos Almeida Campelo, juiz federal de Altamira, no Pará.	1 página 630	A entrevista no formato pingue-pongue (perguntas e respostas) sobre o juiz federal de Altamira que afirma ser perseguido pelo governo devido a sentenças contrárias que concedeu em processos sobre o projeto da hidrelétrica de Belo Monte
Época	Os nômades de Belo Monte 11/07/11	Aline Ribeiro	Adão Rodrigues, proprietário do prostíbulo de Altamira; M, prostituta que também migrou para Altamira; Divino Júnior, barrageiro; Cristiano Nascimento, policial civil; Carlos Nascimento, presidente da Norte Energia; Maria Tereza de Souza, moradora de Altamira; Antônio Sales, agricultor e José Alves sitiante das margens do rio Xingu	7 páginas 686	A repórter visita Altamira e conta a história dos barrageiros, os nômades que há mais de três décadas acompanham os grandes projetos de infraestrutura da Amazônia, como a hidrelétrica de Tucuruí (Pará) e Santo Antônio e Jirau (Rondônia). A matéria também mostra a vida dos ribeirinhos que vão ter que deixar suas casas por causa do projeto da hidrelétrica de Belo Monte

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Época (Não foi incluído nesta análise por não ser reportagem)	Belo Monte enfrenta nossa senilidade precoce 05/12/111	Coluna o Filtro, editado por Paulo Moreira Leite	Não há aspas de fontes. O autor cita o antropólogo Claude Lévi-Strauss	1 página 707	O artigo defende o projeto de Belo Monte como necessário para o crescimento econômico do Brasil, com base nos 300 anos da revolução industrial. Algo como os custos ambientais são o preço pago pelo desenvolvimento
Época	O tabu das hidrelétricas na Amazônia 14/03/2011	Alexandre Mansur	José Goldemberg, físico da USP; Luís Pinguelli Rosa, físico da Coppe-RJ; Claudio Sales presidente do instituto Acende Brasil; Marcos Costa, presidente da Alstom; Hermes Chipp, diretor do Operador Nacional do Sistema e Maurício Tolmasquim, presidente da EPE	3 páginas 669	A reportagem defende a construção das hidrelétricas na Amazônia com base no argumento de que sem elas será necessário a construção de novas termelétricas, mais poluentes e caras

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
IstoÉ (Não foi incluído nesta análise por não ser reportagem)	Índios somos todos nós 01/03/89	Editorial sem assinatura	sem aspas	2 páginas 1015	A matéria na forma de um editorial fala que os indígenas de Altamira, que participaram do I Encontro dos Povos Indígenas do Brasil, em

					Altamira, estão sendo manipulados por agentes americanos (travestidos de ambientalistas como o Al Gore), tal qual o povo brasileiro é enganado por seus políticos, como o presidente José Sarney
Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
IstoÉ	Muita Terra para pouco Índio 28/05/08	Carlos José Marques, assinou o editorial. Octavio Costa, Claudio Camargo, Luciana Sgabi e Luís Pellegrini escreveram a reportagem de Capa, a Soberania está em cheque. A reportagem seguinte sobre a hidrelétrica de Belo Monte foi publicada sem nenhuma assinatura	Mangabeira Unger, secretaria de assuntos estratégicos; Nelson Jobim, ministro da Defesa; Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, cientista político da Unesp; Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, coronel da reserva; Pascal Bonifácio, assessor para assuntos estratégicos das Nações Unidas; Carlos Minc, ministro do meio ambiente; Romeu Tuma Jr. secretário nacional de Justiça. Sobre os conflitos indígenas apenas aspas, a do general Augusto Heleno	10 páginas 2012	A reportagem fala sobre o interesse americano em internacionalizar , ou tomar, a Amazônia. Na reportagem sobre os indígenas, o tema é o II Encontro dos Povos Indígenas de Altamira

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
IstoÉ	Os tambores da OEA	Claudio Sequeira	Antônia Mello, movimento de mulheres de Altamira e Xingu Vivo, Trovar da Silva Nunes, porta-voz do Itamaraty	1 página 2161	A matéria aborda por que a denúncia de representantes dos movimentos sociais, contra o Governo Federal na OEA, vai fracassar. No caso, a razão era o peso político do Brasil na organização
IstoÉ	Atores ativistas 07/09/11	Luciana Gomes	Sérgio Marrone, ator da Rede Globo	1 página 2182	A matéria questiona o engajamento ambiental de artistas da Rede Globo em prol de movimentos ambientais. A matéria é anterior ao famoso vídeo "Gota D'água" postado na rede social <i>Youtube</i>

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Veja	O aviso dos Caiapós 01/03/1989	Sem assinatura. Na época a prática era que as matérias fossem publicadas assim	Darrel Posey, antropólogo americano; Muniz Lopes, presidente da Eletronorte; Paulinho Paiakan; Fernando Cesar Mesquisa, presidente do Ibama;	4 páginas 1069	A reportagem narra como foi o I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, em 1989, quando ambientalistas, governo, cientistas, povos indígenas e moradores da região do

			Wanderley Cruz, deputado e presidente da União Democrática Ruralista (UDR); Bárbara Bramble, diretora do WWF e Thomas Lovejoy, biólogo do Instituto de Pesquisas da Amazônia		Xingu participaram de uma reunião para debater o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, na época Kararaô. A matéria sugere que há interesses de estrangeiros, camuflados pelas ongs americanas, por trás da ação dos líderes indígenas Caiapós, que se posicionaram contrários ao projeto de hidrelétricas no Xingu
Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Veja	Um golpe de insensatez 28/05/08	Ronaldo Soares	Jorge Eduardo Oliveira, delegado da Polícia Federa e Manoel Fernando Abbadi, superintendente da Polícia Federal no Pará	2 páginas 2062	A reportagem fala do II Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, no Pará, quando o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, voltou a ser debatido com a população local e os povos indígenas. A tese de <i>Veja</i> afirma que o ataque foi premeditado e incentivado por representantes dos movimentos sociais (e padres) que armaram os índios com facões

Veículo	Título e data	Autor	Fontes	Páginas e edição	Descrição
Veja	O nocaute das estrelas 07/12/2011	<p>Contém um editorial que não foi incluído neste estudo por não se tratar de uma reportagem.</p> <p>Reportagem de André Eler, Kalleo Coura. Júlia Carvalho, Júlia de Medeiros e Laura Diniz</p>	Maurício Tolmasquim, presidente da EPE; Adriano Pires diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura; Manuel Juruna, liderança indígena de Altamira e Sandra Cardoso de Lima, dona de casa de Altamira	6 páginas/CAPA 2247	A reportagem, em tom editorial, é uma crítica à campanha "Gota d'Água" lançada nas redes sociais e que em uma semana alcançou mais de 4 milhões de visualizações. A reportagem aborda e elogia uma paródia da campanha feita por alunos da Universidade de Campinas que respondem com argumentos técnicos às críticas feitas pelos atores da Rede Globo ao projeto da construção da hidrelétrica de Belo Monte
Veja	A terceira maior do mundo 28/04/2010	Júlia de Medeiros, André Vargas, Larissa Tsuboi, Renata Betti	Mário Veiga presidente da PSR Consultoria e fala retirada de um discurso oficial do presidente Lula da Silva.	3 páginas 2162	Matéria de abre com infográfico sobre o gigantismo técnico do projeto da hidrelétrica de Belo Monte. E ao mesmo tempo criticando o governo por um possível fracasso no leilão do obra

ANEXOII

II - As imagens de Belo Monte

Revista	Autor	Data/Edição	Função na reportagem	Foco narrativo
Carta Capital Reportagem “Um mal necessário”. (1)	Agência Envolverde	28/04/2010 593	Ilustra box que fala sobre ameaça dos projetos de infraestrutura e geração de energia na região do Xingu, na reportagem principal. “Um mal necessário”.	Apenas uma fotografia com a imagem de um grupo de índias nuas e pintadas com jenipapo, dançando no Xingu. A foto ilustrar um box sobre a questão indígena e fala do futuro assédio sexual contra as índias
Carta Capital reportagem “Quanto vale um indígenas?” (2)	Imagem de abertura é uma foto montagem feita sobre uma imagem aérea do canteiro de obras da hidrelétrica da Agência Reuters	27/03/2013 741	Imagem foto ilustrativa para a matéria principal	A imagem tem como pano de fundo o canteiro de obras de Belo Monte sobreposto com um cocar indígena onde está fixado notas de 10 e 50 reais
Carta Capital reportagem “Quanto vale um indígenas?” (3)	Imagem do próprio repórter da matéria, Willian Vieira	27/03/2013 741	A imagem integra a reportagem sobre os impactos da construção de Belo Monte nas aldeias indígenas da região	Fotografia do cacique Marino Juruna na aldeia Paquiçamba. O indígena aparece vestido com roupas comuns enfrente a uma construção de madeira, na Aldeia Paquiçamba, no Pará, uma das terras

				indígenas afetadas pela obra. A casa é semelhante a uma construção de periferia de cidades
Carta Capital reportagem “Quanto vale um indígenas?” (4)	Imagem do próprio repórter da matéria, Willian Vieira	27/03/2013 741	A imagem integra a reportagem sobre os impactos da construção de Belo Monte nas aldeias indígenas da região	Fotografia de duas índias sentadas no chão com uma criança pequena, em frente a um supermercado fechado. As índias parecem Caiapós, mas a etnia não foi reconhecida na legenda. As mulheres estão vestidas, porém descalças, e parecem inconformadas com o registro fotográfico. Na legenda o autor afirma que elas estavam pedindo esmola, porém não há nada na imagem que indique isso
Carta Capital reportagem “Quanto vale um indígenas?” (5)	Imagem do próprio repórter da matéria, Willian Vieira	27/03/2013 741	A imagem integra a reportagem sobre os impactos da construção de Belo Monte nas aldeias indígenas da região	Fotografia do cacique Léo Xipaia falando ao telefone sem fundo. O jovem líder indígena também está vestindo roupas comuns e aparece com brinco e colar de ouro enquanto conversa sem perceber o registro fotográfico
Carta Capital reportagem “Quanto vale um indígenas?” (6)	Imagem do próprio repórter da matéria, Willian Vieira	27/03/2013 741	A imagem integra a reportagem sobre os impactos da construção de Belo Monte nas aldeias indígenas da região	Fotografia do cacique Manoel Juruna sentado sem camisa em cima de um tronco de árvore. O líder indígena idoso de 70 anos aparece em uma roça de mandioca, na aldeia Juruna. É uma das poucas imagens da reportagem que parece ter sido consentida

Época, matéria “Aprovação apressada” (7)	Imagem de Potássio Neves, da Agência Estado	18/07/2005 374	A imagem ilustra a reportagem de Eliane Brum que denuncia uma manobra dentro do Congresso Nacional para aprovação da hidrelétrica de Belo Monte	Fotografia de 1989, de Tuíra Caiapó investindo o seu facão contra o engenheiro da Eletronorte Muniz Lopez, em Altamira, no Pará. A imagem histórica da ameaça indígena é tratada como símbolo da polêmica sobre a usina hidrelétrica
Época, matéria “Uma guerra equivocada” (8)	Imagem de André Penner, da agência Associated Press	26/05/2008 523	A imagem ilustra reportagem sobre o II Encontro de povos indígenas do Xingu, em Altamira, quando novamente um grupo de Caiapós ameaçou um engenheiro da Eletronorte durante um debate sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Com um desfecho trágico, a ameaça indígena resultou em uma agressão contra o engenheiro Paulo Rezende	Fotografia de abertura da reportagem ocupa uma página inteira da matéria de quatro páginas, e traz uma imagem da (suposta) índia Caiapó Tuíra de perfil segurando um facão em tom de alerta. Na foto a índia foi identificada como Tuíra, porém nada confirma se realmente trata-se da mesma índia que ameaçou Muniz Lopes, em 1989
Época, matéria “Um Belo Monte de Conflito” (9)	Imagem de Marizilda Cruppe, da Agência EVE	09/11/2009 599	A imagem ilustra uma reportagem que debate sobre o impacto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas aldeias indígenas, e as	A fotografia traz uma dança de guerreiros Caiapós durante um encontro de 250 líderes indígenas na reserva Capoto-Jarina, no Mato Grosso, com foco em debater o impacto das obras do PAC nas comunidades indígenas. Na

			questões indígenas que podem atrasar os planos do governo para melhorar a infra estrutura nacional	foto de abertura há uma encenação de dança feita por líderes Caiapós, tendo como foco central Raoni, o ancião e principal liderança indígena do Brasil. Na imagem os indígenas estão pintados e armados com bordunas, e são fotografado por um batalhão de jornalistas, enquanto parecem encenar uma ameaça de ataque
Época, matéria “Um Belo Monte de Conflito” (10)	Imagem de Lalo de Almeida, agência Folha Imagem.	09/11/2009 599	A imagem ilustra uma reportagem que debate o impacto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas aldeias indígenas, e as questões indígenas que podem atrasar os planos do governo para melhorar a infra estrutura nacional.	A fotografia narra a audiência pública sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira. A imagem tirada do alto do ginásio municipal de Altamira tem os povos indígenas em primeiro plano (sentados no chão) e a população da cidade em seguida sentados nas cadeiras e arquibancadas.
Época, matéria no formato de infográfico: “A hidrelétrica mais odiada do mundo” (11)	Imagens de Pierre Gleizes e Andre Penner, agência Associated Press, e de Evaristo Sá, <i>Agence France-Presse</i> .	19/ 04/ 2010 622	As fotografias foram publicadas em tamanho pequeno (4x4 centímetros) ilustram um infográfico onde é narrado os problemas técnicos e sociais relacionados aos impactos da hidrelétrica de Belo Monte.	As duas imagens mostram líderes indígenas acompanhados de celebridades estrangeiras. Na primeira imagem está o cantor inglês Sting, com o cacique Raoni Caiapó, em 1989. A segunda imagem traz uma liderança indígena feminina (sem identificação) acompanhada pela atriz Sigourney Weaver e pelo diretor de cinema James Cameron. Ambos passaram a criticar a obra de Belo Monte e a apoiar a causa indígena após as filmagens do filme Avatar.

<p>Época, Coluna de Paulo Moreira Leite “Belo Monte enfrenta nossa senilidade precoce” (12)</p>	<p>Imagens de Potássio Nene, Agência Estado</p>	<p>05/ 12/ 2011 707</p>	<p>A imagem ilustra uma coluna opinativa onde o autor defende a construção da hidrelétrica de Belo Monte em prol do crescimento do país, e critica indígenas e ambientalistas contrários a obra.</p>	<p>Fotografia de 1989, de Tuira Caiapó investindo o seu facão contra o engenheiro da Eletronorte Muniz Lopez, em Altamira, no Pará. Na legenda está indicado que as pressões indígenas já alteraram o projeto antes.</p>
<p>Época, Reportagem “A conta será nossa” (13)</p>	<p>Imagens de Eduardo Knapp, Folha Imagem.</p>	<p>26/ 04/ 2010 623</p>	<p>A imagem ilustra uma reportagem com perfil econômico que alerta sobre os verdadeiros custos da hidrelétrica de Belo Monte. Um dos focos da matéria é mostrar que a obra vai ser custeada com dinheiro público e vai ser mais cara do que está previsto no projeto</p>	<p>A imagem traz uma fotografia contra a luz de um grupo de indígenas da etnia Arara, às margens do rio Xingu. O grupo de dois adultos vestindo apenas calções e ornamentados com cocares foi fotografado de costas. A etnia esta entre o grupo que vão ter suas vidas impactada pela obra da hidrelétrica. A imagem parece ser meramente ilustrativa, uma vez que não há menção aos povos indígenas na reportagem.</p>
<p>Istoé Senhor (atual revista IstoÉ), Reportagem “Índios Somos todos nós” (14)</p>	<p>Imagem de Leila Jinkings.</p>	<p>01/ 02/ 1989 1015</p>	<p>A imagem ilustra uma reportagem sobre o primeiro debate público da obra de Belo Monte, quando a hidrelétrica ainda tinha o nome de Kararaô.</p>	<p>A imagem colorida narra o desfecho do I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, no Pará, quando o projeto da hidrelétrica de Belo Monte (na época Kararaô) foi debatido em uma audiência pública pela primeira vez. Na cena, a índia Tuira Caiapó ameaçava o engenheiro da Eletronorte Muniz Lopes empunhando um facão contra o seu pescoço. Um grupo de fotógrafos registrava o ato no fundo sob os olhos de</p>

				uma plateia atônita. O irmão de Tuíra, Paulinho Paiakan, aparece ao lado de Muniz Lopes de cabeça baixa
IstoÉ, matéria “Muita terra para pouco índio” (15)	Imagem de Andre Penner, Associated Press	28/ 05/ 2008 2012	A imagem ilustra uma reportagem onde é narrado o II Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, quando uma índia além de ameaçar o engenheiro da Eletrobras, Paulo Rezende, acaba ferindo o mesmo com um golpe de facão no braço. A matéria também faz uma defesa contra o aumento da demarcação de terras indígenas	A imagem traz uma índia empunhando um facão de forma ameaçadora. Na legenda há uma pergunta se os indígenas não estão encenando tal violência a mando de ongs estrangeiras que teriam interesses ocultos no território brasileiro
IstoÉ, matéria “Muita terra para pouco índio” (16)	Imagem de Andre Penner, Associated Press	28/ 05/ 2008 2012	A imagem ilustra uma reportagem onde é narrado o II Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, quando uma índia além de ameaçar o engenheiro da Eletrobras, Paulo Rezende, acaba ferindo o mesmo com um golpe de facão no braço. A matéria também faz uma defesa contra o aumento da demarcação de terras indígenas	A imagem traz outra índia Caiapós empunhando um facão de forma ameaçadora, dessa vez em pé e de frente. A imagem foi publicada ao lado da fotografia de Paulo Rezende com o braço ensanguentado após o ataque dos Caiapós

IstoÉ, matéria “Os tambores da OEA” (17)	Imagem de Marcello Casal Jr/ Agência Brasil	13/ 04/ 2011 2161	A imagem ilustra uma reportagem sobre denúncias que povos indígenas fizeram contra o governo brasileiro na Organização dos Estados Americanos (OEA), denunciando violações de direitos indígenas cometidas durante o licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte	A imagem retrata um grupo de indígenas vestidos com roupas comuns, porém pintados para a guerra protestando contra a hidrelétrica de Belo Monte na frente do Congresso Nacional. Na imagem central um cacique empunha uma borduna contra a imagem do Congresso Nacional, em Brasília
Veja, matéria “O aviso dos Caiapós” (18)	Imagem de Patrick Paroni	01/ 03/ 1989 1069	A imagem ilustra uma reportagem sobre o primeiro debate público da obra de Belo Monte, em Altamira, no Pará, quando a hidrelétrica ainda tinha o nome de Kararaô	A imagem colorida narra o desfecho do I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, no Pará. Na cena, a índia Tuíra Caiapó ameaçava o engenheiro da Eletronorte Muniz Lopes. Um grupo de fotógrafos registrava o ato no fundo sob os olhos de uma plateia atônita. A cena é interessante, pois podemos perceber que há uma troca de olhares intimidante entre Tuíra e Muniz Lopes que encerra a índia de forma séria, sem parecer muito assustado com o ato
Veja, matéria “O aviso dos Caiapós” (19)	Imagem de Rosa Gauditano, Agência Fotograma.	01/ 03/ 1989 1069	A imagem ilustra uma reportagem sobre o primeiro debate público da obra de Belo Monte, em Altamira, no Pará	A imagem traz um grupo de jovens guerreiros Caiapós pintados para guerra encenando uma dança durante a abertura do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, no Pará

Veja, matéria “O aviso dos Caiapós” (20)	Imagem de Rosa Gauditano, Agência Fotograma.	01/ 03/ 1989 1069	A imagem ilustra uma reportagem sobre o primeiro debate público da obra de Belo Monte, em Altamira, no Pará, quando a hidrelétrica ainda tinha o nome de Kararaô	A imagem é uma foto boneco do líder Raoni Txucarramãe, ainda jovem
Veja, matéria “O aviso dos Caiapó” (21)	Imagem de Paulo Santos.	01/ 03/ 1989 1069	A imagem ilustra uma reportagem sobre o primeiro debate público da obra de Belo Monte, em Altamira, no Pará, quando a hidrelétrica ainda tinha o nome de Kararaô	A imagem traz um grupo de jovens guerreiros Caiapós pintados para guerra e sentados no chão ao lado do cantor e ativista inglês, Sting. No foco da cena está o cacique Raoni Caiapó sendo filmado por um outro indígena com um moderno equipamento de vídeo
Veja, matéria “Um golpe de insensatez” (22)	Imagem de André Penner, AP.	28/ 08/ 2008 2062	A imagem ilustra uma reportagem onde é narrado o II Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, quando uma índia além de ameaçar o engenheiro da Eletrobras, Paulo Rezende, acaba ferindo o mesmo com um golpe de facão no braço. A matéria também faz uma defesa contra o aumento da demarcação de terras indígenas	A imagem traz a (suposta) índia Tuíra Caiapó, seminua, pintada com jenipapo e empunhando um facão de forma ameaçadora. Na reportagem os indígenas símbolos da resistência são apontados como manipulados por interesses estrangeiros contrários a construção da hidrelétrica de Belo Monte, e o desenvolvimento do Brasil